

A remuneração por trabalho, sem outras fontes, chegou a R\$ 2.979

## Renda da população mais pobre sobe 12,6%

O rendimento dessa camada de brasileiros, no entanto, ainda é baixo. Por dia, em média, ficou em R\$ 17,50 no ano passado, contra R\$ 15,60 em 2022

Os programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, mostrou a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada na sexta-feira, 19, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica. Levando em conta os valores pagos aos trabalhadores por todas as fontes - trabalho e outros rendimentos -, a renda média mensal no Brasil ficou em R\$ 2.846, crescimento de 7,5% em relação a 2022, e de

0,4% contra 2019, se aproximando do valor máximo da série histórica, em 2014, de R\$ 2.850,00. "Além do reajuste do Bolsa Família, houve maior expansão do número de domicílios que receberam o benefício, e também uma melhoria no mercado de trabalho, com 4 milhões de pessoas a mais. Por fim, o aumento real do salário mínimo, que tem um efeito menor, mas impacta também", explicou o analista do IBGE Gustavo Fontes. Se analisados os rendimentos por regiões, o Nordeste registrou em 2023 o menor valor médio mensal, de R\$ 1.885, enquanto o Centro-Oeste liderou com R\$ 3.335. Entre 2022 e 2023, todas as grandes regiões registraram aumento de rendimentos, segundo o IBGE, com a maior elevação ocorrendo na região Norte, de 9,9%. **PÁGINA 2**

### IRÃ

#### Israel inicia retaliação com ataque a base militar

Israel iniciou a retaliação ao Irã pelo ataque do sábado, 13, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O movimento agrava o risco de uma guerra entre os dois países. A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. O país ativou os sistemas de defesa aérea em diversas províncias, após detectar objetos voadores suspeitos. **PÁGINA 5**

### MENSAGENS

#### China pede que Apple retire aplicativos do país

A China ordenou que a Apple retire alguns dos mais populares aplicativos de mensagens do mundo de sua loja de aplicativos no país, no mais recente exemplo da censura exigida para a fabricante do iPhone em seu segundo maior mercado. O WhatsApp e o Threads foram retirados da loja de aplicativos chinesa na sexta-feira. A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos por preocupações de segurança nacional. **PÁGINA 6**

### DÍVIDA

#### Credores aprovam plano que injeta R\$ 3,4 bi na Oi

Os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R\$ 44,3 bilhões. A proposta contou com o apoio de 79,87% dos credores quirográficos (cujas dívidas não têm garantias), detentores de 56,15% do valor da dívida. A espinha dorsal do plano é a injeção de recursos na Oi para sustentar suas operações até a realização da venda de ativos. Foi acertado um novo financiamento de até US\$ 655 milhões. **PÁGINA 3**

### X



Marcelo S. Camargo - Governo do Estado de SP

**O FUNDO PHOENIX, ADMINISTRADO PELA TRUSTEE DTVM**, e que tem entre seus cotistas o empresário Nelson Tanure, venceu o primeiro leilão de privatização do governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas. Com deságio de 33,68%, o fundo arrematou a estatal Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R\$ 1,04 bilhão. O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts (MW) em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo. A hidrelétrica de Henry Borden (889 MW) é o principal ativo da empresa, inaugurada em 1920 e localizada no pé da Serra do Mar. **PÁGINA 8**

### ORÇAMENTO

#### Paiva: previsibilidade é fundamental para defesa

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, classificou como "fundamental" a previsibilidade orçamentária para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e para aumentar a capacidade de dissuasão em um "mundo multipolar". A declaração ocorre dias depois de comandantes das Forças Armadas terem participado de audiência na Câmara para reclamarem dos cortes de orçamento. **PÁGINA 7**



### PODERES

#### Dino pede explicações sobre orçamento secreto

O ministro Flávio Dino, do STF, instou o presidente Lula e os presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, a se manifestarem sobre um suposto descumprimento da decisão que derrubou o chamado orçamento secreto. Eles terão 15 dias para prestar esclarecimentos à Corte. A petição destaca como essas emendas operam à margem dos princípios constitucionais. **PÁGINA 7**



**IBOVESPA** 125.124,30 ↑ 0,75%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETZ ON NM	4.80	+37.14%	+1.30
ALPARGATAS PN N1	9.00	+5.88%	+0.50
CVC BRASIL ON NM	1.92	+6.67%	+0.12
REDE D OR ON NM	24.450	+4.85%	+1.130
P.ACUCAR-CBDON NM	2.47	+4.66%	+0.11

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	30.92	-2.86%	-0.91
TRAN PAULISTPN N1	25.25	-2.66%	-0.69
AZUL PN N2	9.94	-1.29%	-0.13
BRABESCO PN N1	13.64	-0.94%	-0.13
JBS ON NM	22.12	-1.38%	-0.31

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	40.53	+1.71%	+0.68
VALE ON NM	63.36	+1.64%	+1.02
EQUATORIAL ON NM	31.15	+0.29%	+0.09
ITAUUNIBANCO PN N1	31.55	-0.57%	-0.18
PETROBRAS ON N2	42.72	+4.07%	+1.67

### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.986,40	+0,56%
S&P 500	4.967,23	-0,88%
NASDAQ	15.282,01	-2,05%
DAX 30	17.737,36	-0,56%
FTSE 100	7.895,85	+0,24%
IBEX 35	10.729,50	-0,33%

### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,199	5,199	↓ -0,96%

### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↓ -1,10%

### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,539	5,539	↓ -0,86%

### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,433	6,437	↓ -1,19%

### OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 402,60	2.390,86

**BOLSA FAMÍLIA**

# Renda da população mais pobre bate recorde e avança 12,6%

A desigualdade no Brasil subiu em 2023. O rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior

**O**s programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, mostrou a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada na sexta-feira, 19, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica.

Mesmo assim, o rendimento dessa camada de brasileiros ainda é baixo. Por dia, em média, o rendimento ficou em R\$ 17,50 no ano passado, contra R\$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R\$ 26 por dia, enquanto a menor foi no Nordeste, de R\$ 11,4 por dia. Segundo o IBGE, contribuíram para o aumento de renda o valor maior do programa Bolsa Família ao longo do ano, a melhoria no mercado de trabalho e o aumento real do salário mínimo.

"Além do reajuste do Bolsa Família, houve maior expansão do número de domicílios que receberam o benefício, e também uma melhoria no mercado de trabalho, com 4 milhões de pessoas a mais. Por fim, o aumento real do salário mínimo, que tem um efeito menor, mas impacta também", explicou o analista do IBGE Gustavo Fontes.

Levando em conta os valores pagos aos trabalhadores por todas as fontes - trabalho e outros rendimentos -, a renda média mensal no Brasil ficou em R\$ 2.846, crescimento de 7,5% em relação a 2022, e de 0,4% contra 2019, se aproximando do valor máximo da série his-



População de baixa renda: o rendimento ficou em R\$ 17,50 no ano passado, contra R\$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R\$ 26 por dia

tórica, em 2014, de R\$ 2.850,00.

Levando em conta apenas a remuneração por trabalho, sem outras fontes, o rendimento médio em 2023 chegou a R\$ 2.979, 7,2% a mais do que em 2022 e 1,8% se comparado a 2019.

Já considerando apenas o pagamento de outras fontes, o valor médio do rendimento mensal do brasileiro subiu 6,1% em 2023 contra 2022, para R\$ 1.837, mas caiu 2,9% em relação ao período pré-pandemia, quando registrou R\$ 1.892.

Ao abrir os componentes das outras fontes de pagamento - aposentadoria e pensão; aluguel e arrendamento; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e

outros rendimentos mensais, onde se incluem os programas sociais do governo -, o crescimento desse último item em relação a 2022 foi de 11,4%, para R\$ 947, e na comparação com 2019 a alta chegou a 26,8%. Em 2023, o componente outros rendimentos atingiu o maior valor da série histórica.

"Houve um aumento significativo tanto em relação a 2023, como em relação a 2019. Isso se deve, sobretudo, ao maior valor médio do Bolsa Família no ano passado. O valor médio do benefício aumentou em 2022 contra 2021 e voltou a crescer em 2023", disse Fontes.

Se analisados os rendimentos por regiões, o Nordeste registrou em 2023 o menor

valor médio mensal, de R\$ 1.885, enquanto o Centro-Oeste liderou com R\$ 3.335. Entre 2022 e 2023, todas as grandes regiões registraram aumento de rendimentos, segundo o IBGE, com a maior elevação ocorrendo na região Norte, de 9,9%.

"Na comparação com 2019, apenas as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento, ou seja, as outras regiões não tinham recuperado o rendimento médio das fontes na comparação com o ano que antecedeu a pandemia (2019)", informou o analista.

A desigualdade no Brasil subiu em 2023 puxada pelo aumento da renda de trabalhadores com nível superior. O rendimento dos 10% mais ricos sal-

tuou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior.

"Em 2023, o décimo da população ocupada com melhores rendimentos teve maior expansão em relação à média, enquanto o décimo da população com menores rendimentos teve o menor crescimento em relação a 2022. Mesmo assim, o Gini continua abaixo do período pré-pandemia", informou o analista do IBGE Gustavo Fontes.

O índice Gini do trabalho - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza -, atingiu 0,494 em 2023, depois de

ter caído para 0,486 em 2022, menor índice da série histórica. Em 2019, antes da pandemia, o indicador estava em 0,506.

A região Sul permaneceu com o menor índice, de 0,432, enquanto a região Nordeste apresentou o maior patamar, de 0,509, mantendo-se como a região com a distribuição de rendimentos de trabalho mais desigual no País.

"Principalmente na comparação com 2022, houve uma recuperação do rendimento da população com nível superior completo e dos empregadores. A gente observou que o mercado de trabalho, nesse último ano, de certa forma, favoreceu a população com nível superior completo", explicou Fontes.

Segundo o pesquisador, a camada da população de nível superior teve queda de rendimento no período da pandemia, mas no ano passado se beneficiou com a recuperação geral do mercado de trabalho, sendo que o setor que mais cresceu foi o de serviços mais sofisticados, como financeiro, comunicação, informação e administrativo, cujo rendimento médio do trabalho é maior.

Entre os cinco estados com o maior índice de Gini estão Piauí (0,587), Paraíba (0,584) e Rio Grande do Norte (0,517), no Nordeste, mas a lista também incluiu o Distrito Federal (0,540) e o Rio de Janeiro (0,519), destacou Fontes. "São UFs (Unidades Federativas) que têm rendimento médio elevado, mas que também tem o nível mais alto de desigualdade no mercado de trabalho", ressaltou.

Já Santa Catarina apresentou o menor índice Gini de rendimento de trabalho (0,395), seguida de Rondônia (0,426), Mato Grosso (0,434), Paraná (0,438) e Acre (0,448). São Paulo registrou um índice perto da média, com 0,487, informou o IBGE.

**VENDAS MAIORES**

# Lucro da P&G cresce e chega a US\$ 3,75 bilhões no 3º trimestre

A Procter & Gamble (P&G) registrou lucro líquido de US\$ 3,75 bilhões em seu terceiro trimestre fiscal, ou US\$ 1,52 por ação diluída, um avanço ante o resultado de US\$ 1,37 de igual período do ano anterior. O resultado superou a expectativa de US\$ 1,41 dos analistas ouvidos pela FactSet.

As vendas da empresa, por sua vez, ficaram em US\$ 20,2 bilhões, uma alta de 1% na comparação anual. Neste caso, porém, analistas estimavam US\$ 20,44 bilhões. Após

o balanço, o papel da empresa recuava 0,48% no pré-mercado em Nova York, às 8h40 (de Brasília).

As vendas orgânicas, que excluem o efeito do câmbio e vendas e aquisições, tiveram crescimento de 3%, na mesma comparação anual.

A companhia americana de bens de consumo disse que espera agora crescimento em seu lucro fiscal ajustado por ação de 10% a 11% no ano fiscal de 2024. Anteriormente, projetava alta de 8% a 9%. Ela ainda

manteve sua projeção de crescimento nas vendas para todo o ano de 2% a 4% e a de crescimento de 4% a 5% nas vendas orgânicas.

O fluxo de caixa operacional foi de US\$ 4,1 bilhões e sua produtividade foi de 87%, excluindo despesas de capital, como percentual do lucro líquido. A empresa devolveu US\$ 3,3 bilhões em dinheiro aos acionistas por meio de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões em pagamentos de dividendos e US\$ 1 bilhão em recompras

de ações.

O aumento de dividendos declarado no início deste mês marca o 68º ano consecutivo em que a P&G aumentou os seus dividendos e o 134º ano consecutivo em que a P&G pagou dividendos desde a sua constituição em 1890.

"Apresentamos vendas sólidas e um forte crescimento de lucros no terceiro trimestre, apesar de vários ventos contrários, o que nos permitiu aumentar nossa orientação de crescimento de lucro por ação e

manter nossa perspectiva de faturamento para o ano fiscal", disse Jon Moeller, Presidente do Conselho, Presidente e Chefe Diretor Executivo. "Continuamos comprometidos com nossa estratégia integrada de um portfólio de produtos focado em categorias de uso diário, onde o desempenho impulsiona a escolha da marca, a superioridade - em desempenho do produto, embalagem, comunicação da marca, execução no varejo e valor para o consumidor e cliente - produtividade,

ruptura construtiva e uma abordagem ágil e organização responsável. Estamos aumentando os investimentos em superioridade para impulsionar o crescimento do mercado e manter um forte impulso. Temos confiança de que esta continua a ser a estratégia certa para proporcionar um crescimento equilibrado e a criação de valor."

As vendas líquidas no terceiro trimestre do ano fiscal de 2024 foram de US\$ 20,2 bilhões, um aumento de 1% em relação ao ano anterior. As vendas orgânicas, que excluem os impactos cambiais e aquisições e desinvestimentos, aumentaram três por cento. O aumento das vendas orgânicas foi impulsionado por um aumento de três por cento devido ao aumento dos preços. Mix e volume tiveram impacto neutro nas vendas do trimestre.

**Diário DC** Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASILIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

AQUECIMENTO

# Produção industrial retoma expansão e emprego cresce

Os empresários da indústria demonstraram insatisfação com a situação financeira e o indicador de satisfação caiu 1,6 ponto em relação ao último trimestre de 2023

A produção industrial retomou o crescimento em março e o emprego do setor segue em alta. É o que mostra a Sondagem Industrial de março, divulgada na sexta-feira, 19, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, grandes e médias empresas industriais recuperaram o ritmo de produção no mês passado e o indicador de evolução da produção chegou a 51,0 pontos, um crescimento de 2,5 pontos em relação a fevereiro, quando o índice estava em 48,5 pontos.

O índice de evolução do número de empregados atingiu 50,4 pontos em março e segue dois pontos acima da média para o período do ano, segundo a CNI.

"A indústria começou 2024 com o mercado de trabalho aquecido e as pesquisas mostram que essa tendência continua. Entretanto, apesar das altas na produção e no emprego, a demanda interna ainda é um problema para os empresários industriais", afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Apesar da melhora no indicador de produção, os empresários da indústria demonstraram insatisfação com a situação financeira no início deste ano. O indicador de satisfação caiu 1,6 ponto em relação ao último trimestre de 2023, de 51,1 pontos em fevereiro para 49,4 pontos em março deste ano. Na Sondagem, os indicadores variam de zero a 100 pontos, sendo que resultados abaixo de 50 pontos indicam queda, ou no caso específico de indicação de satisfação, significa que os empresários mudaram a percepção para insatisfação em relação ao lucro.



A indústria começou 2024 com o mercado de trabalho aquecido, mas a demanda interna ainda é um problema para os empresários industriais

O índice de evolução do preço de matérias-primas subiu 2 pontos, de 54,8 para 56,8 pontos, em março, indicando uma percepção de alta de preços mais intensa e disseminada. Dessa forma, destaca a CNI, a falta ou alto custo da matéria-prima voltou ao ranking de principais problemas apontados pela indústria. O item ficou em terceira posição entre os obstáculos apontados pelos entrevistados, com 19,6% das respostas. No último trimestre de 2023, essa adversidade estava

em sexta posição.

O principal item apontado como entrave pela indústria continua sendo a elevada carga tributária, com 35,7% dos apontamentos. Em segundo, segue a demanda interna insuficiente, assinalada por 30,6%.

A Sondagem mostra que a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) em março se manteve estável em 68%, pelo segundo mês consecutivo. Na comparação com a série histórica, esse percentual é o esperado para o mês.

O levantamento mostrou ainda alta dos estoques na passagem de fevereiro para março. O índice de evolução dos estoques ficou em 50,4 pontos. Mesmo com a alta dos estoques, assina a CNI, eles estão abaixo do nível esperado pela indústria, o que mostra o índice de estoque efetivo em relação ao planejado, que ficou em 49,8 pontos. Segundo os dados da Sondagem, este é o quarto mês consecutivo em que não é registrado excesso de estoque.

A Sondagem mostra que, em

abril, os indicadores de expectativa de quantidade exportada, de compras de matérias-primas e de demanda avançaram. Já a expectativa do número de empregados na indústria se manteve estável. O indicador de intenção de investimento chegou a 57,0 pontos este mês, um avanço de 0,5 ponto em relação a março.

A Sondagem Industrial entrevistou 1.576 empresas de pequeno, médio e grande porte por mês. As entrevistas foram feitas entre os dias 1º e 9 de abril.

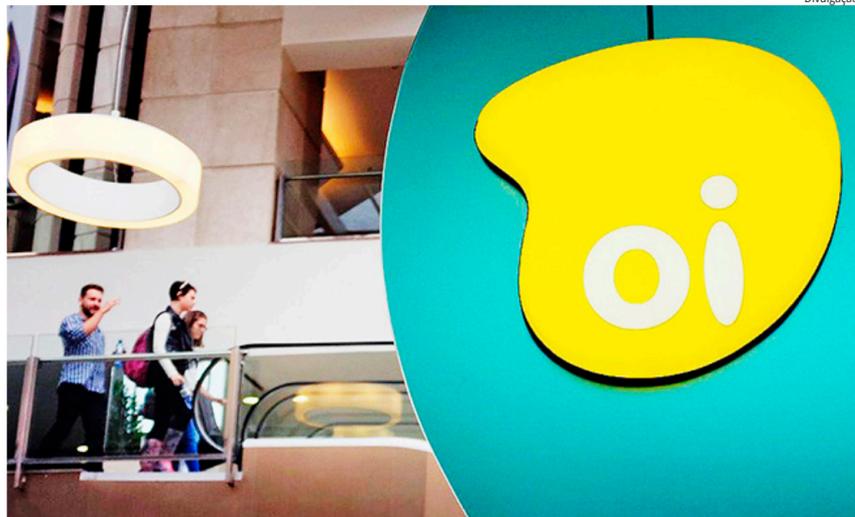
RECUPERAÇÃO

# Credores aprovam plano que injetará R\$ 3,4 bilhões na Oi

Os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R\$ 44,3 bilhões. A proposta contou com o apoio de 79,87% dos credores quirografários (cujas dívidas não têm garantias), detentores de 56,15% do valor da dívida. O resultado veio após quase 14 horas de duração da assembleia geral de credores, que começou pouco depois das 14h da quinta-feira, 18, e seguiu até as 4h da madrugada de sexta-feira, 19, em um hotel na zona oeste do Rio.

A tele apresentou a nova versão do plano de recuperação por volta do meio-dia de quinta e, ao longo do dia, apresentou aos poucos 32 documentos anexos que dão suporte ao processo. As sessões tiveram seis interrupções para os credores analisarem os dados. A despeito do ritmo lento, o encontro não teve brigas.

A espinha dorsal do plano é a injeção de recursos na Oi para sustentar suas operações até a realização da venda de ativos. Foi acertado um novo financiamento de até US\$ 655 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 3,4 bilhões no câmbio atual. Desse total, os credores financeiros vão colocar US\$ 505 milhões, enquanto a empresa de infraestrutura de telecomunicações V.tal, controlada pelo BTG



Oi: os credores concordaram em adiantar uma parte desse total, na forma de um empréstimo no valor de US\$ 135,8 milhões

Pactual, aportará de US\$ 100 milhões a US\$ 150 milhões.

Os recursos vão entrar até 15 de julho na tele, com pagamento em 2027. Os credores concordaram em adiantar uma parte desse total, na forma de um empréstimo-ponte cujo novo valor será de US\$ 135,8 milhões.

Em troca, a Oi apresentou um amplo pacote de garantias. Entram aí a participação minoritária na V.tal; o negócio de banda larga, chamado Oi Fibra; 100% dos recursos líquidos que a Oi

espera receber no seu processo de arbitragem contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em que pleiteia um total de R\$ 60 bilhões; um grupo selecionado de imóveis; e equipamentos operacionais.

O plano aprovado cortará a dívida financeira da Oi em cerca de 70% mediante descontos e parcelamentos de saldos devedores no longo prazo. Também está prevista a conversão de dívidas em capital social, o que vai diluir os atuais acionis-

tas em 80%, conforme previsto. "A empresa terá um endividamento bem menor. Então, estamos falando de ficar com 20% de uma empresa com muito mais qualidade", apontou o diretor jurídico da Oi, Thalles Paixão.

Uma perna importante do plano é a venda de ativos avaliados em mais de R\$ 15 bilhões para abater as dívidas. Entre os ativos à venda está a Oi Fibra e a participação na V.tal, além de imóveis espalhados pelo País. No passado, a Oi já se desfez do

negócio de internet móvel, da infraestrutura de redes de fibra ótica, além de imóveis e torres.

Após a nova liquidação, sobrarão na Oi, essencialmente, a divisão de internet e TI para empresas (chamada Oi Soluções) e as subsidiárias de call center e serviços de manutenção em campo.

Neste momento, a venda da Oi Fibra é a que está mais adiantada, com o recebimento de propostas em andamento. O plano prevê levantar R\$ 7,3 bilhões com o ativo, mas tem flexibilidade para receber valores menores ou até mesmo a entrega de ativos como forma de pagamento.

O plano costurado pela Oi ficou distante de ser unanimidade entre os credores. O apoio foi dado principalmente por credores financeiros e fornecedores, como empresas de torres e satélites. Os credores foram assessorados pelo banco Houlhan Lockey.

Parte dos bancos locais foi avessa à proposta. Houve discussão até mesmo dentro do próprio conselho da tele. O conselheiro Raphael Manhães Martins foi contra o plano por entender que a Oi deve virar uma "companhia esvaziada" após a venda dos últimos ativos de peso e que a proposta de renegociação prevê a oferta de garantias em excesso em troca de financiamento.

A Oi entrou em recuperação judicial pela primeira vez em 2016, com R\$ 65 bilhões em dívidas, e concluiu no fim de 2022. No entanto, a tele seguiu com dívida de R\$ 44,3 bilhões, o que a levou a pedir proteção judicial novamente poucos meses depois, no início de 2023.

ROUANET



Notredame fez evento restrito

## Notredame é multada em R\$ 9,3 milhões por shows privados

A Controladoria-Geral da União (CGU) multou em R\$ 9,3 milhões a operadora de saúde Notredame Intermédica por irregularidades no apoio financeiro a eventos culturais via Lei Rouanet. Segundo a autoria, a operadora recebeu contrapartidas ilegais para o financiamento dos projetos, como a realização de shows privados para colaboradores da empresa em detrimento dos eventos aprovados no âmbito da Rouanet. Entre as irregularidades identificadas pela CGU, há um show da banda Jota Quest realizado na confraternização de fim de ano da Notredame em 2015. O evento foi restrito aos colaboradores da operadora e foi pago à revelia do que estava previsto no termo de colaboração assinado via Rouanet.

Nos mesmos moldes, para a confraternização de fim de ano em 2016, estava previsto um show do cantor Thiaguinho. A apresentação nunca ocorreu pois, em junho de 2016, foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) a Operação Boca Livre, que investigou irregularidades do gênero e impediu a continuidade da fraude. A auditoria da CGU foi realizada com elementos coletados pela Boca Livre.

A Notredame Intermédica, em nota, afirmou que a investigação é relativa a "fatos ocorridos sob gestão de outra diretoria". Outras duas empresas, apontadas pela auditoria como intermediadoras da irregularidade, também foram multadas pela CGU. A Notredame também deve divulgar a decisão em veículos de comunicação e na página institucional da empresa na internet. Cabe recurso da decisão e a operadora vai recorrer.

A Rouanet é destinada ao financiamento de projetos culturais, mas não realiza aportes diretos do governo aos artistas. O que ocorre é um sistema de mediação com o setor privado: ao obter o aval da Rouanet, o artista é autorizado a buscar empresas interessadas em financiar o projeto. O aporte pode ocorrer ou por doação, sem demais contrapartidas, ou por patrocínio, obtendo, em troca, publicidade ou produtos relacionados ao evento.

Outra contrapartida possível às empresas ao financiar projetos via Rouanet é deduzir o valor transferido ao projeto cultural da declaração de imposto de renda, integral ou parcialmente. A irregularidade apontada pela CGU indica que a Notredame, deliberadamente, assinou termos de financiamento com o objetivo de receber mais contrapartidas, à margem do previsto em lei.

Os auditores apontam que as empresas do grupo Notredame pagaram R\$ 715 mil para o projeto "Jornada Instrumental", que previa quatro espetáculos de música clássica em uma cidade do interior de São Paulo. Segundo o relatório da CGU, a contrapartida da empresa intermediadora para que a Notredame financiasse o "Jornada Instrumental" foi a realização de um show da Jota Quest na confraternização de fim de ano do grupo.

Da mesma forma, o projeto "Celebração Musical", cuja proposta previa a realização de espetáculos de orquestra sinfônica, obteve R\$ 296 mil.

## GANHO DE ESCALA

# Petz assina MoU com Cobasi para possível combinação de negócios

A companhia combinada terá uma rede de 483 lojas e alcançará um faturamento de R\$ 6,9 bilhões

**A** Petz confirmou na manhã de sexta-feira, 19, que celebrou memorando de entendimento não vinculante (MoU) para a possível combinação de negócios com a Cobasi.

A proposta para celebrar o MoU já havia sido aprovada em reunião do conselho de administração da última segunda-feira, 15, segundo ata da reunião divulgada na sexta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo fato relevante, "com a implementação da operação, a companhia combinada terá uma rede de 483 lojas, e alcançará um faturamento bruto de aproximadamente R\$ 6,9 bilhões e um Ebitda ajustado IAS17 de R\$ 464 milhões (considerando o ano de 2023)".

A operação implicará na união de duas companhias com modelos de negócios e direcionamentos estratégicos similares, com o fortalecimento da omnicanalidade na plataforma combinada, ganho de escala e potencialização da estratégia comercial.

A relação de troca entre as companhias foi calculada considerando o preço por ação de R\$ 7,10 de emissão da companhia, valor 102% maior do que o do fechamento da ação no



A Petz e a Cobasi se comprometem a negociar de forma exclusiva visando a conclusão da operação, se abstendo de tratar com terceiros quaisquer transações

pregão de quinta-feira.

O memorando prevê ainda que, quando do fechamento da operação, o capital social

da sociedade combinada será representado por 50,0% de acionistas da companhia e por 50,0% de acionistas da Cobasi;

e uma distribuição em moeda corrente nacional no valor total de R\$ 450 milhões para os acionistas da companhia, sujeitos

a determinados ajustes.

O MoU também determina que a Petz e a Cobasi se comprometem a negociar de forma

exclusiva visando a conclusão da operação, se abstendo de tratar com terceiros quaisquer transações similares à operação.

A consumação da operação está sujeita à negociação e à celebração dos documentos definitivos, ao cumprimento de determinadas condições precedentes, tais como a aprovação da pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e à realização de diligências legal, operacional, contábil e financeira.

A companhia engajou como assessor financeiro o Itaú BBA e como assessor jurídico o escritório Lefosse Advogados. A Cobasi engajou como assessor financeiro o Morgan Stanley e como assessor jurídico o escritório Pinheiro Neto Advogados.

O MOU estabelece, ainda, princípios gerais que deverão reger a governança da sociedade combinada, e a celebração de um Acordo de Acionistas entre o Sr. Sergio Zimmerman, acionista de referência da Companhia, e os acionistas controladores da Cobasi. O acordo de acionistas terá regras para a escolha e eleição de membros para do Conselho de Administração da sociedade combinada e regras para a escolha e nomeação do Presidente do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria da sociedade combinada, incluindo seu Presidente.

## SEGUROS

### Câmara debate relação entre seguradora e os desastres naturais

Em audiência pública na Câmara dos Deputados realizada no dia 17 de abril, em Brasília, importantes figuras do setor segurador discutiram estratégias para abordar desafios relacionados às mudanças climáticas e desastres naturais no Brasil.

A reunião, organizada pela Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, contou com a participação de lideranças de seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguros, além de parlamentares.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, abriu o debate destacando a baixa adesão ao seguro contra riscos climáticos no Brasil. Ele ressaltou a importância de aumentar a resiliência das cidades e áreas rurais diante de enchentes e inundações frequentes. Oliveira também apresentou propostas para melhorar a resposta a desastres naturais e acelerar a recuperação de infraestruturas e atividades econômicas afetadas.

Uma das iniciativas destacadas foi o Seguro Social de Catástrofe, proposto pela CNseg, que visa fornecer apoio financeiro rápido às vítimas de desastres através de um sistema de indenizações acessíveis.

Além disso, Dyogo Oliveira discutiu a importância de expandir o seguro rural e a criação de um Fundo do Seguro Rural (FSR) para estabilizar os prêmios diante das flutuações climáticas.



Elisabete Prado, presidente da Delphos, Joffre Nolasco, presidente da Aconseg-RJ, e Jaqueline Rocha, diretora da Aconseg-RJ

## Aconseg-RJ presta homenagem às mulheres do mercado segurador

No mercado de seguros brasileiro, o avanço das mulheres em postos de chefia é visível.

Segundo estudo recente da Escola de Negócios de Seguros (ENS), elas são maioria nas empresas (aproximadamente 57%) e estão presentes em 31% dos cargos executivos.

A Associação das Empresas de Assessoria e Consultoria de Seguros do Rio de Janeiro (Aconseg-RJ) prestou uma homenagem especial às mulheres do mercado de seguros pelo seu dia nas pessoas da diretoria da entidade, Jaqueline Rocha, e da presidente da Delphos, tradicional empresa de prestação de serviços do setor, Elisabete Prado.

Segundo o presidente da Aconseg-RJ, Joffre Nolasco, a longa trajetória de lutas traçada pelas mulhe-

res resultou em êxito e reconhecimento por toda a sociedade.

"Ainda há gargalos a serem vencidos, mas será uma questão de tempo. Parabéns ao quadro feminino do setor que vem contribuindo de forma efetiva, inteligente e criativa para o crescimento do nosso mercado", frisou Nolasco.

A diretora da entidade, Jaqueline Rocha, destacou que "é uma honra participar da diretoria da Aconseg-RJ. Mostra o quanto as mulheres são participativas e atuantes no mercado segurador, agregando valor e conhecimentos. Com o passar dos anos, vejo o número de mulheres qualificadas e competentes na ocupação de cargos que por muitos anos foram privilegiados por homens", pontuou Jaqueline, pri-

meira mulher a ocupar espaço na alta direção da Aconseg-RJ.

Por sua vez, a presidente da Delphos, empresa que presta serviços terceirizados no mercado segurador, Elisabete Prado, revelou que "vem de uma carreira bastante longa na empresa.

"A minha ascensão ocorreu de forma gradativa e natural. Fui ganhando cargo a cargo, até chegar à posição de CEO. São mais de quatro décadas, e hoje é raro encontrar pessoas que fiquem tanto tempo em uma mesma organização. Foi uma escalada que dependeu exclusivamente das minhas competências em relação aos negócios, que envolvem toda a empresa, aliadas ao meu conhecimento do mercado", narrou a líder da Delphos.

### CVG-RJ realizará café da manhã com palestra no próximo dia 25

Dando continuidade a sua programação de eventos que tem como objetivo atualizar e levar conhecimento aos profissionais de seguros, o Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ), convida para o café da manhã que será realizado na sua sede, no Centro, na próxima quinta-feira, dia 25 de abril.

Na ocasião, as especialistas da SulAmérica, Ester Teixeira, Superintendente Comercial (Saúde e Odonto) e Evelin Sampaio, Gerente Comercial (Vida, Previdência e Investimentos), farão uma palestra sobre o tema "Saúde+Vida", segmentos da maior relevância para o bem-estar da população e o desenvolvimento do mercado de seguros.

Além disso, o CVG-RJ tem mais de 1.200 associados, que participam de sua programação. Em cursos de formação profissional, foram capacitados milhares de alunos, que hoje desempenham funções importantes nas empresas do mercado de seguros.

**Café da Manhã do CVG-RJ - Tema: Saúde+Vida**  
**Data:** 25/04 - quinta-feira  
**Horário:** 9h30 às 12h  
**Onde:** Sede do CVG-RJ - Rua da Quitanda, 159 - 12º andar - Centro - Rio  
**Informações:** cvgrj@cvgrj.com.br (21) 2203-0393 ou (21) 96428-4607  
**Inscrições:** www.cvgrj.rds.land/cvgrj-eventos.  
As vagas são limitadas

RESPOSTA

# Israel inicia retaliação ao Irã com ataques a base militar

A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. Os voos comerciais foram suspensos

Israel iniciou na madrugada de sexta-feira, 19, a retaliação ao Irã pelo ataque do sábado, 13, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O movimento agrava o risco de uma guerra entre os dois países.

A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. O país ativou os sistemas de defesa aérea em diversas províncias, após detectar objetos voadores suspeitos.

A agência de notícias estatal IRNA informou não ter registrado quaisquer danos ou explosões em grande escala em qualquer parte do país e que nenhum incidente foi relatado nas instalações nucleares iranianas. Os voos comerciais foram suspensos pelo Irã na noite da quinta-feira, 18, mas retomados na manhã de sexta.

Não há informações precisas sobre a extensão ou o impacto da ação israelense, que foi entendida como uma resposta ao ataque do Irã, que envolveu mais de 300 drones e mísseis - a maioria dos artefatos foi abatida pela defesa anti-aérea de Israel. A ofensiva iranianas, por sua vez, foi uma resposta a um ataque atribuído a Israel que matou altos oficiais iranianos em Damasco, na Síria.

Israel está sob pressão dos Estados Unidos e da Europa para moderar a resposta ao Irã. Já o governo iraniano fez diversos alertas, nos últimos dias, de que responderia agressivamente a qualquer ataque israelense.

O G7 está muito preocu-



Não há informações sobre a extensão ou o impacto da ação israelense, que foi entendida como uma resposta ao ataque do Irã, que envolveu mais de 300 drones

pado com a contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e com a sua retórica e ações nucleares irresponsáveis, bem como com o avanço contínuo da Coreia do Norte e do Irã nos programas de mísseis nucleares e balísticos. Em comunicado emitido após reunião de ministros das Relações Exteriores do grupo, a visão é

de que "estes desenvolvimentos colocam sérios desafios à paz e à segurança internacionais e exigem a nossa determinação unida na defesa dos regimes globais de desarmamento e de não-proliferação".

Além disso, o G7 condena nos termos mais veementes a crescente cooperação militar entre a Coreia do Norte e a Rus-

sia, incluindo a exportação pela Coreia do Norte e a aquisição de mísseis balísticos norte-coreanos pela Rússia, bem como a utilização destes mísseis pela Rússia contra a Ucrânia.

"Estamos também profundamente preocupados com a possibilidade de qualquer transferência de tecnologia relacionada com mísseis nucleares ou balísti-

cos para a Coreia do Norte. Reiteramos o nosso compromisso de combater a evasão de sanções e reforçar a aplicação", afirma o grupo.

A Agência Internacional de Energia (AIE), braço da Organização das Nações Unidas, confirmou na sexta-feira, 19, em mensagem no X (ex-Twitter), que não há estragos a instala-

ções nucleares do Irã. A AIEA ainda pede "máxima cautela" a todos os envolvidos nas tensões no Oriente Médio "e reitera que as instalações nucleares nunca devem ser alvo em conflitos militares". "A AIEA monitora a situação muito de perto", acrescenta a mensagem.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, pediu na sexta-feira, 19, no Twitter que sejam interrompidas as hostilidades no Oriente Médio. "É a hora de interromper o perigoso ciclo de retaliação no Oriente Médio. Eu condeno qualquer ato de retaliação e apelo à comunidade internacional para trabalhar juntos e impedir qualquer acontecimento a mais que poderiam levar a consequências devastadoras para toda a região e para além dela", afirma a mensagem.

O chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, divulgou na sexta-feira também uma breve mensagem no X (ex-Twitter), no qual reforça a importância de que seja evitada uma escalada nas tensões entre Israel e o Irã. O comentário é veiculado horas após um aparente ataque israelense contra a cidade iranianas de Isfahan, aparentemente com efeitos modestos e sem sinal de retaliação de Teerã, ao menos por enquanto.

"Em relação à nova situação no Irã: pedimos a todos que continuem a contribuir para a desescalada no futuro. Desescalada continua a ser a ordem do dia. Falaremos sobre isso com todos nossos amigos e aliados e trabalharemos junto com eles nessa direção", afirmou Scholz.

PROTEÇÃO

## Lawlor garante que quem preserva os biomas defende os direitos humanos

O que marca o Brasil é uma "impunidade endêmica". E, apesar de serem "criminalizados" e "destruídos por autoridades", defensores de direitos humanos são quem preserva biomas no país e também quem cobra a atuação da Justiça em casos de violência do Estado e oferece uma alternativa de "dignidade, solidariedade e respeito a todos".

Essas foram algumas das colocações feitas na sexta (19), por Mary Lawlor, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, apresentadas em coletiva de imprensa.

A porta-voz da ONU chegou ao Brasil em 8 de abril de 2024 e se encontrou com autoridades do governo brasileiro, da Esplanada dos Ministérios, e nomes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e do Conselho Nacional de Justiça. O ponto central de sua agenda, porém, como é de praxe em visitas oficiais de representantes da entidade, são as reuniões com líderes que articulam reações às violações de direitos socioambientais e, como consequência disso, ficam em evidência e sofrem perseguições.

Mary Lawlor também esteve

na Bahia, no Pará, em São Paulo e no Mato Grosso, estados que identificou como sendo "particularmente graves", em relação aos perigos que se impõem diante daqueles que lutam em defesa dos direitos humanos e de biomas. A especialista da ONU disse que, por todo o país, há pessoas que protegem a vida, a terra e a natureza sob cerco ou mesmo sendo mortas e que acabam tendo que enfrentar um sistema que reforça injustiças.

O cenário, acrescentou ela, é de desigualdades e abandono por parte das instituições que deveriam protegê-las. Ao ler seus apontamentos, Mary Lawlor explicou que muitas lideranças têm medo de retaliação após denunciarem os casos de violações que chegam ao seu conhecimento e que muitas delas, além de serem criminalizadas pelo papel que exercem, lidam, com frequência, "com ameaças de morte na porta de casa".

"Líderes indígenas repetidamente disseram que tiveram que deixar seus territórios, com medo de serem mortos", ressaltou ela, em sua fala aos jornalistas, afirmando, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, comemorado hoje, que os povos originários "devem

ser celebrados e protegidos", e citando o caso de uma guaraní kaiowá que teve que deixar tudo para trás, depois de um familiar ser executado e ela receber um aviso de que seria a próxima a ser assassinada.

Para a porta-voz da ONU, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser questionado quanto à discussão em torno do marco

temporal, tese jurídica que restringia o direito às terras indígenas aos seus respectivos povos originários àqueles que as ocupassem em outubro de 1988, na promulgação da Constituição Federal. No entendimento de Mary Lawlor, a corte deveria ter se empenhado mais em assegurar o direito aos indígenas, acelerando a derrubada da tese.

Um dos ministros com quem esteve foi Silvío Almeida, da pasta de Direitos Humanos e da Cidadania, que teria explicado a ela as ações já implementadas ou em vias de aplicação, no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que, em 2024, com-



Lawlor explicou que muitas lideranças têm medo de retaliação após denunciarem os casos de violações

pleta 20 anos, sob a batuta do ministério. No que concerne a esse aspecto, a crítica foi em relação ao orçamento e à falta de efetividade.

"Raramente as políticas que estão sendo desenvolvidas pelo governo federal foram levantadas comigo pelos defensores dos direitos humanos. A principal exceção a isso foi o trabalho realizado no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania através do Grupo de Trabalho (GT) Sales Pimenta. O estabelecimento do Grupo de Trabalho é positivo e necessário. No entanto, ouvi repetidamente preocupações de defensores de direitos humanos sobre sua falta de progresso e a falta de investimento por parte do governo federal. O GT precisa ter um orçamento adequado para que consiga desenvolver aquilo que foi encarregado de fazer e deve contar com a participação genuína de todos os ministérios relevantes, bem como dos próprios defensores dos direitos humanos que estão em risco. Em suma, precisa ser politicamente priorizado e devidamente financiado", resumiu Mary.

Um dos aspectos abordados no relatório que produziu foi a cota de responsabilidade pela qual devem responder o empresariado, em seus diversos segmentos, e o governo brasileiro, no que diz respeito à manutenção da atmosfera de "violências extremas". Nesse sentido, seu argumento é de que o governo federal precisa barrar companhias que devastam os territórios e cometem violações de direitos vários.

## ATENTADO

# Consulado do Irã em Paris é isolado após suspeita de bomba

Uma testemunha relatou que um homem entrou no consulado, tirou o casaco e vestia um colete feito à mão no qual, aparentemente, havia explosivos

A polícia da França isolou na sexta-feira, 19, o consulado do Irã em Paris após um homem supostamente ter entrado com material explosivo na sede diplomática. De acordo com a imprensa local, o suspeito foi detido e uma unidade de elite foi acionada para o consulado, que solicitou por intervenção.

Uma testemunha relatou que um homem entrou no consulado por volta das 11h (6h de Brasília) e que ele tirou o casaco e vestia um colete feito à mão no qual, aparentemente, havia explosivos. O jornal Le Parisien destacou que o indivíduo colocou diversas bandeiras no chão e garantiu que o seu objetivo era vingar a morte do irmão.

Segundo a emissora de televisão BFMTV, ele saiu do consulado por vontade própria e foi detido pelas forças de segurança, não tendo sido encontrado qualquer artefato explosivo. O veículo em que ele chegou ao local também foi revisado.

Um oficial da polícia de Paris disse à Associated Press que os policiais estavam verificando a identidade do homem e tentando determinar se ele tinha armas. O funcionário disse que o homem foi localizado por volta das 11h e que a polícia lançou uma operação especial assim que foi alertada. Os motivos do homem não ficaram imediatamente claros. Nenhuma explosão foi relatada.

O comandante da polícia de Paris, Laurent Nuñez, mobilizou uma unidade de elite e destacou que o consulado fez o pedido de intervenção. Agentes antiterroristas franceses solicitaram a entrada no consulado, mas os funcionários do edifício diplomático negaram, segundo a BFMTV.



Consulado do Irã: agentes antiterroristas franceses solicitaram a entrada no consulado, mas os funcionários do edifício diplomático negaram

O bairro onde fica o consulado iraniano, o XVI Arrondissement, no oeste da capital francesa, está completamente fechado ao tráfego. As linhas 6 e 9 do metrô, que passam pela estação Trocadero, a mais próxima do consulado iraniano, também foram paralisadas segundo a empresa RATP.

O incidente ocorre em meio a uma tensão crescente no Oriente Médio, no mesmo dia em que o Irã foi alvo de um ataque retaliatório de Israel e poucos dias depois de Teerã ter atacado diretamente o território israelense pela primeira

vez na história. O consulado iraniano em Paris não tem um alto nível de atividade, devido à frieza entre os dois países, o que faz com que sejam emitidos poucos vistos.

O governo brasileiro informou na sexta-feira também que acompanha, "com grave preocupação", mais um episódio da escalada de tensão entre Israel e o Irã. O posicionamento foi divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Mais cedo, a imprensa internacional informou que foram registradas explosões na província iraniana de Isfahan. De

acordo com agências internacionais de notícias, as explosões foram provocadas por Israel em resposta aos ataques iranianos ao território israelense na semana passada.

"O Brasil continua a acompanhar, com grave preocupação, episódios da escalada de tensões entre o Irã e Israel, desta vez com o relato de explosões na cidade iraniana de Isfahan. O Brasil apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada", declarou o

Itamaraty.

De acordo com a pasta, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, transmitiu a preocupação do governo brasileiro pessoalmente ao chanceler do Irã, Hossein Amir-Abdollahian, durante encontro bilateral ocorrido na manhã de sexta na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O governo do Irã negou, por meio de sua agência estatal de notícias, a ocorrência das explosões. Segundo a agência Irã Fars News, os sons foram, na verdade, de baterias antiaéreas que dispararam contra "objetos suspeitos".

## RISCOS



Bolsas variam com o petróleo

## Bolsas da Europa fecham sem sinal único, com as tensões

As bolsas da Europa fecharam sem sinal único na sexta-feira, em uma sessão que começou com aversão a riscos por conta das tensões no Oriente Médio, mas que foi abandonando a cautela aos poucos, na medida em que prevaleceu a visão de que uma eventual escalada do conflito seria contida. Além disso, houve a declaração de dirigentes de bancos centrais da região, com destaque para a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, que falou sobre corte de juros diante do processo de desinflação.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,11%, a 499,16 pontos. Em Paris, o CAC 40 caiu 0,01%, a 8.022,41 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 teve queda de 0,51%, a pontos. Em Madri, o Ibex 35 recuou 0,33%, a 10.729,50 pontos.

Lagarde afirmou que a instituição poderá cortar juros à frente, se ampliar a confiança de que a inflação converge à meta de 2% na zona do euro. De qualquer forma, ela reforçou o compromisso da entidade em seguir guiada pela evolução dos dados econômicos. "O Conselho não está pré-comprometido com uma trajetória particular para a taxa", afirmou. Outro dirigente do BCE, Edward Scicluna avaliou que junho é o mês "mais provável" em que o comando do BCE concordará em começar a cortar os juros. Segundo ele, não há motivo para manter as taxas nos níveis atuais, já que a inflação caminha para a meta de 2%.

O dirigente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) Dave Ramsden expressou ter ficado menos preocupado com o progresso na inflação no Reino Unido nos últimos meses. Ramsden contou que temia, durante boa parte de 2023, que a economia britânica estivesse descolada dos EUA e zona do euro em termos de desinflação. Agora, porém, ele disse que o Reino Unido se parece mais como um player "atrasado". Em Londres, o FTSE 100 fechou em alta de 0,24%, a 7.895,85 pontos.

Na agenda de indicadores, o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) da Alemanha recuou 2,9% em março, na comparação anual, quando analistas ouvidos pela FactSet previam baixa de 3,0%. A Reuters ainda reportou, a partir de fonte, que o governo da Alemanha elevaria levemente a projeção de crescimento do país neste ano e cortaria a de inflação, em suas projeções atualizadas que saem na próxima semana. Em Frankfurt, o DAX recuou 0,53%, a 17.742,36 pontos. No Reino Unido, as vendas no varejo ficaram estagnadas em março ante fevereiro, enquanto analistas projetavam alta de 0,5%.

Segundo a Reuters, o BCE está prestes a emitir uma ordem vinculativa ao UniCredit da Itália para cortar seus negócios na Rússia, seguindo uma abordagem semelhante à aplicada ao Raiffeisen Bank International da Áustria. Isso reflete a pressão crescente sobre os bancos europeus para diminuir suas operações financeiras com Moscou devido à persistência do conflito na Ucrânia. Em Milão, a ação do Unicredit avançou 0,56%, enquanto o FTSE MIB subiu 0,12%, a 33.922,16 pontos.

## SEGURANÇA NACIONAL

# China determina que Apple retire do país os seus aplicativos de mensagem

A China ordenou que a Apple retire alguns dos mais populares aplicativos de mensagens do mundo de sua loja de aplicativos no país, no mais recente exemplo da censura exigida para a fabricante do iPhone em seu segundo maior mercado. O WhatsApp e o Threads, da Meta Platforms, e o Signal e o Telegram foram retirados da loja de aplicativos chinesa na sexta-feira, 19. A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos por preocupações de segurança nacional, não especificadas.

"Somos obrigados a seguir as leis nos países em que operamos, mesmo quando discordamos", afirmou um porta-voz da Apple. Os aplicativos de mensagens somados têm cerca de 3 bilhões de usuários no mundo. Eles podem ser acessados na China apenas por meio de redes virtuais privadas que podem ser usadas fora do grande controle imposto por Pequim, mas ainda são comumente utilizados.

Pequim em vários momentos já viu essas plataformas com cautela, temendo a possibilidade de que os aplicativos possam ser usados para disseminar conteúdo negativo ou causar distúrbios sociais. Uma fonte ligada ao assunto disse que a Administração do Ciberespaço da China



A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos da China por preocupações de segurança nacional

pediu à Apple para retirar os aplicativos pois eles possuem conteúdo político com menções problemáticas ao presidente chinês. O porta-voz da Apple disse que isso não foi parte do motivo informado.

A medida restringe o número de aplicativos estrangeiros que os usuários chineses podem usar para se comunicar com o exterior, em mais um aperto nos controles da internet por Pequim. Ocorre também em

momento de tensões no setor de tecnologia com os EUA, enquanto o Congresso americano conduz um esforço para pressionar o TikTok, o qual poderia levar à aprovação de uma lei neste mês para forçar a controladora chinesa do aplicativo de compartilhamento de vídeos a ser vendida nos EUA ou correr o risco de um banimento.

O G7 está preocupado também com o fato de as políticas e práticas não mercantis

da China estarem conduzindo a um excesso de capacidade, que prejudica os "nossos trabalhadores, as nossas indústrias e a resiliência econômica". Em comunicado, o grupo das sete economias mais desenvolvidas do mundo diz que uma China em crescimento que cumpra as regras internacionais seria de interesse global. "Não estamos nos dissociando ou nos voltando para dentro", afirma o documento, publicado após reu-

nião dos ministros das Relações Exteriores do G7.

Reiteramos a importância de garantir condições de concorrência equitativas e um ambiente de negócios transparente, previsível e justo, aponta o G7. "O respeito pelo sistema comercial multilateral baseado em regras e em princípios de mercado tem de ser a marca das nossas relações, para proteger os nossos trabalhadores e empresas de políticas e práticas injustas e não mercantis, incluindo a transferência forçada de tecnologia ou a divulgação ilegítima de dados, que distorcem a economia global e prejudicam a concorrência leal", diz o documento.

"Protegeremos os nossos trabalhadores e comunidades empresariais de práticas injustas, incluindo aquelas que levam ao excesso de capacidade, criam vulnerabilidades na cadeia de abastecimento e aumentam a exposição à coerção econômica, uma vez que reconhecemos que a resiliência econômica exige redução de riscos e diversificação sempre que necessário", afirma o grupo.

"Reafirmamos a necessidade de defender os princípios da Carta das Nações Unidas na sua totalidade. A este respeito, apelamos à China"

INVESTIMENTO

# Paiva diz que previsibilidade orçamentária é fundamental

O comandante do Exército afirmou que a previsibilidade orçamentária é fundamental para fortalecer a defesa e aumentar a capacidade de dissuasão

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, classificou como “fundamental” a previsibilidade orçamentária para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e para aumentar a capacidade de dissuasão em um “mundo multipolar”. A declaração ocorre dias depois de comandantes das Forças Armadas terem participado de audiência na Câmara para reclamarem dos cortes de orçamento.

“Estar preparado para o futuro envolve, sobretudo, aprimorar o valor do soldado por meio do treinamento eficaz e da dotação de materiais de emprego militar modernos. Dessa forma, a previsibilidade orçamentária é fundamental para fortalecer a Base Industrial de Defesa e aumentar a capacidade de dissuasão em um mundo multipolar, no qual os conflitos bélicos são uma realidade”, disse o general, em discurso durante cerimônia em alusão ao Dia do Exército nesta sexta-feira, 19, no Quartel-General em Brasília.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no evento. De ministros, participaram o da Defesa, José Múcio, do Gabinete da Segurança Institucional (GSI), Marcos Antonio Amaro dos Santos, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No evento, autoridades e instituições civis e militares que tenham prestado relevantes serviços ao Exército são condecoradas com a “Ordem do Mérito Militar” e a medalha “Exército Brasileiro”.

“A constante evolução tecnológica nos obriga a priorizar a atração, a capacitação e a retenção de recursos humanos, formando os líderes do amanhã por intermédio de um consagrado sistema de ensino, que preserva e difunde princípios éticos, valores e tradições militares”, disse Tomás Paiva.

Na quarta-feira, 17, o minis-



O presidente Lula e o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, durante celebração do Dia do Exército, em solenidade no Quartel-general do Exército

tro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas participaram de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara. Na sessão, os militares reclamaram dos cortes no Orçamento. Marcos Sampaio Olsen, da Marinha, por exemplo, alertou que o valor alocado para munição e combustível está abaixo do que é necessário ou do mínimo aceitável.

“A Defesa é um importante setor que carece de atenção e investimento”, afirmou Múcio na quarta-feira. Já Olsen apontou que houve um índice de perda de 46% na capacidade orçamentária no setor de Defesa nos últimos dez anos. “A Marinha tem adotado uma redução de efetivo de maneira a tornar o orçamento mais eficiente”, disse Olsen. Ele argumenta que alguns desses programas afetados poderiam produzir empregos diretos e indiretos.

No discurso de sexta, o

comandante do Exército ressaltou que a Força integra uma “instituição de Estado, alicerçada na hierarquia e na disciplina, que se mantém coesa pelo culto a valores imutáveis”. “Estamos sempre prontos para garantir a soberania do País, protegendo nossas fronteiras e guardando nossas riquezas em todos os quadrantes deste imenso território, bem como conduzindo ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional, que ajudam na preservação ambiental e que aliviam o sofrimento da população em meio a desastres naturais”, acrescentou.

Tomás Paiva também reafirmou o “eterno compromisso” da Força Terrestre com a defesa da pátria e “dos mais caros ideais democráticos, mesmo com o sacrifício da própria vida”.

Lula também participou do evento em comemoração à data em 2023. A presença, contudo, ocorreu em meio à revelação de

um novo episódio envolvendo os ataques golpistas do 8 de Janeiro desencadear uma crise que culminou no pedido de demissão do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Gonçalves Dias. Na época, o presidente disse não guardar rancor dos militares pelo 8 de janeiro e enfatizou que “o Exército não é mais o Exército de Bolsonaro”.

“Hoje (sexta) foi o Dia do Exército brasileiro e todo mundo sabe o quanto eu andava magoado com os militares deste País por conta de tudo o que aconteceu. Fiquei a noite inteira pensando ‘vou ou não vou?’. Tomei a decisão de ir e acho que Deus me ajudou a decidir. Fui para mostrar ‘eu não guardo rancor’. Esse Exército não é mais o Exército de Bolsonaro, é o Exército de Caxias, é o Exército com compromisso constitucional”, disse o petista em evento após ter participado da celebração no ano passado.

O contexto da participação de Lula na cerimônia em 2024, porém, é um pouco diferente. A relação entre o governo federal e as Forças Armadas está mais amena. O episódio mais recente que representa o novo relacionamento se refere às manifestações do golpe militar de 1964. Sob pressão de apoiadores, o presidente desautorizou ações da gestão federal que relembrassem a data para evitar atritos com as Forças.

O ministro dos Direitos Humanos, Sílvia Almeida, era um dos principais defensores de que houvesse eventos públicos de rejeição à ditadura militar. A pasta havia programado um ato para 1º de abril, mas, a pedido de Lula, cancelou o evento. Na data, o petista esperava que tanto militares da ativa como seus auxiliares civis deixassem de falar do golpe militar para não acirrar ainda mais os ânimos entre o governo e as Forças Armadas.

EMENDAS

## Dino pede explicação sobre descumprimento do orçamento

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, instou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, a se manifestarem sobre um suposto descumprimento da decisão que derrubou o chamado orçamento secreto. Eles terão 15 dias para prestar esclarecimentos à Corte.

O despacho foi assinado por Dino na quinta, 18, após duas entidades ‘amigas da corte’ narrarem suposta ‘persistência de descumprimento’ de decisão do STF.

A Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil pediram, inclusive, uma manifestação célere do STF sobre o tema invocando as eleições municipais. Segundo elas, com a chegada do pleito ‘aumentam os riscos de que recursos capturados do orçamento público sejam destinados para beneficiar candidaturas específicas apoiadas por parlamentares federais, violando o direito de livre escolha pelos eleitores e eleitoras’.

As entidades questionam três pontos: ‘uso indevido de emendas do relator-geral do orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União; emendas individuais na modalidade transferência espécie, as emendas PIX, com alta opacidade, baixo controle; e descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria’ das emendas do orçamento secreto e sua aplicação.

Segundo as entidades, as duas primeiras questões - sobre a inclusão de novas despesas no orçamento e as emendas PIX - envolvem ‘elaboração e execução orçamentária que perpetua a violação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e comprometem sobremaneira o planejamento orçamentário e a responsabilidade na gestão fiscal’.

O Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil sustentam, por exemplo, que a PEC da Transição teria afrontado decisão do STF ao autorizar que o relator do Orçamento de 2023 apresentasse emendas para a ampliação de dotações orçamentárias.

Para as entidades o Supremo assentou que as emendas do relator se restringem à correção de eventuais erros e omissões.

“Na prática, a execução das emendas feitas pelo relator-geral à Lei Orçamentária de 2023 sob essa normativa estabelece uma dinâmica similar à do chamado Orçamento Secreto para a distribuição de R\$ 9,85 bilhões”, argumentam.

Com relação às emendas PIX é apontado um ‘notável salto’ no uso das mesmas, após a decisão do STF sobre a inconstitucionalidade do orçamento secreto.

A petição destaca como essas emendas também ‘operam à margem dos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência’.

“É praticamente impossível rastrear na totalidade como foram aplicados os recursos da União distribuídos por emendas PIX (mais de R\$ 6 bilhões só em 2023), mesmo se cada ente federativo beneficiado cumprisse a rigor as exigências legais de transparência ativa e publicassem, em seus portais de transparência, dados detalhados sobre a aplicação das emendas (o que sequer é o caso)”, frisa o documento.

O último ponto elencado pela Transparência e Contas Abertas é o suposto ‘descumprimento sistemático’ da determinação para que o Executivo dê transparência às emendas declaradas inconstitucionais.

CORRUPÇÃO

## Grampo pega vereador de Ferraz cobrando propina

No rastro de fraudes em licitações sob influência do PCC, que infiltrou uma quadrilha em prefeituras e câmaras municipais do interior e da Grande São Paulo, os investigadores da Operação Muditia, do Ministério Público estadual, grampearam mensagens que revelam a suposta combinação de propina entre o suposto ‘cabeça’ do esquema, o cantor de pagode Wagner Borges Dias, o ‘Latrell Britto’, e o vereador Flávio Batista de Souza (Podemos), o ‘Inha’, de Ferraz de Vasconcelos, município da região metropolitana. Os diálogos mostram detalhes sobre o acerto de valores e também como o pagamento seria feito.

‘Inha’ foi preso na semana passada. Ele está no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mogi das Cruzes - onde tem recebido a visita de servidores graduados da prefeitura e da câmara de Ferraz. Exerce seu terceiro mandato de vereador. Já foi vice-prefeito (2008/2012) e secretário municipal de Transportes (2014/2016), período em que, segundo a oposição, brejava qualquer projeto de licitação para concessão de transportes.

Uma conversa que reforça

as suspeitas sobre o vereador data de junho de 2020. Após ligação de ‘Inha’, o pagodeiro diz: “Verdade, tinha esquecido. Pega 7 aqui, fica faltando 500 que mando mês que vem”. Antes, ‘Latrell Britto’ teria encaminhado ao vereador o valor de R\$ 267 mil, referentes, segundo a Promotoria, a montantes pagos mensalmente pela Prefeitura por contratos de serviços de limpeza - ‘Latrell’ é dono da Vagner Borges Dias ME.

“Os valores repassados ao agente político são claro percentual do contrato das empresas investigadas com a prefeitura”, ressaltaram os promotores ao pedirem à Justiça autorização para abertura da Operação Muditia.

O cálculo do repasse é descrito pelo próprio ‘Latrell Britto’ em uma mensagem interceptada, destacam os promotores. O suposto operador fala em 7% de propina. Os investigadores cruzaram os valores descritos na conversa e identificaram que o montante citado pelo pagodeiro correspondia a exatos 7% do valor das notas pagas pela prefeitura à sua empresa.

A Operação Muditia, aberta no último dia tal, levou à prisão de três vereadores.

ESCLARECIMENTOS

## Comissão do Senado quer audiência com influenciador

A Comissão de Segurança Pública do Senado vai ouvir o influenciador português Sérgio Miguel de Gomes Tavares em audiência pública na próxima terça-feira, 23. Tavares foi retido pela Polícia Federal (PF) no Aeroporto de Guarulhos no dia 25 de fevereiro, ao desembarcar no Brasil para participar do ato em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Avenida Paulista.

O requerimento, de autoria do senador Eduardo Girão (Novo-CE), diz que Tavares foi convidado a comparecer no Senado para que ele possa “elucidar as diversas dúvidas decorrentes do acontecimento em que esteve envolvido na sede da PF no aeroporto”.

O texto afirma que o influenciador teve que responder a perguntas sobre suas opiniões político-partidárias e ideológicas, além de ser confrontado sobre declarações que havia feito sobre os ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

“Tais atitudes dos membros da Polícia Federal lotados do aeroporto internacional de São Paulo, se assemelham a uma evi-

dente transgressão aos direitos à liberdade de expressão e livre manifestação de pensamento, insculpidos no Art. 5º da Carta Magna da República”, afirmou Girão no requerimento.

Em março, o colegiado recebeu o diretor de Polícia Administrativa da PF, delegado Rodrigo de Melo Teixeira, para falar sobre o caso. Na ocasião, Teixeira disse que quem “flerta com a criminalidade” e “ataca a honra” de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) está sujeito a ser questionado pelo órgão ao entrar no País.

“Ele (Sérgio Tavares), questionado sobre ataque à honra de ministros da Suprema Corte que ele faz na rede social dele... Não é questão só de ser ministro da Suprema Corte. Eu não posso fazer um ataque à honra do senhor, que é senador, ou de qualquer cidadão, ou contra mim, que sou delegado. Ataque à honra considera-se crime no nosso ordenamento legal. Outra questão, quando ele critica a urna eletrônica e diz que é fraudada. Tangência em uma situação que a gente sabe que não tem nenhuma ilegalidade nesse procedimento, e ele cri-

ta. Ele apoia o movimento golpista que teve no 8 de Janeiro”, afirmou o delegado.

Para Girão, a revelação do oficial causou “estranheza” e “inquietação”. Segundo texto, Teixeira apontou que milhares de cidadãos são monitorados nas suas redes sociais de uma maneira seletiva, sem esclarecer os critérios desse monitoramento. “O que demonstra, cada vez mais, que o nosso País pode estar submetido a um inquietante regime de exceção”, afirmou o senador.

Na época, o influenciador português postou um vídeo em seu perfil no X (antigo Twitter) para dizer que estava sendo retido e que seu passaporte havia sido apreendido. “Todos os passageiros tiveram autorização para sair, menos eu. A Polícia Federal tem o meu passaporte retido e dizem-me que o superior me quer fazer questões. Tudo porque vim divulgar a manifestação pela democracia convocada por Bolsonaro”, escreveu o influenciador.

Em nota, a PF informou que a alegação de Tavares de ter sido “indevidamente impedido de entrar no Brasil” era falsa.

## LEILÃO

# Fundo Phoenix arremata Emae por R\$ 1,04 bilhão

O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo

O FundoPhoenix, administrado pela Trustee DTVM, e que tem entre seus cotistas o empresário Nelson Tanure, venceu o primeiro leilão de privatização do governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas. Com deságio de 33,68%, o fundo arrematou a estatal Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R\$ 1,04 bilhão.

As ações da empresa, que se mantinham estáveis até o início do leilão, despencou durante a disputa. Até as 16h38, os papéis derretiram 32,89%.

Além do Fundo Phoenix, participaram da disputa a Matrix Energy - ligada à comercializadora Matrix Energia, empresa detida pela DXT International S.A. (50,01%), parte do Grupo Duferco, e por fundos de investimento sob gestão da Prisma Capital (49,99%) - e o grupo francês EDF. A disputa ocorreu na tarde de sexta-feira, na B3, na capital paulista.

O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts (MW) em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo. A hidrelétrica de Henry Borden (889 MW) é o principal ativo da empresa, inaugurada em 1920 e localiza-



O governador de São Paulo participa do leilão da Empresa Metropolitana de Águas e Energia, na B3: o Fundo Phoenix arrematou a empresa com deságio de 33,68%

zada no pé da Serra do Mar.

O portfólio conta ainda com outras três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), oito barragens e duas usinas elevatórias. A empresa também tem papel importante no controle das cheias no Estado,

regulando os níveis dos rios Pinheiros e Tietê e ajudando a prevenir alagamentos. Para isso, é feito o bombeamento das águas do rio para o Reservatório Billings.

Outro serviço prestado pela Emae é a travessia por meio de

balsa. A empresa transporta diariamente pessoas e veículos nas travessias Bororé, Taquacetuba e João Basso. "Mensalmente, o serviço da Emae realiza uma média de 14 mil viagens e transporta gratuitamente 161 mil passageiros e

158 mil veículos", informou o Governo do Estado.

Embora seja uma empresa pequena, a privatização da Emae tem grande significado para Tarcísio de Freitas, que consegue avançar com um processo que vinha sendo consi-

derado um teste para a privatização da Sabesp.

No ano passado, a Emae teve receita líquida de R\$ 603 milhões e valor de mercado, de R\$ 2,3 bilhões. Além do governo paulista, participam da composição acionária da estatal a Companhia Metropolitana de São Paulo, a Eletrobras e uma parcela minoritária com outros acionistas. A fatia à venda corresponde às participações do governo e do Metrô, que somam quase 40% da empresa.

O Fundo Phoenix, que arrematou a estatal paulista EMAE, pretende fazer a empresa crescer e alcançar um patamar maior do que o verificado hoje, disse o presidente do Banco Máster de Investimento, Maurício Quadrado.

"Estamos pegando uma empresa arrumada, acho que nossa responsabilidade aumenta agora, para fazê-la crescer mais ainda, gerar mais emprego, essa é nossa ideia", disse Quadrado, em discurso pouco antes de bater o martelo para marcar a finalização do leilão. O banco atuou como corretora do fundo.

Ele disse também que o grupo de investidores que compõe o Fundo Phoenix já está no setor elétrico, "conhece muito o setor e vai conseguir trazer a empresa para um patamar melhor que já esta hoje".

Os investidores do Fundo Phoenix não foram anunciados oficialmente, mas o empresário Nelson Tanure está entre os cotistas. O executivo é um dos acionistas de referência da Light.

O fundo ofereceu R\$ 70,65 por ação da EMAE, com ágio de 33,68% em relação ao preço mínimo R\$ 52,85/ação, superando outros dois concorrentes, a francesa EDF e a comercializadora Matrix. Considerando o montante total de ações à venda pelo governo paulista - 14,7 milhões que o Estado detém diretamente e outras 350 mil que pertencem ao Metrô - a operação totaliza R\$ 1,04 bilhão, acima do preço mínimo de R\$ 780 milhões.

## AMAZÔNIA

# Cerca de 77% do garimpo está a menos de 500 m de cursos d'água

Levantamento do MapBiomias revelou que 77% das áreas de garimpo na Amazônia brasileira estão a menos de 500 metros de algum corpo d'água, como rios, lagos e igarapés. Os dados, referentes a 2022, mostram ainda que o bioma concentra 92% de toda a área garimpada no país, um total de 241 mil hectares (ha), ou seja, 186 mil ha ficavam a menos de meio quilômetro de cursos d'água. A MapBiomias é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia.

O coordenador técnico do mapeamento de mineração no MapBiomias, Cesar Diniz, alerta que toda a ilegalidade em torno da atividade garimpeira na região reforça a gravidade dos resultados encontrados. "O garimpo amazônico quase sempre é ilegal de alguma maneira, seja porque não tem licença, seja porque a licença que tem é inapropriada para a existência do garimpo, seja porque faça uso de substâncias proibidas, como o mercúrio e o cianeto", disse.

Com a proximidade aos rios, a dispersão dos poluentes relacionados ao garimpo é amplificada. "Essa atividade é de alto impacto e alto risco na sua essência. Na Amazônia, ainda pior, porque 77% dela está literalmente ao lado de um grande rio, que é um dispersor dos problemas trazidos pelo garimpo".

Segundo o técnico, o assoreamento gerado pela movimentação de terra na proximidade das bordas de rios e igarapés e a contaminação da água pelo mercúrio,



O garimpo amazônico quase sempre é ilegal de alguma maneira, seja porque não tem licença, seja porque a licença que tem é inapropriada para sua existência

rio, e mais recentemente por cianeto, alcançam áreas muito maiores do que os locais específicos de atuação dos garimpeiros.

"Do jeito que a gente tem o garimpo hoje na Amazônia, ele é ilegal, está em franca expansão, faz uso de substâncias proibidas, é danoso ao meio ambiente, é danoso ao garimpeiro, é danoso aos ribeirinhos e aos índios e aumenta a mortalidade infantil. Está tudo errado", ressaltou.

Para Diniz, a questão do garimpo ilegal não se resolve por falta de vontade política e de prioridade para a situação. "A postura precisa mudar, o senso de urgência e de critério precisa mudar. Se quiser resolver verdadeiramente o problema, precisa colocar a invasão garimpeira nas terras indígenas, uni-

dades de conservação e proteção permanente como prioridade na agenda política brasileira", disse.

"A gente já sabe onde estão os garimpeiros, qual é o tamanho do problema, que tipo de substâncias eles usam, quem os financia, a gente já sabe de muita coisa. Não é por falta de informação que não se faz algo mais adequado. É verdadeiramente por falta de prioridade", acredita.

O levantamento do MapBiomias identificou também a quantidade de pistas de pouso em terras indígenas na Amazônia. A TI Yanomami lidera, com 75 pistas de pouso, seguida por Raposa Serra do Sol (58), Kayapó (26), Munduruku e Parque do Xingu (com 21 pistas cada). As imagens de satélite mostram

que no interior delas há proximidade entre as pistas e o garimpo.

No caso Yanomami, um terço das pistas - 28 do total de 75, ou 33% - está a menos de 5 quilômetros de alguma área de garimpo. Percentual semelhante (34%) foi encontrado na terra Kayapó (nove de 26 pistas). Já no caso da TI Munduruku, 80% das pistas (17 de 21) estão a menos de 5 quilômetros de áreas de garimpo.

O garimpo está intrinsecamente relacionado aos cursos d'água e ao uso de substâncias químicas proibidas, porque esses elementos levam à redução dos custos da operação. Para o ouro, isso significa minerar em superfície, nos primeiros metros de sedimentos carregados e depositados pelos

rios, os chamados depósitos aluvionares.

"Por isso que os garimpeiros estão onde estão. Se eles tentassem recuperar ouro de outra forma, o custo da operação seria muito maior, e não teria como uma rede de garimpeiros operacionalizar essa extração. É uma questão de lucro. Só se faz o que se faz porque é ali que se gasta menos na operação de extração", explicou.

Diniz reforça que o garimpo é uma atividade de risco e sempre terá. No entanto, a atividade não é ilegal, mas, segundo ele, precisa haver uma extração responsável. "Existem normas para garimpar. Não se pode garimpar com o uso de substâncias proibidas, por exemplo, mercúrio e cianeto; nem dentro de terras

indígenas, porque é uma ilegalidade espacial. Não se pode dizer que está na fase de pesquisa do garimpo e já estar extraindo ouro, é um uso inapropriado de licença", apontou.

"Quem faz a mineração é responsável pelos seres humanos que ali estão trabalhando e pelos seres humanos que provavelmente, em algum grau de risco, poderão vir a se contaminar. E é responsável pelo meio ambiente. Esse é o problema do garimpo no Brasil. Ninguém é responsável por nada. Todo mundo faz o que quer de acordo com a sua cabeça e o seu método de extração", lamentou.

Diniz afirma que águas e regiões próximas ao garimpo que estejam contaminadas por mercúrio ou cianeto são impróprias para a vida humana. "Para indígenas e ribeirinhos, e para os próprios garimpeiros, a contaminação é um desafio à vida futura deles. Eles vão ter a diminuição da capacidade de se manter vivos e plenos por muito mais tempo", disse.

Da área garimpada na Amazônia, 10% fica dentro de terras indígenas (TI), ou seja, 25,1 mil hectares. Os territórios indígenas mais ocupados por garimpeiros são as TI Kayapó, Munduruku e Yanomami, que concentram 90% da área garimpada dentro de terras indígenas.

Nas terras Kayapó, a área garimpada ocupa 13,79 mil hectares - dos quais 70% (9,6 mil) ficam a menos de 500 metros de algum curso d'água. Na Munduruku, o garimpo ocupa 5,46 mil hectares - 39% dos quais (2,16 mil) a menos de 500 metros da água. Na Yanomami, são 3,27 mil hectares de garimpo e 2,10 mil hectares (64%) a menos de meio quilômetro dos cursos d'água.

No Brasil, de 1985 a 2022, as TI perderam menos de 1% de sua vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas 26%.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-Rio | CNPJ n.º 31.976.434/0001-55

REALIZAÇÕES 2023

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio, em 2023, direcionou suas atividades privilegiando a Engenharia de Tráfego, com ênfase no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico, destacando-se neste contexto a publicação do Plano de Segurança Viária (PSV), com a participação de diversos órgãos municipais. O PSV prevê a implantação de ações e projetos com o objetivo principal de redução da taxa de óbitos em acidentes de trânsito. Além disso, vale observar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, a CET-Rio planejou e implementou ações operacionais em grandes eventos na cidade, esportivos, religiosos, culturais e de entretenimento (shows internacionais), com destaque para o Réveillon, o Carnaval na Marquês de Sapucaí, e Ermani Cardoso, os desfiles de blocos por toda a cidade, e os grandes jogos e shows no Maracanã e Engenhão. Outro destaque entre as ações da CET-Rio foram os esforços para a conclusão das obras do BRT Transbrasil, que consistiram tanto de ações operacionais para a execução das obras quanto a instalação de sinalização gráfica horizontal e vertical, e de equipamentos de fiscalização. Por fim, destacam-se os esforços para a melhoria dos acessos ao Aeroporto do Galeão, com a modernização da sinalização gráfica e a implantação de faixa exclusiva na Linha Vermelha.

ATIVIDADES POR SETOR:  
CET-RIO/PRE/CTRTs  
Coordenadoras Técnicas Regionais de Tráfego das APs 1; 2.1; 2.2 e 3 N1; 3 N2; 4 e 5

Serviços de sinalização gráfica vertical realizados

- Manutenção/limpeza de placas: 8.215 unidades
  - Implantação/retirada de placas: 29.376 unidades
  - Galhardetes/implantados: 4.008 unidades
  - Postes tipo G7 implantados/retirados: 5.264 unidades
- Planejamentos operacionais elaborados: 7.542 planejamentos
- Projetos de sinalização/circulação desenvolvidos: 2.319 projetos

CET-RIO/PRE/DTE – Diretoria Técnica  
Gerência de Informação e Segurança Viária, Gerência de Tecnologia e Sistemas, Gerência de Análise e Estudos, Gerência de Modos Motorizados e Gerência de Modos Ativos

- Análise de 748 (setecentos e quarenta e oito) novos documentos/processos referentes ao impacto viário pela implantação de Polos Geradores de Viagens;
- Desenvolvimento de 6 projetos de corredores exclusivos de ônibus (BRs);
- Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de sinalização para o corredor BRT Transbrasil;
- Desenvolvimento de projetos de infraestrutura cicloviária para conexões da rede atual com 12 (doze) estações de transporte de média e alta capacidade;
- Implantação de infraestrutura cicloviária para conexões da rede atual com 1 (uma) estação

- de média e alta capacidade;
- Desenvolvimento e publicação do Plano de Segurança Viária;
- Implementação de novas funcionalidades na Plataforma de Informações de Tráfego – PIT;
- Aprimoramento de novos sistemas para atendimento a necessidades da Companhia como: SIGOM (otimização do atendimento de ma-nutenção semaforica) e SISPGV (otimização e controle de processos de Polos Geradores de Viagem);
- Montagem e implantação do Datacenter (Site B), localizado em Laranjeiras, na base do Túnel Santa Bárbara;
- Elaboração de estudos de acidentes de trânsito, inclusive com georreferenciamento dos mesmos de forma a justificar a necessidade das implantações de equipamentos de Fiscalização Eletrônica;
- Execução de 237 (duzentos e trinta e sete) pesquisas de tráfego para dar suporte a projetos, em atendimento a demandas de diversos setores da CET-Rio;
- Elaboração de 5.393 (cinco mil, trezentos e noventa e três) pareceres relativos às diligências em processos de recursos de multas, para análise técnica dos fundamentos dos recorrentes e/ou instrução processual com laudos;
- Desenvolvimento de novos painéis e funcionalidades da plataforma de BI (SAVE) – interna da Gerência de Informação e Segurança Viária – para análise, apresentação e projeção (simulação) dos dados referentes à Fiscalização Eletrônica (equipamentos, emissão, receita, viabilidade e projetos específicos).

Coordenadoria de Educação e de Relacionamento com o Cidadão

- Projeto Favela com Dignidade
- O projeto acontece uma vez por mês em comunidades da cidade e reúne diversos órgãos da Prefeitura que ofertam, no local, praticamente todos os serviços disponibilizados ao cidadão, pelo município. Nossa Coordenadoria participa com a distribuição de material educativo.

Maio Amarelo

- A CET-Rio, através da Coordenadoria de Educação para o Trânsito, em parceria com a Rio Luz, iluminou monumentos públicos na cidade para chamar a atenção para o movimento. Em parceria com o DETRAN foram realizadas Blitz Educativas com distribuição de material impresso. Nos dias 23 e 25 de maio, a CET Rio, em parceria com o DETRAN, a Rio Ônibus, a Secretaria Municipal de Saúde e o SEST/SENAT, distribuiu 430 kits com coletes retrorrefletivos e aparadores de linha em ações educativas no Sambódromo e no Parque Olímpico, que contou também com simulação de resgate aéreo de acidente de trânsito realizada pelo CBMERJ.

Semana Nacional de Trânsito

- Na semana de 18 a 25 de setembro a Coordenadoria de Educação para o Trânsito realiza diversas atividades em comemoração à SNT (Semana Nacional de Trânsito). Em 2023, no dia 20 de setembro, a CEDUT participou, em conjunto com o DETRAN, a Rio Ônibus e o SEST/SENAT de ação educativa

- análise contínua quanto à necessidade de implantação ou retorno de faixas reversíveis.
- Reversíveis em funcionamento:
- Av. Licio Costa
- Av. Niemeyer
- Av. Prefeito Luiz Mendes de Moraes
- Linha Amarela
- Orla da Zona Sul (Av. Delfim Moreira, Av. Vieira Souto, Av. Atlântica, Av. Princesa Isabel)
- Rua Jardim Botânico
- Apoio de Tráfego e participação no planejamento operacional para mitigação de impactos gerados por obras de grande porte na cidade, destacando-se:
- Asfalto Liso em diversas vias
- Av. Borges de Medeiros – diferentes obras SECONSERVA e SMI
- Av. Niemeyer – diversas intervenções
- BRT Transbrasil
- BRT Transcarioca
- BRT Transoeste Lote I e Lote II
- Anel viário de Campo Grande
- GEO-Rio na Estrada Menezes Cortes (Gra-jau-Jacarepaguá)
- Terminal Intermodal Gentileza
- Túnel Rebouças – modernização
- Túnel Zuzu Angel – modernização
- Túnel Santa Bárbara – modernização
- Planejamento e Operação de Grandes Eventos na Cidade, entre os quais:
- Spanta
- Pré-Carnaval – Blocos
- Carnaval
- Imagine Dragons
- Colplay
- Tardezinha
- Web Summit
- Alicia Keys
- Mita
- Maratona do Rio
- L'Etape
- Meia Maratona Asics
- Numance
- Ironman
- Meia Maratona S-21K
- Marcha para Jesus
- Garota Vip
- Meia Maratona Internacional
- Show Alok
- Bienal do Livro
- Desfile cívico
- Final da Copa do Brasil
- Inauguração do terminal de Deodoro
- Corrida Soldado do Bope
- The Weeknd
- Rio Parada Funk
- Roger Waters
- Roberto Carlos
- Final da Libertadores
- Red Hot Chili Peppers
- RBD
- Taylor Swift
- Parada LGBTQI+
- Up Hill Marathon
- Paul McCartney+
- Show da Ivete 3.0
- Réveillon
- Aumento do número de equipes de manu-

- A CET-Rio contrata empresas, por meio de licitações, realizadas pela Imprensa da Cidade, a confecção de material gráfico educativo que é utilizado nas diversas campanhas de educação para o trânsito, realizadas pela Companhia.
  - Busdoors – (2792 cartazes)
- A CET-Rio contrata empresas, por meio de licitações, realizadas pela Imprensa da Cidade, para a veiculação de campanhas de educação para o trânsito nas linhas de ônibus da Cidade, em cartazes do tipo busdoor.

- Palestras Educativas
- A Coordenadoria de Educação para o Trânsito atende solicitações de entidades da sociedade civil, empresas públicas e privadas para ministrarem palestras com conteúdos educativos relacionados ao trânsito nas SIPATS (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho).

- A Caminho da Escola 2.0 (Intervenções 20/ações 157)
- Na versão 2.0, o programa, que nesse ano fez parte do acordo de metas da Prefeitura, ampliou o número de implantações viárias a partir das solicitações da comunidade escolar. Foram elaborados 20 projetos e realizadas 20 entregas de intervenções urbanísticas em unidades escolares e 157 ações da parte teatral e lúdica do Programa em 100 escolas atendidas.

- Oficimob (61 ações)

- O game que faz parte do Projeto Circuito Digital Trânsito Cidadão esteve em 43 unidades escolares em 2023. Os alunos do segundo segmento, que são público alvo do projeto, com a utilização de tablets, navegaram pelo jogo digital que busca colocar diversas questões relacionadas ao trânsito durante a jogabilidade do mesmo, fazendo com que o jogador tome decisões importantes no espaço urbano local, como se fosse gestor do mesmo.

- Motobox
- Distribuição de material gráfico educativo com foco no motociclista, nas diversas ruas da Cidade que possuem motobox, visando chamar a atenção dos motociclistas para a conduta segura no trânsito.

CET-RIO/PRE/CGO  
Coordenadoria Geral de Operações

- Operação de tráfego rotineira nas principais vias da cidade, prestando 46.170 atendimentos de diferentes tipos como enguiços mecânicos e auxílio em acidentes, por exemplo. Monitoramento das reversíveis da cidade e

- análise contínua quanto à necessidade de implantação ou retorno de faixas reversíveis.
- Reversíveis em funcionamento:
- Av. Licio Costa
- Av. Niemeyer
- Av. Prefeito Luiz Mendes de Moraes
- Linha Amarela
- Orla da Zona Sul (Av. Delfim Moreira, Av. Vieira Souto, Av. Atlântica, Av. Princesa Isabel)
- Rua Jardim Botânico
- Apoio de Tráfego e participação no planejamento operacional para mitigação de impactos gerados por obras de grande porte na cidade, destacando-se:
- Asfalto Liso em diversas vias
- Av. Borges de Medeiros – diferentes obras SECONSERVA e SMI
- Av. Niemeyer – diversas intervenções
- BRT Transbrasil
- BRT Transcarioca
- BRT Transoeste Lote I e Lote II
- Anel viário de Campo Grande
- GEO-Rio na Estrada Menezes Cortes (Gra-jau-Jacarepaguá)
- Terminal Intermodal Gentileza
- Túnel Rebouças – modernização
- Túnel Zuzu Angel – modernização
- Túnel Santa Bárbara – modernização
- Planejamento e Operação de Grandes Eventos na Cidade, entre os quais:
- Spanta
- Pré-Carnaval – Blocos
- Carnaval
- Imagine Dragons
- Colplay
- Tardezinha
- Web Summit
- Alicia Keys
- Mita
- Maratona do Rio
- L'Etape
- Meia Maratona Asics
- Numance
- Ironman
- Meia Maratona S-21K
- Marcha para Jesus
- Garota Vip
- Meia Maratona Internacional
- Show Alok
- Bienal do Livro
- Desfile cívico
- Final da Copa do Brasil
- Inauguração do terminal de Deodoro
- Corrida Soldado do Bope
- The Weeknd
- Rio Parada Funk
- Roger Waters
- Roberto Carlos
- Final da Libertadores
- Red Hot Chili Peppers
- RBD
- Taylor Swift
- Parada LGBTQI+
- Up Hill Marathon
- Paul McCartney+
- Show da Ivete 3.0
- Réveillon
- Aumento do número de equipes de manu-

- tenção semaforica, passando de 15 para 16 equipes, melhorando o tempo de atendimento;
- Realização de 26.878 atendimentos de manutenção semaforica durante o ano;
- Implantação de 22 novos semaforos;
- Implantação de Base Operacional no Trevo das Margaridas.

METAS PARA 2024: NOSSOS DESAFIOS

Para 2024, a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio continuará centrando suas atividades em ações relacionadas ao Plano Estratégico, à mobilidade sustentável e ao Plano de Segurança Viária, visando cumprir a missão de garantir a fluidez e a segurança no trânsito, nas vias da cidade. Dentre as ações operacionais, além dos eventos rotineiros, cabe destacar a participação da CET-Rio na organização de dois grandes eventos previstos para o segundo semestre: o Rock in Rio, que estará comemorando 40 anos de sua primeira edição e a realização da Cúpula de Líderes do G20, agendada para os dias 18 e 19 de novembro de 2024, com a presença das lideranças dos 19 países membros, além da União Africana e da União Europeia.

Por fim, como os compromissos assumidos no Plano Estratégico são extremamente desafiantes, a continuidade dos serviços de sinalização é fator determinante para que a CET-Rio atinja tais objetivos. Além dos esforços na implantação de sinalização gráfica horizontal e vertical, está prevista a adoção de um conjunto de ações fundamentadas no tripé da segurança viária (engenharia de tráfego, educação e fiscalização) com ênfase nos projetos voltados ao transporte público e na aplicação eficiente da fiscalização eletrônica.

ORDENADOR DE DESPESA  
NO EXERCÍCIO DE 2023

HÉLIO BORGES DE FARIA – Chefe de Gabinete, por delegação de competência, através da PORTARIA "P" Nº 165, de 29 de Junho de 2021, publicada no Diário Oficial de 30/06/2021.

O valor total ordenado no Exercício de 2023 foi de R\$ 251.150.773,76 (duzentos e cinquenta e um milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), nas unidades orçamentárias CET-Rio e FEOP.

Concluindo, a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio, através de sua Diretoria Executiva, agradece a todo o seu quadro funcional as conquistas alcançadas, bem como expressa aos acionistas e colaboradores seus agradecimentos pela participação ativa no contínuo desenvolvimento da Empresa.

JOAQUIM DINIS AMORIM DOS SANTOS - Diretor-Presidente

HÉLIO BORGES DE FARIA - Chefe de Gabinete

MODESTO RODRIGUES FERNANDES FILHO - Diretor da Diretoria Técnica

ALINE FIGUEIRA DA SILVA - Diretora da Diretoria de Administração e Finanças

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO: 2023 (Em R\$)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa	139.107,48	116.505,45
Créditos a Curto Prazo	238.303,03	261.150,74
Demais Créditos e valores a Curto Prazo	49.690.314,27	36.249.976,89
Estoques	637.171,84	483.161,77
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>50.704.896,62</b>	<b>37.110.794,85</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Realizável a Longo Prazo	28.300.677,98	27.945.865,95
Imobilizado	48.401.547,32	37.005.726,03
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>76.702.225,30</b>	<b>64.951.591,98</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>127.407.121,92</b>	<b>102.062.386,83</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	8.712.907,97	7046.295,39
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	36.012.954,91	22.733.936,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.493.030,39	2.493.030,39
Demais Obrigações a Curto Prazo	7.188.321,42	7.774.844,04
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>54.407.214,69</b>	<b>40.048.105,92</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo	9.028.854,63	10.424.071,73
Provisões a Longo Prazo	130.396.460,78	125.928.309,95
Demais Obrigações a Longo Prazo	2.609.539,38	2.276.019,65
Resultado Diferido	923.922,91	1.259.894,95
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>142.958.777,70</b>	<b>139.888.296,28</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Patrimônio Social e Capital Social	96.511.687,17	96.511.687,17
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	16.328.314,38	22.159.739,36
Resultados Acumulados	(182.798.872,02)	(196.545.441,90)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(69.958.870,47)</b>	<b>(77.874.015,37)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>127.407.121,92</b>	<b>102.062.386,83</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIO: 2023 (Em R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	DEZEMBRO/2023	DEZEMBRO/2022	
<b>Receita Bruta</b>	<b>223.327.593,92</b>	<b>182.055.920,06</b>	
Receita Econômica com Exploração de Bens e Serviços	335.972,04	373.045,80	
Subvenções	222.991.621,88	181.682.874,26	
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>0,00</b>	<b>(4.951,28)</b>	
Impostos e Contribuições	0,00	(4.951,28)	
<b>Receita Líquida de Vendas e Serviços Lucro / (Prejuízo) Bruto</b>	<b>223.327.593,92</b>	<b>182.050.968,78</b>	
<b>Despesas Administrativas e Tributárias</b>	<b>(222.725.907,93)</b>	<b>(179.626.556,35)</b>	
Pessoal e Encargos	(60.364.680,79)	(47.438.418,18)	
Uso de Material de Consumo	(2.041.372,19)	(2.558.031,08)	
Contratação de Serviços	(160.143.742,77)	(129.305.228,39)	
Tributárias	(176.112,18)	(324.878,70)	
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.182.124,06</b>	<b>549.750,10</b>	
Receitas Financeiras	1.454.809,38	830.940,97	
Despesas Financeiras	(272.685,32)	(281.190,87)	
<b>Resultado com Avaliação Patrimonial</b>	<b>5.838.498,37</b>	<b>20.004.154,58</b>	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(5.793.340,64)	(5.147.529,06)	
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00	(113.231,76)	
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	11.631.839,01	25.264.915,40	
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(22.713.028,57)</b>	<b>(80.265.042,26)</b>	
Outras Receitas Operacionais	37.197,37	54.993,02	
Outras Despesas Operacionais	(23.085.003,94)	(80.320.035,28)	
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(15.090.720,15)</b>	<b>(57.286.725,15)</b>	
<b>Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais</b>	<b>527.327,82</b>	<b>0,00</b>	
Outras Receitas	527.327,82	-	
<b>Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>(14.563.392,33)</b>	<b>(57.286.725,15)</b>	
Quantidade de Ações	5.352.835	5.352.835	
<b>Lucro / (Prejuízo) por Ação - R\$</b>	<b>(2,7207)</b>	<b>(10,7021)</b>	
<b>QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO: 2023</b>			
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
Transporte	(227.638.808,76)	(200.174.251,04)	
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>(227.638.808,76)</b>	<b>(200.174.251,04)</b>	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO: 2023 (Em R\$)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>200.059.913,44</b>	<b>183.542.945,84</b>
Receita Patrimonial	15.135,53	1.679.860,00
Receita de Serviços	-	53.527,20
Remuneração das Disponibilidade	-	91.368,85
Outras Receitas Derivadas e Originárias	371.975,25	47.725,57
Repassos recebidos	199.398.103,39	177.144.989,57
Outros ingressos operacionais	274.699,27	4.525.474,65
<b>Desembolsos</b>	<b>(200.037.311,41)</b>	<b>(184.843.633,23)</b>
Pessoal e demais despesas	(199.711.373,36)	(178.014.511,68)
Outros desembolsos operacionais	(325.938,05)	(6.829.121,55)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>	<b>22.602,03</b>	<b>(1.300.687,39)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Desembolsos</b>	<b>(27.927.435,40)</b>	<b>(22.159.739,36)</b>
Aquisição de ativo não circulante	(27.927.435,40)	(22.159.739,36)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>	<b>(27.927.435,40)</b>	<b>(22.159.739,36)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>27.927.435,40</b>	<b>22.159.739,36</b>
Repassos recebidos	27.927.435,40	22.159.739,36
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>	<b>27.927.435,40</b>	<b>22.159.739,36</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>22.602,03</b>	<b>(1.300.687,39)</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial	116.505,45	1.417.192,84
Caixa e Equivalente de caixa final	139.107,48	116.505,45
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(14.563.392,33)</b>	<b>(57.286.725,15)</b>
<b>AJUSTES DE CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COM OS FLUXOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>14.585.994,36</b>	<b>55.986.037,76</b>
<b>ITENS DE RESULTADO QUE NÃO AFETAM OS FLUXOS OPERACIONAIS</b>	<b>14.222.395,40</b>	<b>57.671.270,01</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.793.340,64	5.147.529,06
Provisão para Contingências e Perdas de Créditos	22.363.867,48	79.756.521,41
Bens do Imobilizado recebidos em doação	(527.327,82)	-
Reversão de Provisão para Contingências	(11.631.839,01)	(25.264.915,40)
Variações Monetárias ativas	(1.439.673,85)	(707.970,11)
Receita Diferida	(335.972,04)	(1.259.894,95)
<b>ACRÉSCIMOS/REDUÇÕES POR VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>15.396.446,82</b>	<b>11.693.403,14</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>15.041.634,79</b>	<b>10.800.044,85</b>
Créditos a Curto Prazo	-	-
(Exceto Empr.e Financ.Concedidos)	(22.847,71)	(10.965,53)
Demais créditos e valores a curto prazo	14.910.472,43	10.518.236,49
Estoques	154.010,07	292.773,89
<b>Ativo Não</b>		

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-Rio I CNPJ n.º 31.976.434/0001-55

Detalhamento	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos	58.607.694,62	24,41	57.788.105,82	27,38	53.892.211,13	26,77
Serviços Operacionais	138.884.313,89	57,84	118.224.142,51	56,02	113.717.665,19	56,48
Sentenças Judiciais	5.925.257,00	2,47	1.577.154,10	0,75	1.577.154,10	0,78
Outras Despesas Correntes	10.508.823,70	4,38	10.332.971,51	4,90	9.676.097,06	4,81
Investimentos	26.186.026,93	10,91	23.122.459,83	10,96	22.490.098,19	11,17
<b>Total</b>	<b>240.112.116,14</b>	<b>100,00</b>	<b>211.044.833,77</b>	<b>100,00</b>	<b>201.353.225,67</b>	<b>100,00</b>

**4.2 – Balanço Financeiro:** A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, estabeleceu a padronização das fontes e destinações de recursos de forma obrigatória a partir de 2023 para todos os entes da federação. No Município do Rio de Janeiro, a Resolução Conjunta SMFP/CGM nº 24, de 11 de agosto de 2022, estabeleceu a classificação das fontes e destinações de recursos a serem utilizadas a partir de 2023. Considerando que a alteração da classificação das fontes e destinações de recursos dificultou a apresentação comparativa das informações orçamentárias apresentadas no Balanço Financeiro, esta demonstração está sendo divulgada apenas com as informações referentes ao exercício de 2023 (em conformidade com itens 44, 55 e 56 da NBC-TSP 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público). Entretanto, para fins de transparência estão sendo apresentados na tabela a seguir a composição comparativa das informações sintéticas do Balanço Financeiro.

Ingressos	Exercício Atual	
	R\$	%
Receita Orçamentária	387.110,78	-
Ordinária	387.110,78	-
Vinculada	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	227.325.538,79	-
Recebimentos Extraorçamentários	39.033.589,74	-
Saldo do Exercício Anterior	116.505,45	-
Total	266.862.744,76	-
Despesas	240.112.116,14	-
Ordinária	142.982.196,93	-
Vinculada	97.129.919,21	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	26.611.521,14	-
Saldo do Exercício Seguinte	139.107,48	-
Total	266.862.744,76	-

**4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas:** Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, sendo provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R\$ 227.325.538,79 em 31/12/2023. **4.2.2 – Restos a Pagar:** Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2023 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extraorçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de despesas. A composição por natureza da despesa dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	RPN inscrito em 31/12/2023		RPP inscrito em 31/12/2023	
	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais	819.588,80	2,82	3.895.894,69	40,20
Serviços Operacionais	19.592.824,99	67,41	3.849.464,92	39,72
Sentenças Judiciais	4.348.102,90	14,96	-	0,00
Outras Despesas Correntes	1.243.198,58	4,28	1.313.886,85	13,56
Investimentos	3.063.567,10	10,54	632.361,64	6,52
Total	29.067.282,37	100	9.691.608,10	100

**4.3 – Balanço Patrimonial:** Neste capítulo são apresentados os detalhes dos principais grupos desta Demonstração. **4.3.1 – Créditos a Curto Prazo:** Compreende os valores a receber por empréstimos, realizáveis até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$		31/12/2022 R\$	
	R\$	%	R\$	%
Empréstimos Concedidos – Terceiros	238.303,03	-	261.150,74	-
Total	238.303,03	-	261.150,74	-

A partir do exercício findo em 31/12/2022 foram apresentados, em nota explicativa específica, os saldos das rubricas classificadas no PCASP no grupo 113 - Demais Créditos a Curto Prazo, conforme recomendado pelo MCASP 9ª ed. **4.3.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:** Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2023, com expectativa de recebimento até 31/12/2024, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$		31/12/2022 R\$	
	R\$	%	R\$	%
Adiantamentos Concedidos	479.746,72	-	476.320,17	-
Tributos a Recuperar	177.926,60	-	173.303,77	-
Tributos a Compensar	3.033,55	-	210.985,15	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	3.617.481,66	-	3.617.481,66	-
Depósitos e Cauções	-	-	-	-
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	61.030,41	-	12.824,26	-
Subvenções a Receber - Intra	45.351.095,33	-	31.759.061,88	-
Total	49.690.314,27	-	36.249.976,89	-

Os Créditos por Danos ao Patrimônio referem-se às ações judiciais com sequestro nas contas bancárias da CET-Rio onde os pedidos de crédito suplementar não foram deliberados conforme Processo Rio CET-EIO-2022/000049. **4.3.3 – Estoques:** Compreende o valor dos bens adquiridos, para utilização própria no curso normal das atividades. Os bens que compõem este grupo apresentam-se da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$		31/12/2022 R\$	
	R\$	%	R\$	%
Almoxarifado	637.171,84	-	483.161,77	-
Total	637.171,84	-	483.161,77	-

**4.3.4 – Realizável a Longo Prazo:** Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços e com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R\$		31/12/2022 R\$	
	R\$	%	R\$	%
Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas	13.524.965,06	-	12.150.525,70	-
Depósitos Judiciais - Ações Cíveis	3.193.612,46	-	2.912.973,42	-
Subvenções a Receber - Permanentes	8.893.232,52	-	10.193.498,89	-
Outros Créditos e Valores a Longo Prazo - Intra	2.688.867,94	-	2.688.867,94	-
Total	28.300.677,98	-	27.945.865,95	-

O valor apresentado em "Subvenções Permanentes" refere-se ao saldo de créditos pelo parcelamento dos restos a pagar de 2020 em 10 (dez) parcelas anuais, na ordem de 8/10 anos do parcelamento. **4.3.5 – Imobilizado:** Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, conforme quadro demonstrativo.

Detalhamento	Taxa Anual Deprec.		Custo de aquisição		Valor Líquido Contábil	
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10/20	1.438.885,00	1.404.312,39	34.572,61	26.689,99	
Equipamentos de Processamento de Dados	20	2.597.058,43	2.365.698,23	231.360,20	166.533,33	
Mobiliário em Geral	10	324.424,70	300.225,01	24.199,69	30.296,41	
Equipamento e Projetos para Sinalização	10/9/75	109.347.215,34	61.235.800,52	48.111.414,82	36.782.207,30	
Total Bens Móveis		113.707.583,47	65.306.036,15	48.401.547,32	37.005.726,03	

Com relação as taxas de depreciação do grupo que compreende os equipamentos e projetos de sinalização, a Portaria "N" nº. 013/CET-Rio, de 10/07/2020, criou o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar as especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados na sinalização semaforica e de identificar e estabelecer o tempo de vida útil dos equipamentos utilizados na sinalização semaforica. Como resultado deste estudo, foram estabelecidas as novas taxas de depreciação para serem aplicadas nos seguintes equipamentos de sinalização semaforica:

TEMPO DE VIDA ÚTIL E TAXA (%) DE DEPRECIÇÃO SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA E SINALIZAÇÃO VERTICAL			
Blocos Semaforicos	10 anos	09% ao ano	
Controladores	10 anos	09% ao ano	
Postes S1 a S5	10 anos	09% ao ano	
Central de Área	10 anos	09% ao ano	
Coluna Cônica	12 anos	7,5% ao ano	
Braço Projetado	12 anos	7,5% ao ano	

**4.3.6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar** Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Pessoal a Pagar	3.058.031,11	1.749.524,30
Férias	3.345.118,09	3.006.687,89
Encargos Sociais	2.309.758,77	2.288.083,20
Total	8.712.907,97	7.046.295,39

**4.3.7 – Fornecedores e Contas a Pagar:** Compreende as obrigações junto a fornecedores de materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Fornecedores e Contas a Pagar – Intra	232.063,40	431.709,55	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar – Terceiros	32.883.828,94	20.675.314,66	-	-
Renegociação de Dívidas com Fornecedor	1.501.845,47	113.319,79	-	-
Contas a Pagar – Parcelamento	1.395.217,10	1.513.592,10	9.028.854,63	10.424.071,73
Total	36.012.954,91	22.733.936,10	9.028.854,63	10.424.071,73

Foi realizado o parcelamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar até 31/12/2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235 de 3 de novembro de 2021, regulamentada pelo Decreto RIO nº 49831 de 26/11/2021 e Resolução Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18 de 13/12/2021. O parcelamento dessas obrigações está refletido na conta "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", tendo o montante sido reclassificado do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente e considerado como Dívida Consolidada, sendo o valor de R\$ 1.395.217,10, amortizável até 31/12/2024 e R\$ 9.028.854,63 amortizável após encerramento do exercício seguinte.

**4.3.8 – Obrigações Fiscais:** Compreende as obrigações exclusivamente a curto prazo da entidade com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Obrigações Fiscais - Intra	2.493.030,39	2.493.030,39
Total	2.493.030,39	2.493.030,39

**4.3.9 – Provisões:** Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes as ações judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis, que representam exclusivamente obrigações correntes de longo prazo provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica e, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Longo Prazo	
	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$
Riscos Trabalhistas	31.018.639,20	18.198.356,03
Riscos Fiscais - COFINS	142.261,93	142.261,93
Riscos Fiscais - PIS/PASEP	239.722,02	239.722,02
Riscos Cíveis	98.995.837,63	107.347.969,97
Total	130.396.460,78	125.928.309,95

A provisão de riscos referentes as ações cíveis tiveram um aumento significativo em função da mudança de "status" de uma única ação civil pública na qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO propôs em face de CONSÓRCIO SISTEMA BRT TRANSOESTE e outros, objetivando a nulidade de contratos e seus eventuais aditivos e/ou prorrogações relacionados às ilegalidades descritas na inicial, com a consequente dispensa dos terceirizados, além do ressarcimento integral dos danos sofridos pelo patrimônio público, que no exercício de 2021, foi destacada em Nota Explicativa por se tratar naquela ocasião de uma causa "possível" e no exercício em curso, ter mudado para uma causa "provável". **4.3.10 – Demais Obrigações:** Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

Sócios/Acionistas	Ações Ordinárias		Total de ações		Ações Integridades		Capital Social Integrado	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	5.352.835	99,999925	5.352.835	99,999925	5.352.835	96.511.615,05	5.352.835	96.511.615,05
SMTR - Maina Celidonio de Campos	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
CET Rio - Joaquim Dinis Amorim dos Santos	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
Hélio Borges de Faria	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
André Luis Ferreira Lima	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
Total	5.352.839	100	5.352.839	100	5.352.839	96.511.687,17	5.352.839	96.511.687,17

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R\$		31/12/2022 R\$	
	R\$	%	R\$	%
Resultado do Exercício	(14.563.392,33)	-	(57.286.725,15)	-
Resultado de Exercícios Anteriores	(174.533.670,04)	-	(145.144.667,07)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.298.190,35	-	5.885.950,32	-
Total	(182.798.872,02)	-	(196.545.441,90)	-

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores (não atribuíveis a fatos subsequentes), conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022		Detalhamento do Ajuste		Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2023 R\$
	R\$	%	R\$	%	
Ativo Circulante	(5.949.037,22)	-	(307.626,56)	-	(69.833,65)
Ativo Não Circulante	147.967,50	-	103.680,18	-	(772.798,83)
Passivo Circulante	6.009.305,01	-	5.952.191,36	-	147.967,50
Passivo Não Circulante	1.356.480,26	-	1.356.480,26	-	6.263.877,64
Total	6.298.190,35	-	6.298.190,35	-	6.411.845,14

**4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais:** As principais variações ocorridas durante o período de 2023 estão demonstradas na tabela a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R\$	31/12/2022 R\$	Variação
Transferências e Delegações recebidas (Repasses) VPA	223.518.949,70	181.682.874,26	23,03%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	167.978.455,60	137.010.788,53	
Prestação de Serviços Públicos e de Utilidade Pública	120.190.507,08	76.688.849,12	56,72%
Serviços de Func. e Manut.da Adm. Municipal	34.729.584,99	40.548.215,48	(14,35)%
Sentenças Judiciais - PJ	1.577.154,10	7.417.041,55	(78,74)%
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.793.340,64	5.147.529,06	12,55%
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas	5.687.868,79	7.209.153,32	(21,10)%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23.085.003,94	80.320.035,28	
Provisão de Riscos Trabalhistas	16.278.809,46	7.756.634,88	109,87%
Provisão de Riscos Cíveis	6.085.058,02	67.126.375,29	(90,93)%
Provisão de Riscos Fiscais	-	4.873.511,24	(100,00)%
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas	721.136,46	563.513,87	27,97%

**4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Integraram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2023, os valores extraorçamentários, estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução. Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário. **4.6 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido da entidade variou positivamente em 10,16%, resultando no valor de R\$ - 69.958.870,47 ao final de 2023 (- R\$ 77.874.015,37 em 2022). Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, aumentaram o patrimônio líquido em R\$ 6.298.190,35, conforme evidenciado na Nota 4.3.12

**5. Outras Informações Contingências:** São apresentadas no quadro a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2023 R\$
--------------	----------------

**3R Petroleum Offshore S.A.**

CNPJ: 02.857.854/0001-14

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	354.293	106.781
Contas a receber de terceiros	9	133.103	48.520
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.363	18
Estoque	11	206.941	158.331
Adiantamentos	10	42.294	67.809
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		200	—
Outros impostos a recuperar	12	10.046	1.154
Despesas antecipadas		13.623	39.167
Outros ativos		1.182	65
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>763.045</b>	<b>421.845</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Caixa restrito	8.1	4.680	4.150
Depósitos judiciais		1.052	1.050
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	2.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	418.486	418.339
Outros impostos a recuperar	12	122	—
Outros ativos		4.583	—
		<b>428.923</b>	<b>425.981</b>
Imobilizado	14	731.350	689.051
Intangível	15	322.700	373.486
Direito de uso	24	6.511	359
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.489.484</b>	<b>1.488.877</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.252.529</b>	<b>1.910.722</b>

PASSIVO	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	390.517	58.687
Empréstimos e financiamentos	17	2.387	108.223
Arrendamentos	24	1.657	237
Obrigações trabalhistas		17.856	13.659
Contas a pagar - partes relacionadas	21	666	8
Dividendos a pagar	21	41.091	—
Valores a pagar por aquisições	19	155.388	237.526
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18.1	8.741	—
Outros impostos a recolher	18.2	20.647	5.250
Provisão para pagamento de Royalties		12.232	5.641
Debêntures - partes relacionadas	21	147.652	5.134
Derivativos	31	—	32.734
Outras obrigações	20	15.005	23.074
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>813.839</b>	<b>490.173</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	17	100.000	—
Arrendamentos	24	5.149	154
Provisão para contingências	23	—	424
Valores a pagar por aquisições	19	432.391	408.160
Provisão para abandono	22	306.592	369.574
Debêntures - partes relacionadas	21	107.143	250.000
Outras obrigações	20	3.065	—
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>954.340</b>	<b>1.028.312</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	25		
Capital social		284.062	284.062
Reserva de lucros		200.288	108.175
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>484.350</b>	<b>392.237</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.252.529</b>	<b>1.910.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
Receita líquida	26	1.295.822	118.825
Custo dos produtos vendidos	27	(931.669)	(72.722)
<b>Lucro bruto</b>		<b>364.153</b>	<b>46.103</b>
Despesas gerais e administrativas	28	(41.517)	(53.404)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	6.587	(70.395)
Provisão no valor recuperável de ativos	29.1	(42.752)	(123.318)
		<b>(77.682)</b>	<b>(247.117)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>286.471</b>	<b>(201.014)</b>
Receitas financeiras	30	106.200	18.528
Despesas financeiras	30	(202.390)	(188.799)
		<b>(96.190)</b>	<b>(170.271)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>190.281</b>	<b>(371.285)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(57.224)	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	147	418.339
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>133.204</b>	<b>47.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	133.204	47.054
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>		
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	<b>133.204</b>	<b>47.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		133.204	47.054
<b>Ajustado por:</b>			
Resultado de aplicações financeiras	30	(9.861)	(1.263)
Juros sobre arrendamentos e depósitos judiciais	30	521	(8)
Juros sobre debêntures, empréstimos e valores a pagar por aquisições	30	100.456	19.331
Ajuste a valor presente	30	26.494	(1.494)
Derivativos não realizados		—	131.948
Varição cambial não realizada		(51.183)	5.437
Provisões para contingências constituídas / (revertidas)		(424)	(269)
Provisão no valor recuperável de ativos	14	42.752	123.318
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos		(6.096)	5.558
Atualização da provisão para abandono	22	25.624	7.650
Depreciação do imobilizado	14	87.323	24.089
Amortização do intangível	15	15.683	15.966
Depreciação do direito de uso	24	1.151	225
Despesas antecipadas apropriadas no exercício		24.865	6.290
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(147)	(418.339)
		<b>443.362</b>	<b>(34.507)</b>
<b>Varição em ativos e passivos</b>			
Contas a receber de terceiros		(84.583)	(48.520)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.242	638
Outros impostos a recuperar		(9.014)	(478)
Estoque		(6.868)	(100.698)
Outros ativos		(5.700)	1.713
Imposto de renda e contribuição social a recolher		56.566	—
Outros impostos a recolher		15.397	2.672
Adiantamentos		25.515	(67.809)
Fornecedores		331.830	56.383
Depósitos judiciais		2	1.500
Despesas antecipadas		679	(45.457)
Obrigações trabalhistas		4.197	11.112
Royalties		6.591	5.641
Derivativos		(32.734)	(134.677)
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(687)	(10)
Outras obrigações		(5.004)	749
<b>Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>741.791</b>	<b>(351.748)</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(47.827)	—
<b>Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>693.964</b>	<b>(351.748)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		9.861	35.028
Aquisição de imobilizado	14	(303.516)	(2.054)
Aquisição de intangível		(45.378)	(42.809)
Aplicações em caixa restrito		(530)	(297)
Aquisições de ativos de óleo e gás		(54.577)	—
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(394.140)</b>	<b>(10.132)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	17	(21.194)	(1.644)
Pagamento de passivo de arrendamento	24	(1.411)	(276)
Emissão de debêntures parte relacionadas		37.500	250.000
Amortização principal - empréstimo e debêntures	17	(167.207)	—
Aumento de capital social		—	120.000
Empréstimos captados	17	100.000	100.000
<b>Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(52.312)</b>	<b>468.080</b>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>247.512</b>	<b>106.200</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	106.781	581
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	354.293	106.781
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>247.512</b>	<b>106.200</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>		<b>164.062</b>	—	—	—	—	—	<b>61.121</b>	<b>225.183</b>
Lucro líquido do exercício	25	—	—	—	—	—	—	47.054	47.054
Aporte de capital	25	120.000	—	—	—	—	—	—	120.000
Reserva legal	25	—	2.353	—	—	—	—	(2.353)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	25	—	—	11.175	—	—	—	(11.175)	—
Dividendos adicionais propostos	25	—	—	—	—	—	94.647	(94.647)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>284.062</b>	<b>2.353</b>	<b>11.175</b>	—	—	<b>94.647</b>	—	<b>392.237</b>
Lucro líquido do exercício	25	—	—	—	—	—	—	133.204	133.204
Reserva legal	25	—	6.660	—	—	—	—	(6.660)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	25	—	—	(11.175)	—	—	—	(29.916)	(41.091)
Reserva de incentivo fiscal	25	—	—	—	6.881	—	—	(6.881)	—
Reserva de investimento e expansão	25	—	—	—	—	89.747	—	(89.747)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>284.062</b>	<b>9.013</b>	—	<b>6.881</b>	<b>89.747</b>	<b>94.647</b>	—	<b>484.350</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1. Contexto operacional:** A 3R Petroleum Offshore S.A. ("3R Offshore" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o exercício de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; assessoramento, coordenação, organização, desenvolvimento e construção de projetos de engenharia e montagem de equipamentos e instalações destinadas à indústria de hidrocarbonetos; pesquisa e desenvolvimento de estudos geológicos e geofísicos, dados de aquisição, processamento, interpretação, negociação em compra, venda e licenciamento de dados sísmicos e informações; perfuração de campos de petróleo e desenvolvimento de outras atividades e serviços relacionados com exploração, desenvolvimento e produção de campos de petróleo e gás natural; venda, aquisição e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural; transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, por qualquer forma, incluindo dutos, bem como pela exploração de embarcações próprias ou afretadas, inclusive plataformas, em via ou localidade marítima ou fluvial; geração, transmissão e distribuição de eletricidade e energia. A 3R Offshore tem sede no município do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 186, 15º e 16º andar e é controlada pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R OG" ou "Controladora"). Em 09 de julho de 2021 a Companhia assinou contrato para a aquisição da participação de 62,5% da Petrobras no campo de Papa-Terra, sendo o restante detido pela Nova Técnica Energy Ltda ("NTE"). O campo Papa-Terra encontra-se localizado em águas profundas na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e sua descoberta ocorreu em 2003 e o início de sua produção em novembro de 2013. O campo é composto da FPSO (3R-3) e a plataforma do tipo TLWP (3R-2). Em 02 de agosto de 2022 a 3R Offshore concluiu a aquisição de 100% dos direitos nos campos de produção de Peró e Cangoá e do Bloco BM-ES-21 (Malombe) da Petrobras, denominados conjuntamente Polo Peró, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Cabe ressaltar que a Companhia está habilitada a ser operador "A" perante a ANP podendo operar blocos e concessões em terra (onshore) e em mar (offshore), inclusive em águas ultra profundas. Em 23 de dezembro de 2022 a 3R Offshore concluiu a transferência da participação de 62,5% dos direitos da concessão sobre o campo de produção de Papa Terra da Petrobras, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Os ativos adquiridos não foram identificados como combinação de negócios e a Companhia reconheceu a transação como aquisição de ativo. Além das operações acima, a 3R Offshore detém 100% de participação no campo de Camará, oriundo do bloco BM-CAL-4.

**2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração em 18 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro); • Nota explicativa nº 22 - Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia); • Nota explicativa nº 19 - Valores a pagar por aquisições (pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência do óleo (brent) e certificações de reservas); • Nota explicativa nº 29.1 - Impairment (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment). **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 14 - Imobilizado (depreciação e impairment - principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção ("OPEX"), gastos com investimentos ("CAPEX") e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio); • Nota explicativa nº 15 - Intangível (amortização e impairment - principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção ("OPEX"), gastos com investimentos ("CAPEX") e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio); • Nota explicativa nº 22 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação); • Nota explicativa nº 23 - Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto); • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo Brent, taxa de câmbio e opex total).

**5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os pagamentos contingentes assumidos em uma aquisição de ativos ou em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo.

**6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

**a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio na data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

**b) Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

**c) Caixa restrito:** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor.

**d) Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos.

**e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda.

**f) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real

do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço.

**g) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão

continuação

**3R Petroleum Offshore S.A.**

CNPJ: 02.857.854/0001-14

ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **p) Receita líquida:** Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabeleça uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não

haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **q) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como cir-

culante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02).

**Matheus Dias de Siqueira** - Diretor-Presidente  
**Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
**Mauro Braz Rocha** - Controller

**Wagner Pinto Medeiros** - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço a seguir: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 18 de abril de 2024, sem modificações.

**CPC**  
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16 - NIRE 33.3.0028844-9  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("GPC Química") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da GPC Química, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar - parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 9:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dextox Participações S.A. ("Dextox") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dextox ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da GPC Química a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da GPC Química, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares** - Presidente do Conselho de Administração.

**APOLO**  
TUBOS E EQUIPAMENTOS  
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03  
NIRE nº 33.3.0004299-7  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Apolo, na sede da sua controladora Dextox Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 10:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dextox Participações S.A. ("Dextox") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dextox ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da Apolo a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima.; Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Apolo, localizada na Av. Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, nº 2.651, Pavuna, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares** - Presidente do Conselho de Administração.

**DEXXOS** Par  
CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52  
NIRE 33.3.0016624-6  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Dextox Participações S.A. ("Companhia"), realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 - 3º andar, Sala Madri V, Centro, CEP: 20071-000, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 15 horas do dia 13 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) ratificar a nomeação e contratação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum") e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras", como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Companhia pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Companhia ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, com base na proposta da administração e no Protocolo que contou com o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, a ser efetivadas com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; (v) aprovar, em virtude das Incorporações de Ações, o aumento de capital no valor de R\$ 131.132.541,54 (cento e trinta e um milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), com a emissão de 15.297.103 (quinze milhões, duzentas e noventa e sete mil, cento e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (vi) aprovar a alteração do art. 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (viii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das condições resolútivas (ou renúncia a elas, conforme o caso) e da eficácia das Incorporações de Ações. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.dextox.com.br>). Os acionistas deverão apresentar à Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária com o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES** - Presidente do Conselho de Administração

**MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA.**  
CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03 - NIRE 33210325426  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS**

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 14h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA.** - Marcelo da Silveira Werneck - Administrador.

**SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**  
CNPJ 03.612.436/0001-20  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os sócios e seus representantes legais da sociedade **SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ 03.612.436/0001-20, convocados para reunião de sócios a ser realizada presencialmente no dia 26 de abril de 2024, em sua sede à Av. Av. Almirante Barroso, nº. 63, sala 1901 - Centro Rio de Janeiro - RJ, às 10:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Reforma do Contrato Social; 2) Aprovação da Consolidação do novo Contrato Social; e 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2024 **Lawrence Randal Pebbles** - sócio administrador.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL**  
CNPJ/MF 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL** ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 16:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) proposta de constituição da reserva legal; (iii) proposta de distribuição de dividendos, incluindo a parcela de juros sobre capital próprio; (iv) proposta de destinação do saldo do lucro líquido do exercício de 2023; e (v) fixação da remuneração anual e global da administração para o ano calendário de 2024. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGO por meio da Plataforma Zoom deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails [a.baroncini@norsul.com](mailto:a.baroncini@norsul.com), [rodrigo.cuesta@norsul.com](mailto:rodrigo.cuesta@norsul.com), [fernando.lacerda@norsul.com](mailto:fernando.lacerda@norsul.com) e [maria.sanches@norsul.com](mailto:maria.sanches@norsul.com)), com antecedência mínima de 48h em relação ao horário marcado para o início da AGO, ou seja, até às 16:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGO, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, aos e-mails acima indicados, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGO. **Informações Gerais:** A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Zoom. A AGO será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGO e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à AGO por meio digital poderão solicitá-los aos e-mails: [a.baroncini@norsul.com](mailto:a.baroncini@norsul.com), [rodrigo.cuesta@norsul.com](mailto:rodrigo.cuesta@norsul.com), [fernando.lacerda@norsul.com](mailto:fernando.lacerda@norsul.com) e [maria.sanches@norsul.com](mailto:maria.sanches@norsul.com), devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos. **Luciano Puccini Medeiros** - Presidente do Conselho de Administração

**AUTO VIAÇÃO ABC S.A.**  
CNPJ/MF: 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Viação ABC S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 136, Alcântara, CEP: 24.730-590 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página B12; e 02 de abril de 2024, na página B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página 20; e 02 de abril de 2024, na página 12. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail [vmuaa@vmuaa.com.br](mailto:vmuaa@vmuaa.com.br). São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

**AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.**  
CNPJ/MF: 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Ônibus Alcântara S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página B66; 04 de abril de 2024, na página B5; e 05 de abril de 2024, na página B4, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página 133; 04 de abril de 2024, na página 24; e 05 de abril de 2024, na página 8. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail [vmuaa@vmuaa.com.br](mailto:vmuaa@vmuaa.com.br). São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

**MJP BOTAFOGO RESTAURANTE LTDA.**  
CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15 - NIRE 33210512471  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS**

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 13h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJP BOTAFOGO RESTAURANTE LTDA.** - Marcelo da Silveira Werneck - Administrador.

**VIAÇÃO MAUÁ S.A.**  
CNPJ/MF: 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Viação Mauá S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24.467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página B4; e 02 de abril de 2024, na página B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página 20; e 02 de abril de 2024, na página 12. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail [vmuaa@vmuaa.com.br](mailto:vmuaa@vmuaa.com.br). São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

**REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.**  
CNPJ/MF: 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Regata Imob Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede social localizada na Cidade Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias, 77, sala 1701, Centro ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página B12; e 02 de abril de 2024, na página B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página 133; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página 20; e 02 de abril de 2024, na página 12. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail [vmuaa@vmuaa.com.br](mailto:vmuaa@vmuaa.com.br). São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

**ICARÁ AUTO TRANSPORTES S.A.**  
CNPJ/MF: 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Icará Auto Transportes S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 166, Alcântara, CEP 24.730-590 ("Companhia") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024; e **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a alteração da sede da Companhia. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página B4; e 02 de abril de 2024, na página B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na página 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na página 20; e 02 de abril de 2024, na página 12. O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGOE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail [vmuaa@vmuaa.com.br](mailto:vmuaa@vmuaa.com.br). São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

**COMUNICADO**

Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MEIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R\$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/04/2024. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.  
**Shopping Center do Brasil S/A. Síndico**

**ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.**  
CNPJ/MF: 34.156.620/0001-36  
**ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE SÓCIOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os sócios da **ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.**, com sede na Rua Miritiba, nº 317, CEP: 21.911-120 e Rua Maraú, nº 96 e nº 122, CEP: 21.911-130, Freguesia - Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.156.620/0001-36, a reunirem-se em Assembleia de Sócios a ser realizada na forma exclusivamente digital (art. 1.080-A, p. único, do Código Civil), por meio de plataforma digital da Easy Vote cujos links de acesso serão os seguintes: [https://us06web.zoom.us/join/register?Wn\\_wFy0MYZ0QK6JnvHBJHIBQ\\_vf-deconferencia](https://us06web.zoom.us/join/register?Wn_wFy0MYZ0QK6JnvHBJHIBQ_vf-deconferencia) e <https://voto.easyvote.com.br/app/bretanha/login> (votação). A Assembleia se instalará com a presença de titulares de, no mínimo, 1/3 (três quartos) do capital social (art. 1.074 do Código Civil), em primeira convocação, no dia **06 de maio de 2024, às 15 horas**, e em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no dia **14 de maio de 2024, às 15 horas**, com os seguintes itens de pauta: **a)** deliberação e aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial do exercício de 2023; **b)** deliberação e aprovação da distribuição de lucros referentes ao exercício de 2023; **c)** deliberação e aprovação do nivelamento do pró-labore do cargo de administrador à remuneração relativa ao cargo do coordenador pedagógico da Escola; e **d)** deliberação e aprovação da venda dos veículos já depreciados de propriedade da Escola aos sócios que estiverem na posse, com deságio de até 60% do valor constante da Tabela FIPE. Solicita-se que os sócios ou seus representantes que desejarem participar da assembleia enviem, para os e-mails [sonia@bretanha.com.br](mailto:sonia@bretanha.com.br), [tiemy@tavaresborba.com.br](mailto:tiemy@tavaresborba.com.br), [raia@easyvote.com.br](mailto:raia@easyvote.com.br) e [cristiano@easyvote.com.br](mailto:cristiano@easyvote.com.br), com antecedência de, pelo menos, **120 (cento e vinte) minutos** ao horário previsto de início da assembleia, a documentação com a prova da identificação do sócio e, se for o caso, do instrumento de mandato com firma reconhecida daqueles sócios que desejarem se fazer representar por procurador, juntamente com documento de identificação deste. Esclarecemos que o contador da sociedade estará presente na assembleia para responder eventuais dúvidas dos sócios sobre temas relacionados à contabilidade da Escola. Por fim, quaisquer dúvidas que os sócios eventualmente tenham poderão ser sanadas por meio do seguinte e-mail: [sonia@bretanha.com.br](mailto:sonia@bretanha.com.br). Quaisquer dúvidas relacionadas ao acesso e utilização da plataforma digital poderão ser sanadas com o suporte da Easy Vote por meio do seguinte link de WhatsApp: <https://wa.me/message/UWVXZJZCCZAF1>. **SÔNIA MARIA BRETANHA FREIRE** - Administradora



Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

CNPJ: 26.072.786/0001-46

o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 633 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Ocorridos no exercício de 2023: Em razão do interesse da Tefti Armazém e Logística Ltda em se retirar da operação, foi celebrado em 05 de maio de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 8 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da Pluris Mídia Ltda em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de junho de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 200 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da ITSource Serviços e soluções em TI Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 5.670 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 80 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da SKA Automação de Engenharias Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 2.144 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da W3K Tecnologia Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R\$ 380 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. c) 1º Aditamento sobre o Acordo de Consolidação: As demais Empresas Participantes optaram de comum acordo com a Companhia, por celebrar o aditamento sobre o Acordo de Consolidação, conforme aditivos celebrados entre a Companhia e Empresas Participantes, e fixar nova data limite para a realização do Evento de Liquidez, em 31 de abril de 2023. d) 2º Aditamento ao Acordo Geral de Consolidação: Durante o segundo trimestre de 2023 a Companhia firmou o 2º Aditamento ao Acordo Geral de Consolidação de Empresas de Tecnologia e Outras Avenças com as Empresas Participantes, no qual as Partes, de comum acordo, resolveram alterar a data limite para realização do Evento de Liquidez de 31 de abril de 2023 para 30 de junho de 2024. A seguinte Empresa Participante, não concluiu a assinatura do aditivo até a data de aprovação e divulgação das presentes demonstrações contábeis: TPV Inova Soluções em Informática S.A. Em razão dos aumentos (reduções) de capital descritos anteriormente, o capital social da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. passou a ser distribuído através da seguinte proporção relativa às participações dos negócios na Companhia:

Table with columns: Investidas, Representatividade da participação societária, and percentages for various companies like Gulf Capital Partners, A5 Solutions, etc.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Table for Despesas pré-operacionais: a) Despesas com pessoal, showing items like Pró-Labore, INSS, Assistência médica, etc.

Table for Despesas gerais e administrativas: b) Despesas gerais e administrativas, showing items like Serviços tomados junto a terceiros, Viagens e estadias, etc.

Table for Resultado financeiro: 13. Resultado financeiro, showing Despesas com juros, Outras despesas, etc.

14. Gestão de risco: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações contábeis, por categoria, são os seguintes:

Table for Ativos financeiros: Hierarquia de valor justo, 31/12/2023, showing Caixa e equivalentes, etc.

Table for Ativos financeiros: Classificação, Hierarquia de valor justo, 31/12/2023, detailing exposures to Eduardo Arroxellas Villela and Francisco Wellington Barrozo Sales.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Aos Administradores e Acionistas da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Evento de liquidez e continuidade operacional da Companhia: Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1, 7 e 11 às demonstrações contábeis, que indicam que a continuidade operacional da Companhia considera a concretização do evento de liquidez até 30 de abril de 2024 e respectivos planos de negócios a serem implementados de forma subsequente pela Companhia. No caso de não concretização do evento de liquidez até 30 de abril de 2024, havendo falta de interesse por parte das empresas participantes em fixar nova data limite para a realização do mesmo, o pressuposto de continuidade operacional da Companhia deverá ser revisado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Principais assuntos de auditoria (PAA): Com exceção do assunto descrito na seção "Ênfase - Evento de liquidez e continuidade operacional da Companhia", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos ao longo com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 de março de 2024. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1. Jefferson Coelho Diniz - Contador CRC 1SP-277.007/O-8

NOVA NARITA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.784.745/0001-09

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da Nova Narita Investimentos e Participações S.A., relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Niterói, 28 de março de 2024. A Diretoria.

Table for Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores em reais (R\$), showing Circulante, Não circulante, Investimentos, etc.

Table for Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Valores em reais (R\$), showing Receitas (despesas) operacionais, Despesas administrativas, etc.

Table for Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Valores em reais (R\$), showing Saldos em 31/12/2021, Prejuízo do exercício de 2022, etc.

Table for Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, starting with Nota 1 - Constituição da Companhia, Denominação Social e Objeto Social.

Table for Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Valores em reais (R\$), showing Saldos em 31/12/2021, Prejuízo do exercício de 2022, etc.

Nota 1 - Constituição da Companhia, Denominação Social e Objeto Social: A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2007, com a denominação social de EDRJ76 Participações S.A., alterada em 23 de julho de 2007 para a atual denominação. Seu objeto social tinha por, exclusivamente, participar, direta ou indiretamente, no capital de outras sociedades no país ou no exterior. A maioria das participações da Companhia era em empresas, ou sociedades em conta de participação, voltadas para a atividade imobiliária. Tendo em vista os anos de crise nesse setor, a Companhia vislumbra que a própria posse explorar esse ramo de negócios, que se projeta com reativação em curto espaço de tempo. Assim sendo, decidiu incluir nos seus objetivos sociais a atuação direta no ramo imobiliário, decisão que foi amadurecida ao longo do tempo e formalizada por Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2021. Diante dessa decisão, um adiantamento efetuado em anos anteriores para aquisição de terreno objeto de possível incorporação de unidades residenciais no local, no valor de R\$ 800.000,00, foi transferido, já no Balanço Patrimonial de 2020, de rubrica própria no Ativo Imobilizado para rubrica no Ativo Circulante. Em 2023, a Companhia alienou sua parte na sociedade de propósito específico, MS 141 Empreendimento Imobiliário Ltda., classificada no Balanço Geral como "Outros Investimentos", a qual foi criada para incorporar um prédio misto, residencial e comercial, e cuja construção está em andamento na Rua Mem de Sá, em Icaraí, Niterói-RJ. Como forma de pagamento da alienação de sua participação receberá, ao final da construção, seis unidades residenciais no local. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ob-

servando-se as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: Os investimentos permanentes em controlada e coligadas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial; outros investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição. Os ágios em investimentos foram originados por expectativas de lucros futuros nas empresas investidas. Nota 4 - Investimentos Permanentes em Controladas e Coligadas: Esses investimentos eram assim compostos em 31.12.2023 e 31.12.2022, em reais:

Table for Empresas: 2023, 2022, listing companies like Pinto de Almeida Investimentos S.A., Serra e Mar Transmissões Ltda., etc.

As avaliações desses investimentos produziram os seguintes resultados de equivalência patrimonial: 2023, 2022, showing results for Igarapé Agropecuária Ltda., Sonoda Participações S.A., etc.

Nota 5 - Outros Investimentos: Essa rubrica era composta, em sua maioria, por participações em Sociedades em Conta de Participação (SCP), constituídas para incorporar empreendimentos imobiliários, nas quais a Companhia atua apenas como sócia de capital, bem como aplicações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), empresas criadas para operações determinadas, nas quais a Companhia também atua meramente como sócia minoritária de capital. Como a influência na administração desses investimentos não vem se mostrando significativa, a partir de 2021 passou-se a avaliá-los pelo custo registrado na contabilidade, sendo os dividendos recebidos creditados diretamente em resultados, em conta de receita específica. Nota 6 - Intangível: O grupo do Intangível era composto, exclusivamente, pelos saldos dos ágios apurados por ocasião da aquisição ou subscrição de investimentos, e compunham-se dos seguintes valores:

Table for Saldos dos ágios - R\$: 2023, 2022, listing companies like Pinto de Almeida Investimentos S.A., Igarapé Agropecuária Ltda., etc.

Os ágios decorreram das segregações determinadas pelas legislações societárias e fiscais e pelos princípios contábeis. Havia uma expectativa de evolução dos negócios na atividade imobiliária, área principal de atuação da Pinto de Almeida Investimentos S.A., superadas a crise porque passa a economia e, portanto, a Companhia não considerava necessário efetuar qualquer amortização do ágio, entendendo haver a possibilidade de retorno de, pelo menos, valores iguais aos demonstrados. Como tal melhoria foi quase imperceptível, a Companhia decidiu, em 2021, conservadoramente, promover uma amortização do ágio de tal investimento, de modo que ela refletisse as perdas ocorridas naquela empresa, correspondentes ao seu percentual de participação no patrimônio contábil da investida. Em 2022 e 2023 a Companhia entendeu não serem necessárias quaisquer novas amortizações. Nota 7 - Capital Social: O capital social é dividido em 37.971.916 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Nota 8 - Demonstrações dos Resultados Abrangentes: As Demonstrações dos Resultados Abrangentes não foram apresentadas nos exercícios de 2023 e 2022 por não existirem transações registradas como "outros resultados abrangentes", não havendo diferenças em relação aos números já apresentados nas Demonstrações dos Resultados.

Diretoria: Naum Roberto Ryfer; Eduardo Ryfer; Nina Ester Palatnik Ryfer. Ana Lucia Teixeira de Azevedo - Téc. Contabilidade - CRC/RJ-27031/O-8



PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

ALERTA

# Casos de febre oropouche dispararam no Brasil e preocupam Ministério da Saúde

O número de casos de febre oropouche quadruplicaram no Brasil. Enquanto em 2023 foram registrados 832 casos da doença, o Ministério da Saúde (MS) contabilizou 3.354 apenas nas quinze primeiras semanas de 2024.

Do total deste ano, 2.538 casos são em residentes dos Amazonas, seguidos por Rondônia (574), Acre (108), Pará (29) e Roraima (18). Fora da região Norte, Bahia (31), Mato Grosso (11), São Paulo (7) e Rio de Janeiro (6) foram os Estados com maior número de registros da doença.

De acordo com o MS, a descentralização do diagnóstico laboratorial para detecção do vírus nos Estados da região amazônica, onde a febre é considerada endêmica, é o principal motivo por trás do aumento no número de casos.

A situação, contudo, é mais complexa. Enquanto locais da Amazônia têm maior disponibilidade de exames, há outras regiões do Brasil sem possibilidade de detecção, o que sugere que o número de casos de febre oropouche seja muito superior ao registrado.

Além disso, outro fator que colabora com a subnotificação é a semelhança entre os sintomas da oropouche com a

dengue. Além de serem arbovírus - grupo de doenças virais transmitidas principalmente por artrópodes, como mosquitos e carrapatos -, os dois quadros costumam causar dor de cabeça, nos músculos e articulações, além de náusea e diarreia.

Na análise da infectologista do Hospital Israelita Albert Einstein, Emy Gouveia, o ritmo atípico da febre oropouche, assim como de dengue, também pode ser associado ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas, que resultam em temperaturas elevadas e chuvas irregulares, condições ideais para a reprodução dos mosquitos transmissores e, consequentemente, disseminação da doença.

Como o nome sugere, a febre oropouche é uma doença causada pelo vírus oropouche. Transmitido aos seres humanos principalmente pela picada do Culex paraensis, conhecido como maruim ou mosquito-pólvora, esse vírus foi detectado no Brasil na década de 1960 a partir de amostra de sangue de um bicho-preguiça capturado durante a construção da rodovia Belém-Brasília.

Desde então, casos isolados e surtos foram rela-

dos no Brasil, principalmente nos Estados da região Amazônica. Também já foram relatados casos e surtos em outros países das Américas Central e do Sul (Panamá, Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela).

Segundo Emy, a transmissão ocorre quando um mosquito pica primeiro uma pessoa ou animal infectado e, em seguida, pica uma pessoa saudável, passando a doença para ela.

Existem dois tipos de ciclos de transmissão da doença: Ciclo silvestre: nesse ciclo, os animais como bichos-preguiça e macacos são os hospedeiros do vírus. Alguns tipos de mosquitos, como o Coquillettia diavenezuelensis e o Aedes serratus, também podem carregar o vírus, mas o maruim é considerado o principal transmissor nesse ciclo.

Ciclo urbano: já no ciclo urbano, os humanos são os principais hospedeiros do vírus. O maruim também é o vetor principal, porém, alguns casos também podem estar associados ao Culex quinquefasciatus, comumente encontrado em ambientes urbanos.

“A diversidade de mosquitos envolvidos na transmissão do vírus é uma das preocupações mais sérias em rela-

ção ao aumento de casos no Brasil, especialmente em regiões além da Amazônia, uma vez que a disseminação pode ocorrer de maneira mais rápida, considerando que as pessoas também são hospedeiras”, afirma Emy.

Além da diferença entre os mosquitos vetores, que, no caso da dengue, é o Aedes aegypti, as doenças se diferenciam pela evolução do quadro clínico.

O paciente diagnosticado com dengue pode começar a sentir dores abdominais intensas e, no pior dos casos, pode apresentar hemorragias internas, o que não acontece na oropouche.

Uma característica específica da oropouche é a apresentação de ciclo bifásico. Geralmente, a pessoa tem febre e dores por alguns dias e eles desaparecem em seguida. Após uma semana, o quadro da doença retorna, até sumir novamente.

Segundo Emy, não há casos de mortalidade pela doença. Porém, uma outra característica marcante é que nos casos mais graves pode haver comprometimento do sistema nervoso central, com quadros como meningite asséptica e meningoencefalite, principalmente em pacientes imuno-

comprometidos.

Vale ressaltar também que, diferente da dengue,

ainda não há imunizantes

específicos para a febre oropouche.

**MJ VENTURES S.A.**  
CNPJ/MF nº 37.695.284/0001-98 - NIRE 33300335170  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificação das deliberações havidas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de abril de 2024; e (ii) Orientação de voto a ser proferido pela Companhia com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas (ii.a) **MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), (ii.b) **MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), (ii.c) **MJP Plaza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), (ii.d) **MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e (ii.e) **MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), e (ii.f) serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJ VENTURES S.A.** Alexandre Silveira Cardoso - Diretor.

**GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.**  
CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada  
**Edital de Convocação.** Ficam convocados os acionistas da Grupo Salta Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA") a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) deliberar sobre o limite do valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à AGOE portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da LSA, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 22 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos**, Presidente do Conselho de Administração.

PUBLIBANCA BRASIL S.A.											
CNPJ 24.120.261/0001-03											
Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Balancos patrimoniais			Balancos patrimoniais			Demonstração dos fluxos de caixa			Demonstração do resultado		
(Não auditado)			(Não auditado)			(Não auditado)			(Não auditado)		
31/12/2023			31/12/2022			31/12/2023			31/12/2022		
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>36.927</b>	<b>13.813</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido/Circulante</b>	<b>29.367</b>	<b>31.811</b>	<b>Lucro líquido antes dos tributos</b>	<b>84.384</b>	<b>39.184</b>	<b>Receita operacional líquida</b>	<b>35.077</b>	<b>37.619</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7.377	5.076	Fornecedores	7.007	4.108	Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos ao caixa operacional			Custos dos serviços prestados	(14.741)	(13.899)
Contas a receber	9.568	7.886	Obrigações trabalhistas	1.285	319	Juros incorridos sobre aquisição de controladas	5.536	4.780	Lucro bruto	20.336	23.720
Tributos a recuperar	724	797	Obrigações tributárias	1.682	460	Reversão para perdas de crédito esperadas	(1)	(74)	Receitas (despesas) operacionais	66.783	22.651
Despesas antecipadas	49	37	Adiantamentos de clientes	1.326	771	Perdas efetivas em créditos	189	97	Despesas comerciais	(628)	(57)
Dividendos a receber	17.813	-	Dividendos a pagar	915	436	Depreciação e amortização	36.873	27.136	Despesas gerais e administrativas	(37.991)	(27.332)
Outros créditos	1.396	17	Obrigações com partes relacionadas	1.690	5.122	Equivalência patrimonial	(75.003)	(56.682)	Outras receitas (despesas) operacionais	30.399	(6.642)
<b>Não circulante</b>	<b>646.650</b>	<b>599.449</b>	Contas a pagar por aquisição de empresa	15.462	20.595	Ajuste de preço sobre valores devidos por aquisição de empresa	(31.153)	-	Resultado de equivalência patrimonial	75.003	56.682
Realizável a longo prazo: Depósitos judiciais	186	185	<b>Não circulante</b>	<b>14.479</b>	<b>37.105</b>	Provisão participação dos empregados nos lucros	869	99	Lucro operacional	87.119	46.371
Tributos diferidos	21.289	8.835	Obrigações tributárias	466	689	Aumento(diminuição) nos ativos e passivos operacionais	21.694	14.540	Resultado financeiro	(2.735)	(7.187)
Outros créditos	7.409	7.409	Contas a pagar por aquisição de empresa	8.044	30.100	Contas a receber	(1.870)	847	Receitas financeiras	300	694
Despesas antecipadas	6	-	Obrigações com partes relacionadas	5.521	2.500	Tributos a recuperar	73	878	Despesas financeiras	(3.035)	(7.881)
Investimentos	607.095	576.488	Outras obrigações	448	3.816	Adiantamentos a fornecedores	6	22	Resultado antes do IR e CS	84.384	39.184
Imobilizado	10.509	6.333	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>639.731</b>	<b>544.346</b>	Depósitos judiciais	-	(68)	IR e CS - corrente	(538)	(627)
Intangível	156	199	Capital social	363.897	363.897	Outros ativos	(1.404)	(1)	IR e CS - diferido	12.454	7.220
<b>Total do ativo</b>	<b>683.577</b>	<b>613.262</b>	Reserva de capital	137.275	137.275	Fornecedores	2.899	1.368	Lucro líquido do exercício	96.300	45.777
			Reserva de lucros	138.559	43.174	Obrigações trabalhistas	97	(75)	Caixa líquido originado das atividades operacionais	19.937	23.193
			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>683.577</b>	<b>613.262</b>	Obrigações tributárias	977	(1.784)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(516)	(1.851)
						Adiantamento de clientes	555	771	Juros pagos	(262)	(767)
						Receitas antecipadas	-	(325)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais depois do IR, CS e juros pagos	19.159	20.575
						Partes relacionadas	(411)	4.117	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
						Outras contas a pagar	(2.679)	2.903	Aquisição ótima, líquido de caixa adquirido	(9.062)	(356.954)
						<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			Pagamento de aquisição de controladas	(2.000)	(12.290)
						<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>96.300</b>	<b>45.777</b>	Aquisição de imobilizado e intangível	(5.361)	(7)
						<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>84.384</b>	<b>39.184</b>	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(16.423)	(369.251)
						IR e CS - corrente	(538)	(627)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
						IR e CS - diferido	12.454	7.220	Aumento de capital	-	343.600
						<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>96.300</b>	<b>45.777</b>	Dividendos pagos a acionistas	(435)	-
						<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>84.384</b>	<b>39.184</b>	<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(435)</b>	<b>343.600</b>
						IR e CS - corrente	(538)	(627)	<b>Aumento (redução) líquido de caixa</b>	<b>2.301</b>	<b>(5.076)</b>
						IR e CS - diferido	12.454	7.220	Caixa no início do exercício	5.076	10.152
						<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>96.300</b>	<b>45.777</b>	Caixa no final do exercício	7.377	5.076
						<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>84.384</b>	<b>39.184</b>			
						Outros resultados abrangentes	-	-			
						<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>96.300</b>	<b>45.777</b>			

**1. Informações gerais:** A Publibanca Brasil S.A. ("PBSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Benedito Otoni, nº 71. O objeto social da Companhia compreende a montagem de painéis em grandes formatos e veiculação de mídia OOH (out-of-home ou "fora de casa"), através de painéis digitais e estáticos em bancas de jornal. A Companhia tem como controladora a Eletromídia S.A. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Aos acionistas Publibanca Brasil S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Publibanca Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Publibanca Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria**

pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

São Paulo, 18 de abril de 2024  
**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S Ltda.  
CRC-SP034519/O  
**Lazaro Angelim Serruya**  
Sócio  
Contador - CRC DF015801/O



REAJUSTE

# Professores da UFRJ fazem ato por mais verbas e melhores salários



Agência Brasil

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) organizou na sexta-feira (19) um ato por salários, mais bolsas de pesquisa e melhores condições de trabalho.

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) organizou na sexta-feira (19) um ato por salários, mais bolsas de pesquisa e melhores condições de trabalho. Sob o lema de "Eu amo a UFRJ", os manifestantes estenderam faixas e balões coloridos nas escadarias do Ministério da Fazenda, na avenida Presidente Antônio Carlos, no centro do Rio.

"O ato cumpriu o propósito de fazer uma manifestação pública em defesa da universidade, indicando que ela é um espaço importante para a construção de um Brasil mais solidário, com produção científica e acadêmica", disse a presidenta da ADUFRJ, Mayra Goulart.

Segundo os professores, a UFRJ tem um orçamento

que não cobre os gastos do cotidiano da universidade, os salários de terceirizados estão atrasados, serviços de manutenção e limpeza deficientes e obras paradas. Além disso, as instalações apresentam problemas graves de manutenção e sistema elétrico precário.

Os manifestantes também cobram mais bolsas de pesquisa, bandejões abertos e ampliação de alojamentos, para garantir que os estudantes consigam permanecer nos cursos.

"O próximo passo agora é aguardar a mesa de negociação e analisar a proposta do governo, para decidir sobre novas estratégias. Acreditamos em uma nova proposta do governo federal e a gente espera que seja algo que contemple, de alguma forma, os

anseios da categoria", disse a presidenta da ADUFRJ.

Nessa quinta-feira (18), os professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) aprovaram uma greve com início para o dia 29 de abril. A assembleia terminou com 239 votos favoráveis e 138 contrários. Os debates ocorreram de forma descentralizada, com participações simultâneas nos campi de sete cidades: Niterói, Rio das Ostras, Friburgo, Campos, Pádua, Angra e Volta Redonda.

Até o dia 29, a categoria decidiu se manter em estado de greve. Entre as muitas pautas, foram destacados a necessidade de aumento no orçamento da universidade, melhorias na assistência estudantil, estrutura, cotas para docentes negros e indígenas, e bolsas automáticas.

"Foi muito importante esse movimento para lidarmos com os próximos desafios. Queremos nos somar aos professores do ensino superior e mobilizar todas as nossas bases, e pautarmos a reestruturação da carreira e a recomposição salarial. Vamos juntos, docentes, discentes e técnicos construir essa greve. E esperamos que todos se unam nessa luta pela educação e pelo serviço público federal", disse a professora Maria Cecília Castro, presidenta da Associação dos Docentes da UFF (Aduff), em vídeo postado nas redes sociais da instituição.

Com a decisão, a UFF vai aderir ao movimento nacional liderado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que teve início na última segunda-feira (15).

No estado do Rio de Janeiro, professores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) já tinham decidido aderir à greve a partir do dia 2 de maio. Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) os docentes estão mobilizados em estado de greve.

Em todo o país, o Andes informa que docentes de 24 instituições federais estão em greve e que há indicativos de greve em outras 11 instituições. Nesta tarde, está marcada uma reunião entre representantes dos sindicatos e membros do Ministério da Educação e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para uma nova rodada de negociação.

MADONNA

## Ocupação de hotéis no alto e pico no preço da passagem aérea

Quem ainda não comprou passagens aéreas para assistir ao show gratuito da cantora Madonna na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, pode ter uma surpresa com os valores dos voos na sexta, 19. O preço de ida e volta do trajeto de São Paulo à capital fluminense registrou o maior valor dos últimos 60 dias, segundo informações do Google Flights.

Madonna se apresenta com a The Celebration Tour, que celebra 40 anos de carreira da artista, no dia 4 de maio, um sábado. O valor mínimo para adquirir uma passagem que sai da capital paulista na sexta, dia 3 de maio, e volta do Rio no domingo, dia 5, é de R\$ 1.673. Aqueles que se arriscarem a embarcar no dia do show para retornar no dia seguinte podem encontrar valores, ligeiramente, mais em conta: R\$ 1.418.

A apresentação da diva pop provocou uma altíssima demanda dos hotéis entre os dias 3 e 5 de maio na cidade, especialmente nos bairros de Copacabana e Leme. Segundo uma prévia da pesquisa do HotéisRIO divulgada na quinta, 83,38% dos hotéis nos dois bairros já estão ocupados.

O Copacabana Palace, famoso hotel de luxo que costuma receber grandes artistas, já está com as vagas completamente esgotadas. A informação foi confirmada pela assessoria do hotel na sexta. A equipe, porém, afirmou que não tem informações se Madonna irá se hospedar no local.

Conforme a organização do show no Rio, o palco da cantora será montado em frente ao hotel, voltado para a avenida Princesa Isabel. A estrutura inclui 16 torres de som e ao menos 8 telões.

Ainda conforme a pesquisa do HotéisRIO, 67,95% das hospedagens no centro da capital fluminense já estão ocupadas. A porcentagem também é alta nos bairros de Ipanema e Leblon, que registram uma ocupação de 67,53%.

Segundo Alfredo Lopes, presidente da empresa, a expectativa é que o bairro de Copacabana seja o primeiro a se aproximar da lotação máxima, seguido por bairros próximos que ofereçam opção de transporte. O show, que terá início por volta das 21h45, terá 2 horas de duração e contará com uma transmissão ao vivo. Ele tem patrocinio do banco Itaú.

A última passagem da cantora no Brasil ocorreu em 2012 com a turnê MDNA Tour. Ela também já realizou apresentações no País em 1993, com The Girlie Show, e 2008, com Sticky & Sweet.

Em coletiva de imprensa realizada no final de março, Luiz Oscar Niemeyer, sócio da BonusTrack, produtora do evento, afirmou que o show em Copacabana terá estrutura "muito maior" do que as outras apresentações da Celebration Tour. "Ela está fazendo shows em arenas para 20 mil pessoas, aqui no Rio é um show para um milhão de pessoas, então o palco será maior, a estrutura será diferente", comentou.

Daniela Maia, Secretária Municipal de Turismo do Rio, disse que o esquema de segurança será "pelo menos o mesmo" do último réveillon na cidade. A apresentação será a única da turnê da artista na América do Sul.

**PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.**  
Sociedade Anônima de Capital Fechado  
CNPJ nº 08.310.839/0001-38  
NIRE 33.3.031005-3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

Ficam convocados os acionistas da **PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (em conjunto, "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação, às 15h00 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser proferido por meio do (i) link do aplicativo de videoconferência Zoom, a ser disponibilizado pela Companhia, (ii) envio de boletim de voto à distância; ou (iii) presencialmente, na sede da Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030 de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020"), para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) A proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) A fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2024; (iv) A eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) A autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas na Assembleia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar o orçamento anual da Companhia para o exercício de 2024. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para a secretaria societária da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até 15:00 horas do dia 28 de abril de 2024, por meio do endereço eletrônico [secretariasocietaria@portosudeste.com](mailto:secretariasocietaria@portosudeste.com) ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital Zoom para participação e votação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a secretaria societária da Companhia, por meio do e-mail [secretariasocietaria@portosudeste.com](mailto:secretariasocietaria@portosudeste.com), com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da secretaria societária – [secretariasocietaria@portosudeste.com](mailto:secretariasocietaria@portosudeste.com) –, até o dia 28 de abril de 2024, via digitalizada dos seguintes documentos: (i) documento de identidade oficial com foto de seu titular; (ii) atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e (iii) cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, caso aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (i) contrato ou estatuto social; e (ii) ato societário de eleição do administrador que (ii.a) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (ii.b) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada digitalizada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação e voto por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo do reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital emitido por autoridade certificadora autorizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. A documentação pertinente à ordem do dia está à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia. Itaguaí/RJ, 22 de abril de 2024.

Oscar Pekka Fahlgren - Presidente do Conselho de Administração

**SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE.** CNPJ/ME nº 01.685.053/0001-56 - NIRE 3330027441-3. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024.** Data, Hora e Local: Em 11 de abril de 2024, às 9h, por meio de videoconferência. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Raquel Reis Correa; Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel. **Deliberações:** Matérias aprovadas pela totalidade das acionistas da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas. I. Aprovar o Relatório de Aspectos de Controle e Gestão, o Relatório de Análise e Monitoramento Econômico-Financeiro e o Relatório de Análise e Monitoramento de Risco da Companhia e seus respectivos anexos, que dispõem sobre a adoção das práticas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, com data-base 31/12/2023, em observância à Resolução Normativa ANS nº 518/2022. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Assinaturas:** Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. **Acionistas:** Traditio Companhia de Seguros, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel e Rede D'Or São Luiz S.A., representada por seu Diretor Rodrigo Gavina da Cruz. JUCERJA nº 00006193300 em 18/04/2024. Secretário Geral - Gabriel Oliveira de Souza Voi.

**G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.**

CNPJ/MF nº 32.010.133/0001-35 - NIRE 33210651749  
**Edital de Convocação - Reunião Geral Extraordinária de Sócios**  
Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h00, em primeira convocação, na sede social da Sociedade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio; e (ii) Orientação de voto a ser proferido pela Sociedade com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas (ii.a) **Cascais do Jardim Botânico Pizzaria Ltda.** (CNPJ/MF nº 10.736.680/0001-60), (ii.b) **LM Rio Sul Ltda.** (CNPJ/MF nº 30.264.692/0001-46), (ii.c) **MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), (ii.d) **MJD Catete Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 42.735.147/0001-70), (ii.e) **MJD Gávea Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.487.924/0001-00), (ii.f) **MJD Ipanema Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.063.440/0001-47), (ii.g) **MJP Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 21.556.406/0001-25), (ii.h) **MJP Botafogo Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15), (ii.i) **MJP Campinas Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 40.621.291/0001-50), (ii.j) **MJP Franqueadora Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.144.649/0001-72), (ii.k) **MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), (ii.l) **MJP Plaza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), (ii.m) **MJP Recife Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.247.631/0001-48), (ii.n) **MJP Recreio Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03), (ii.o) **MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e (ii.p) **MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), a serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.** Marcelo da Silveira Werneck e Alexandre Silveira Cardoso - Administradores.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	41.489	243.935		
Menssaldades e Outros Recebíveis	5	725.341	652.361		
Estoque	6	—	13.493		
Ativo Biológico	7	—	585		
Tributos a Recuperar	8	973	968		
Adiantamentos	9	11.332	10.457		
Partes Relacionadas	10	221	91		
Outros Créditos	11	1.606	4.229		
Despesas Antecipadas	12	319	1.810		
		<b>781.281</b>	<b>928.809</b>		
<b>Não Circulante</b>					
Menssaldades e Outros Recebíveis	5	522	68		
Depósitos Judiciais	27	1.251	1.289		
Outros Créditos	11	345	1.124		
Despesas Antecipadas	12	887	1.187		
Investimentos	13	16.172	132.056		
Imobilizado	14	218.861	240.126		
Ativo Biológico	15	—	981		
Intangível	16	20.712	23.853		
Direito de uso de arrendamento	17	9.604	13.490		
		<b>268.354</b>	<b>414.174</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.049.635</b>	<b>1.342.983</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de Dezembro de 2023  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social		Cisão Parcial		Incorporação Parcial		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Superávit/(Déficit) do Período		Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.195.754</b>	<b>(858.563)</b>	<b>33.591</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>42.251</b>	<b>—</b>	<b>413.065</b>
Aumentos de Patrimônio Social											
Com Superávit	42.251	—	—	—	—	—	—	—	(42.251)	—	—
Venda de ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	(32)	—	—	(32)	—
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	—	—	—	16	—	—	16	—
Superávit Líquido do Período	—	—	—	—	—	—	—	—	89.823	89.823	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.238.005</b>	<b>(858.563)</b>	<b>33.591</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>89.823</b>	<b>89.823</b>	<b>502.872</b>
Aumentos de Patrimônio Social											
Com Superávit	89.823	—	—	—	—	—	—	—	(89.823)	—	—
Venda de ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	(16)	—	—	(16)	—
Ativos financeiros disponíveis para venda	—	—	—	—	—	—	13	—	—	13	—
Superávit Líquido do Período	—	—	—	—	—	—	—	—	103.820	103.820	—
Parcela Cindida	—	(455.691)	—	—	—	—	—	—	—	(455.691)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.327.828</b>	<b>(1.314.254)</b>	<b>33.591</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>103.820</b>	<b>150.998</b>	<b>150.998</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações Gerais

**Fundação em 1958, a Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), com sede na cidade de São Paulo (SP), é uma associação civil de direito privado, filantrópica, com orientação religiosa de um instituto de vida consagrada, de caráter não econômico, e tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à cultura, à beneficência, à assistência social, à promoção humana, à educação, ao ensino e à formação religiosa. A ABEC se dedica primordialmente a atividades de educação e ensino formal e informal em seus diversos níveis e, para isso, mantém colégios, creches, residências-comunidade, centros de formação da juventude, centros comunitários e sociais, prestando assistência social a quem dela necessitar, com assessoramento, garantia, defesa e promoção dos direitos e atendimentos correlatos. Pode, ainda, atuar em outros ramos, tais como atividades agropecuárias, desportivas e hospitalares. Desenvolve suas atividades nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Para atingir seus objetivos filantrópicos, no desenvolvimento de suas atividades, a ABEC atende aos seguintes requisitos: I - Não remunera os membros do seu Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, nem seus associados, pelo exercício de suas funções; II - Não tem fins lucrativos; III - Não distribui dividendos, tampouco receitas e/ou parcelas de seu patrimônio, sob forma alguma; IV - Aplica, integralmente, no país, o superávit apurado em seus exercícios financeiros, na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades institucionais; V - Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais, capazes de assegurar sua existência. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 53.489, de 24 de janeiro de 1964 até a revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS desde 19 de junho de 1959 (registro nº 11.088/59 no CNAS) tendo seus processos de renovação, enviados temporariamente, com os seguintes status: Para o período 2010-2012, sob o protocolo nº 71010.004029/2009-01, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 480, de 26 de outubro de 2010, para o período 2013-2015, sob o protocolo nº 23000.009084/2012-94, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 1.231, de 30 de novembro de 2017, para o período 2016-2018, sob o protocolo nº 23000.025310/2015-27, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 963, de 2 de setembro de 2021, para o período 2019-2021, sob o protocolo nº 23000.039316/2020-92, foi deferido pelo MEC desde 08/12/2018, para o período 2022-2024, sob o protocolo nº 23000.030130/2021-19, está aguardando análise pelo MEC desde 17/11/2021. A certificação CEBAS permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação temporariamente apresentado conforme prevê o § 2º, Art. 37, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e Art. 14, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. **Fato Relevante:** Em 17/04/2023 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a cisão parcial da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, menssaldades e Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio verificado foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Em complemento ao processo de reestruturação, em 29/09/2023 foi deliberado nova cisão parcial do patrimônio líquido da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, menssaldades e Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio verificado foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Os efeitos patrimoniais da cisão parcial encontram-se demonstrados na nota 28.1.**

## 2. Principais Políticas Contábeis

**2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis nº 11.338/07 e nº 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dadas pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 aplicável às entidades sem finalidade de lucros, e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral das normas técnicas emendas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Entidade é o real e todas as informações contábeis apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que tais estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • Nota 14 - Imobilizado; • Nota 16 - Intangível; • Nota 27 - Provisões de riscos (contingências); • Nota 34 - Instrumentos financeiros.

**2.5. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas em Assembleia Geral em 20 de março de 2024, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

**3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente em todos os períodos reportados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de se atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera "equivalentes de caixa" a aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Menssaldades e outros recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos boletos emitidos com base em contrato educacional curricular e complementar, além de seus aditivos, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de menssaldades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. Esses índices são periodicamente revisados, buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Estoques:** Os estoques de café e rebanhos avaliados ao custo médio de aquisição. **3.4. Despesas antecipadas:** São compostas por apropriações de prêmios de seguros, licenças de uso de softwares e aluguéis pagos antecipadamente. **3.5. Investimentos:** As participações em controladas foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, com a contrapartida desses valores reconhecida em outras receitas operacionais. A participação na Empresa Editora FTD S/A. São avaliadas apurando-se as demonstrações financeiras dessas sociedades ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente revertam para a Entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando-se o método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Edificações	25 a 60	—	—	—
Equipamentos	10	—	—	—
Móveis	10	—	—	—
Veículos	5	—	—	—
Acervo	10	—	—	—
Equipamentos de Informática	5	—	—	—
Ativo Biológico	5	—	—	—
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	0 a 25	—	—	—

**5. Menssaldades e outros recebíveis**

As menssaldades de alunos estão representadas como segue:

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Menssaldades Escolares	746.612	522	666.740	68
Menssaldades Escolares Anteriores	—	—	20	—
Clientes a Receber	2.601	—	6.716	—
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.872)	—	(21.115)	—
<b>Total</b>	<b>725.341</b>	<b>522</b>	<b>652.361</b>	<b>68</b>

O cálculo do ajuste a valor presente aplicado em 2023 na carteira de clientes em renegociação e contas a receber não resultou na ocorrência de juros e/ou encargos para registro. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta como segue:

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no Início do Exercício	(21.115)	(20.993)	—	—
Provisões	(6.023)	(4.398)	—	—
Reversões	761	649	—	—
Baixa de carteira	2.505	3.627	—	—
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>(23.872)</b>	<b>(21.115)</b>	—	—

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO  
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023			2022		
	2023	2022	2022	2023	2022	2022
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>29</b>	<b>691.825</b>	<b>580.499</b>			
<b>Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados (Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>30</b>	<b>(352.438)</b>	<b>(310.932)</b>			
Gastos com Pessoal e Encargos	(81.170)	(64.725)	(64.725)			
Despesas Administrativas	(108.124)	(94.358)	(94.358)			
Depreciação/Amortização/Impairment	(18.300)	(14.246)	(14.246)			
Equivalência Patrimonial	1.313	5.051	5.051			
Despesa com Subvenção	(7.687)	(7.820)	(7.820)			
Outras Receitas e Despesas	31	(40.346)	(34.898)			
		<b>(254.314)</b>	<b>(210.996)</b>			
<b>Resultado Operacional antes dos Efeitos Financeiros</b>		<b>85.073</b>	<b>58.571</b>			
Custos Financeiros		(26.504)	(39.190)			
Despesas Financeiras		(7.757)	(7.938)			
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>32</b>	<b>(18.747)</b>	<b>31.252</b>			
<b>Superávit do Período</b>		<b>103.820</b>	<b>89.823</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
<b>Superávit do Período</b>	<b>103.820</b>	<b>89.823</b>		
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA) Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>				
Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado	13	16		
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>	<b>13</b>	<b>16</b>		
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>103.833</b>	<b>89.839</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>				
Serviços Educacionais	746.636	646.821		
Outras Receitas	92.029	63.647		
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.262)	(3.749)		
<b>Total</b>	<b>833.403</b>	<b>706.719</b>		
<b>Insunso Adquiridos de Terceiros</b>				
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	114.143	(69.350)		
Materiais, Energia e Serviço de Terceiros	(108.216)	(95.379)		
Outras	(187.186)	(164.867)		
<b>Total</b>	<b>(181.259)</b>	<b>(329.596)</b>		
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>652.144</b>	<b>377.123</b>		
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(18.300)</b>	<b>(14.246)</b>		
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>633.844</b>	<b>362.877</b>		
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.313	5.051		
Receitas Financeiras	26.504	39.190		
<b>Total</b>	<b>27.817</b>	<b>44.241</b>		
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>661.661</b>	<b>407.118</b>		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>Remuneração do Trabalho</b>				
Remuneração Direta	459.629	258.427		
Benefícios	47.808	24.247		
FGTS	40.314	23.633		
<b>Total</b>	<b>547.751</b>	<b>306.307</b>		
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>				
Impostos e Taxas	209	(288)		
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>(288)</b>		
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>				
Despesas Financeiras	7.757	7.938		
Aluguéis	2.124	3.338		
<b>Total</b>	<b>9.881</b>	<b>11.276</b>		
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>				
Superávit do Período	103.820	89.823		
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>561.661</b>	<b>407.118</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração entende que o saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as perdas na realização de suas contas a receber. A provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das receitas. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC**

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado de 2022 a 2023

Descrição	2022				2023				
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Equipamentos	43.893	3.364	(8.702)	(3)	—	38.552	—	—	—
Móveis	74.986	7.820	(1.091)	15	—	81.730	—	—	—
Edificações	15.438	1.597	(21.745)	6.306	—	1.596	—	—	—
Veículos	7.025	457	(3.792)	18	—	3.708	—	—	—
Equipamentos de Informática	35.968	3.686	(1.561)	—	—	38.093	—	—	—
Acervo Bibliográfico	5.502	116	—	—	—	5.618	—	—	—
Instrumentos Musicais	1.669	86	(17)	—	—	1.738	—	—	—
Imobilizado em Andamento	16.202	40.338	—	(50.882)	—	5.658	—	—	—
Benefitória em Imóveis de Terceiros	148.515	131	—	44.563	—	193.209	—	—	—
Terenos	47.908	—	(47.908)	—	—	—	—	—	—
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	1.280	14	(3)	(17)	—	1.274	—	—	—
<b>Total</b>	<b>398.386</b>	<b>57.609</b>	<b>(84.819)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>371.176</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Descrição	Taxa % - a.a.	2022				2023				
		Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências
Equipamentos	10%	(32.328)	(2.681)	6.195	17	—	(28.797)	—	—	—
Móveis	10%	(54.967)	(3.845)	894	—	—	(57.918)	—	—	—
Edificações	0 a 4%	(8.947)	(316)	11.468	(2.338)	—	(133)	—	—	—
Veículos	20%	(5.703)	(515)	3.099	(18)	—	(3.137)	—	—	—
Equipamentos de Informática	20%	(26.607)	(3.613)	1.526	—	—	(28.694)	—	—	—
Acervo Bibliográfico	10%	(3.836)	(325)	—	—	—	(4.161)	—	—	—
Instrumentos Musicais	10%	(1.448)	(48)	17	—	—	(1.479)	—	—	—
Benefitória em Imóveis de Terceiros	0% a 4%	(24.020)	(5.743)	—	2.338	—	(27.425)	—	—	—
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	0% a 20%	(358)	(170)	2	1	—	(525)	—	—	—
Outros (contábil. fornec., provis., florest., etc)	0% a 4%	(46)	—	—	—	—	(46)	—	—	—
<b>Total</b>		<b>(158.260)</b>	<b>(17.256)</b>	<b>23.201</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(152.315)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total líquido</b>		<b>240.126</b>	<b>40.353</b>	<b>(61.618)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>218.861</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

(I) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa Automático para construção do prédio do colégio Anjo da Guarda. O total aprovado para a operação de financiamento foi de R\$ 5,9MM, o recebimento desse valor ocorreu em setembro/18 no valor de R\$ 3,6MM e o saldo de R\$ 2,3MM foi recebido em setembro/18, a condição contratual aprovada foi a taxa de TJLP+3,85%aa no prazo de 8 anos com 2 anos de carência e como garantia a hipoteca de imóvel (Imóvel Colégio Santa Maria) (II) Capital de Giro para projetos de expansão dos colégios Arquidiocesano, Chapeco e Criciúma, a condição contratual aprovada foi de CDI + 1,45%. Os vencimentos correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

Exercício	R\$	Percentual
2024	6.171	24,33%
2025	6.825	26,95%
2026	6.261	24,68%
2027	5.627	22,18%
2028 em diante	469	1,85%
<b>Total</b>	<b>25.365</b>	<b>100,00%</b>

**15. Ativos Biológicos**

Estão representados como segue:

Movimentação dos ativos biológicos de 2021 a 2022:

Descrição	2021				2022			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Semoventes	504	150	—	—	654	—	—	—
Lavoura de Café	5.597	—	—	198	5.795	—	—	—
Lavoura de Café em Andamento	198	—	—	(198)	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>6.299</b>	<b>150</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6.449</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Descrição	Taxa % - a.a.	2021				2022			
		Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências
(-) Semoventes	20%	(310)	(70)	—	—	(380)	—	—	—
(-) Lavoura de Café	20%	(4.934)	(154)	—	—	(5.088)	—	—	—
<b>Total</b>		<b>(5.244)</b>	<b>(224)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(5.468)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total líquido</b>		<b>1.055</b>	<b>(74)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>981</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Movimentação dos ativos biológicos de 2022 a 2023:

Descrição	2022				2023			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Semoventes	654	70	(724)	—	—	—	—	—
Lavoura de Café	5.795	5.532	(11.327)	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>6.449</b>	<b>5.602</b>	<b>(12.051)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Está representado como segue:

Movimentação do intangível de 2021 a 2022:

Descrição	2021				2022			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Goodwill	27.862	—	(73)	—	27.789	—	—	—
Sistemas Aplicativos - Softwares	10.831	22	—	—	10.853	—	—	—
Franquias	550	—	—	—	550	—	—	—
<b>Total</b>	<b>39.243</b>	<b>22</b>	<b>(73)</b>	<b>—</b>	<b>39.192</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Descrição	Taxa % - a.a.	2021				2022			
		Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Adições	Baixas	Transferências
Goodwill	6%	(4.006)	(2.500)	43	—	(6.463)	—	—	—
Sistemas Aplicativos - Softwares	20%	(7.653)	(723)	—	—	(8.376)	—	—	—
Franquias	20%	(460)	(40)	—	—	(500)	—	—	—
<b>Total</b>		<b>(12.119)</b>	<b>(3.263)</b>	<b>43</b>	<b>—</b>	<b>(15.339)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total líquido</b>		<b>27.124</b>	<b>(3.241)</b>	<b>(30)</b>	<b>—</b>	<b>23.853</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Movimentação do intangível de 2022 a 2023:

Descrição	2022				2023			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Goodwill	27.789	—	—	—	27.789	—	—	—
Sistemas Aplicativos - Softwares	10.853	—	(4)	—	10.849	—	—	—
Franquias	550	—	—	—	550	—	—	—
<b>Total</b>	<b>39.192</b>	<b>—</b>	<b>(4)</b>	<b>—</b>	<b>39.188</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Está representado como segue:

Movimentação do direito de arrendamento de 2021 a 2022:

Descrição	2021				2022			
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	13.691	28.393	(28.273)	13.811	13.811	28.393	(28.273)	13.811
<b>Total</b>	<b>13.691</b>	<b>28.393</b>	<b>(28.273)</b>	<b>13.811</b>	<b>13.811</b>	<b>28.393</b>	<b>(28.273)</b>	<b>13.811</b>

Descrição	Taxa % - a.a.	2021				2022			
		Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	
Edificações	100%	(259)	(3.612)	3.550	(321)	(259)	(3.612)	3.550	
<b>Total</b>		<b>(259)</b>	<b>(3.612)</b>	<b>3.550</b>	<b>(321)</b>	<b>(259)</b>	<b>(3.612)</b>	<b>3.550</b>	
<b>Total líquido</b>		<b>13.432</b>	<b>24.781</b>	<b>(24.723)</b>	<b>13.490</b>	<b>24.781</b>	<b>(24.723)</b>	<b>13.490</b>	

Movimentação do direito de arrendamento de 2022 a 2023:

Descrição	2022				2023			
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	13.811	23.847	(27.616)	10.042	13.811	23.847	(27.616)	10.042
<b>Total</b>	<b>13.811</b>	<b>23.847</b>	<b>(27.616)</b>	<b>10.042</b>	<b>13.811</b>	<b>23.847</b>	<b>(27.616)</b>	<b>10.042</b>

Estão representados como segue:

Descrição	Encargos	2023				2022			
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	17.256	9.047	28.132	10.448	17.256	9.047	28.124	10.448	
(-) Ajustes a Valor Presente	—	—	(8)	—	—	—	(8)	—	
<b>Total</b>	<b>17.256</b>	<b>9.047</b>	<b>28.124</b>	<b>10.448</b>	<b>17.256</b>	<b>9.047</b>	<b>28.124</b>	<b>10.448</b>	

O cálculo do ajuste a valor presente aplicado em 2023 na carteira de fornecedores resultou na ocorrência de juros ou encargos. Em 31 de dezembro 2023, as contas a pagar aos fornecedores correspondem, basicamente, à compra do Colégio Anjo da Guarda e aos gastos corporativos com as Entidades Maristas, a saber:

Descrição	Encargos	2023				2022			
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Escola Anjo da Guarda	TJLP + CDI +	3.855	1.016	1.426	1.011	2.410	—	—	—
Associação Paranaense de Cultura	—	—	—	3.361	3.510	—	—	—	—
Outros	—	—	—	13.895	24.722	—	—	—	—
<b>Total</b>		<b>3.855</b>	<b>1.016</b>	<b>4.787</b>	<b>4.921</b>	<b>24.722</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**19. Fornecedores de Arrendamento**

Estão representados como segue:

Descrição	Encargos	2023				2022			
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	1.482	(1.719)	(2.398)	(3.380)	1.482	(1.719)	(2.398)	(3.380)	
(-) Encargos a transcorrer	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>Total</b>	<b>1.482</b>	<b>7.589</b>	<b>4.456</b>	<b>11.027</b>	<b>1.482</b>	<b>7.589</b>	<b>4.456</b>	<b>11.027</b>	

**20. Contratos a Apropriar**

Os contratos a apropriar estão representados como segue:

Descrição	Encargos	2023				2022			
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Mensalidades Regê de Colégios	—	—	—	570.236	518.439	—	—	—	—
Atividades Complementares	—	—	—	92.729	72.432	—	—	—	—
Material Didático	—	—	—	40.415	37.242	—	—	—	—
<b>Total</b>				<b>703.380</b>	<b>628.113</b>				

São compostos pelos contratos de serviços prestados, sendo estes registrados integralmente no ato da assinatura e apropriados conforme a execução.

**21. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão representados como segue:

Modalidade	Encargos	2023				2022			
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES Automático - Anjo da Guarda (I)	TJLP + CDI +	3.855	1.016	1.426	1.011	2.410	—	—	—
KGIO (II)	1,45% a.a.	5.155	17.768	5.644	22.910	5.155	17.768	5.644	22.910
<b>Total</b>		<b>6.171</b>	<b>19.194</b>	<b>6.655</b>	<b>25.320</b>	<b>6.171</b>	<b>19.194</b>	<b>6.655</b>	<b>25.320</b>

→ continuação

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC**

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

N	Anexo VIII-A Portaria MEC nº 15/2017	2023	2022	Assistência social: Na área da Assistência Social a ABEC atua na proteção social básica nos níveis de atendimento, de forma gratuita, contínua, permanente e planejada, a quem dela necessitar, conforme Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Os serviços e ações ofertados estão enquadrados na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e estão inscritos junto aos conselhos municipais de assistência social dos municípios em que atua. Anualmente a entidade encaminha Relatório de Atividades e Plano de Ação aos referidos conselhos na forma da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014. Para fins de renovação da Certificação CEBAS, atende, especificamente os Incisos II, III, parágrafo 1º, Art. 74, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. As gratuidades concedidas com recursos próprios no exercício 2023, na área de Assistência Social, são apresentadas a seguir (em milhares):	
				Atendimento e/ou Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos	Pessoas atendidas
	Número de alunos pagantes = total de alunos matriculados, excluindo-se os inadimplentes (Art. 13-C - § 2) e os bolsistas integrais que recebem bolsa integral mas não atendam a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não possuem deficiência (Art. 13-C - § 2) e os bolsistas integrais que recebem bolsa integral mas não atendam a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º e que tenham deficiência declarada no censo da educação básica. Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.				
	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.				
I <sup>a</sup>	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.	36.867	30.822		
I <sup>a</sup>	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.	164	117		
I <sup>a</sup>	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.	993	1.721		
I <sup>a</sup>	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que não tenham deficiência declarada no censo da educação básica e que não estejam matriculados na educação básica em tempo integral.	5.494	3.545		
I <sup>a</sup> +I <sup>a</sup> +I <sup>a</sup>	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º.	6.651	5.383		
P	Bolsas Integrais equivalentes a benefícios, calculado segundo fórmula auxiliar.	557	572		
B <sup>a</sup>	Regra para alcance da Proporção 1/9	Não se aplica	Não se aplica		
	N = 6 I <sup>a</sup> + 7 I <sup>a</sup> + 8 I <sup>a</sup> + 5 B <sup>a</sup>	36.867	30.822		
	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º.	3.687	3.082		
	Regra para alcance da Proporção 1/5	6.651	5.383		
	N = 6 I <sup>a</sup> + 7 I <sup>a</sup> + 8 I <sup>a</sup> + 5 B <sup>a</sup>	3.687	3.082		
	Regra para alcance da Proporção 1/5	43.449	37.287		
		36.867	30.822		
		37.287	32.287		

PRESIDENTE	
Vanderlei Siqueira dos Santos - CPF nº 014.873.339-51	Loecir Anderson de Andrade - 1PR 054023/O-7 - CPF nº 034.580.289-60

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 21 de março de 2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Ir. Lino Afonso Jungbluth - Presidente do Conselho Fiscal	Everson Ismael de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal	Ir. Pedro João Wolter - Membro do Conselho Fiscal
---	--	---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

**Enfase**

a) Em continuidade a seu processo de reestruturação, em 17/04/2023 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a cisão parcial da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativa a valores de caixa e equivalentes de caixa, mensalidades de Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio líquido foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Em complemento ao processo de reestruturação, em 29/09/2023 foi deliberado nova cisão parcial, sendo a data do evento 30/11/2023, onde ocorreram novas movimentações patrimoniais complementares vertendo Ativos relativos a Investimentos e intangível os quais foram incorporados pela União Catarinense de Educação - UCE. Os efeitos patrimoniais da cisão parcial encontram-se

demonstrados na nota 28.1.

b) As demonstrações financeiras da empresa em que a auditada participa com investimentos relevantes, conforme disposto na nota explicativa nº 12, que demandam cálculo da equivalência patrimonial, não foi por nós auditada, sendo por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, na data de 07 de março de 2024. Nossa opinião não se modifica em razão do assunto enfatizado.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

CNPJ	Unidade	Unidades de Assistência Social (FILIAIS)		Área de Valores <sup>1</sup> Atuação	Assistência Social	Outros	Assistência Social	Outros
		Assistência Social	Outros					
60.982.352/0039-94	Centro Educacional Marista Ir. Acácio	Assistência Social		912				
60.982.352/0052-61	Centro Social Marista Ir. Justino	Assistência Social		0				
				<b>912</b>				
1. Totalidade de gratuidades concedidas com recursos de terceiros reconhecidos contabilmente, no ano de 2023.								
<b>36. Imunidade usufruída das contribuições sociais</b>								
A Entidade está amparada pelo artigo 150, capítulo VI, alínea C da CF/88; é considerada imune do Imposto de Renda e das Contribuições para a Seguridade Social (Contribuição Social Sobre o Lucro-CSSL), isenta do pagamento de								

COFINS e PIS sobre faturamento e sobre salários, bem como do pagamento da Cota Patronal do INSS) conforme lei.

**37. Informações por segmento de negócio**

A Administração da Entidade utilizou três segmentos operacionais e respectivos gastos corporativos, que são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e revisados pelo Conselho de Administração da Entidade. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos nas áreas de educação, assistência social e outros negócios suplementares. **Informações sobre o superávit/déficit líquido, por segmento reportável:** As informações por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são as seguintes:

	2023			2022				
	Assistência Social	Outros	Total	Assistência Social	Outros	Total		
Receita Operacional Bruta	862.068	1.091	15.852	879.011	741.895	1.392	2.079	745.366
Deduções da Receita Operacional Bruta	(187.186)	-	(187.186)	(187.186)	-	-	-	(184.867)
Receita Operacional Líquida	<b>674.882</b>	<b>1.091</b>	<b>15.852</b>	<b>691.825</b>	<b>577.028</b>	<b>1.392</b>	<b>2.079</b>	<b>560.499</b>
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(333.166)	(6.561)	(12.711)	(352.438)	(297.242)	(5.088)	(8.602)	(310.932)
(Despesas) Receitas Operacionais	(230.194)	(1.500)	(22.620)	(254.314)	(209.435)	(1.065)	(496)	(210.996)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros	111.522	(6.970)	(19.479)	85.073	70.351	(4.761)	(7.019)	58.571
Resultado Financeiro	18.272	(21)	41	18.747	31.325	(4)	(69)	31.252
Superávit do Período	<b>130.249</b>	<b>(6.991)</b>	<b>(19.439)</b>	<b>103.820</b>	<b>101.676</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(7.088)</b>	<b>89.823</b>

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

A Administração

CONTADOR

Loecir Anderson de Andrade - 1PR 054023/O-7 - CPF nº 034.580.289-60

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 21 de março de 2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Ir. Lino Afonso Jungbluth - Presidente do Conselho Fiscal	Everson Ismael de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal	Ir. Pedro João Wolter - Membro do Conselho Fiscal
---	--	---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

**Enfase**

a) Em continuidade a seu processo de reestruturação, em 17/04/2023 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a cisão parcial da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativa a valores de caixa e equivalentes de caixa, mensalidades de Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio líquido foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Em complemento ao processo de reestruturação, em 29/09/2023 foi deliberado nova cisão parcial, sendo a data do evento 30/11/2023, onde ocorreram novas movimentações patrimoniais complementares vertendo Ativos relativos a Investimentos e intangível os quais foram incorporados pela União Catarinense de Educação - UCE. Os efeitos patrimoniais da cisão parcial encontram-se

demonstrados na nota 28.1.

b) As demonstrações financeiras da empresa em que a auditada participa com investimentos relevantes, conforme disposto na nota explicativa nº 12, que demandam cálculo da equivalência patrimonial, não foi por nós auditada, sendo por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, na data de 07 de março de 2024. Nossa opinião não se modifica em razão do assunto enfatizado.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado das áreas de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. Antonio Justicichecherm  
CRC/PR - 005288/O-6 CRC/PR - 037.469/O-4

**Serra Negra Empreendimentos Turísticos S.A.**

CNPJ 44.846.236/0001-19

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas da Cia a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10:00h. Na sede social sita à Praça João Pessoa, 143, Serra Negra-SP, a fim de discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Destinação do lucro líquido do exercício; c) Eleição do Conselho Fiscal; d) Outros Assuntos de interesse da companhia. Achar-se-á a disposição dos Srs. Acionistas, no endereço da sede, todos os documentos e demonstrativos previstos em Lei. Serra Negra, 13/04/2023. a) Sr. Maria Elizabeth Mendes de Toledo Buk - Diretora Presidente.

**CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S.A.**

CNPJ/ME 27.701.564/0001-08 - NIRE 33 3 0000911 6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 26 de abril de 2024, às 08:00 horas em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo constar nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2. Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. 3. Instalação de conselho fiscal e eleição de seus membros.

São Paulo, 18 de Abril de 2024

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

**Combio Energia S.A.**

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Combio Energia S.A. ("Companhia"), com sede social em SP/SP, R. Fradique Coutinho nº 30, 3º, Conjuntos 31 a 36, Pinheiros, ("Local da Assembleia"), convoca os acionistas representando a totalidade de seu capital social, para se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 09h, em 1ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, e às 13h30m, em 2ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, para deliberar sobre os assuntos da Ordem do Dia abaixo. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas em 28/03/2024, nas págs. B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, e erratas publicadas em 16/04/2024, nas págs. B23 a 41 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente; e (ii) destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Conselho de Administração** - Roberto Lombardi de Barros; Marcos Toller Brant de Carvalho; Fabio Toller Brant de Carvalho; Adilson Serrano da Silva; Gustavo Gava Verdelli Costa; Edson Gustavo Georgette Peli.

**Valid Trust is Power VALID SOLUÇÕES S.A.**

CNPJ Nº 33.113.309/0001-47

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Valid Soluções S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em segunda convocação no dia 29 de abril de 2024, às 14:00, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), por meio da plataforma digital "Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia: (i) A proposta de alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma da proposta divulgada pela administração da Companhia ("Proposta da Administração"). **Informações Gerais:** 1. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE" ou "Assembleia") será realizada de forma exclusivamente eletrônica, nos termos da Resolução CVM 81/22 e do Manual para Participação, divulgado pela Companhia no endereço eletrônico <http://www.vl.valid.com>. 2. Em decorrência do disposto no parágrafo acima, a participação do acionista ocorrerá mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (<https://assembleia.ten.com.br/018149836>) também disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://vl.valid.com>), bem como no site da B3 ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias previstas na Ordem do Dia. São Paulo, 17 de abril de 2024. Sidney Levy - Presidente do Conselho de Administração.

**Alfa África Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**

CNPJ/ME nº 12.217.396/0001-02 - NIRE nº 35.2.2450011-1

Ata de Reunião de Sócio-Quotista (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 11:15 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da Alfa África Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R\$ 75.699,00, passando o capital social de R\$ 95.183,00, para R\$ 9.484,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente - Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

**Alfa Venezuela Incorporadora SPE Ltda.**

CNPJ/MF nº 16.875.022/0001-35 - NIRE nº 35.2.2688732-3

Ata de Reunião de Sócios Quotistas (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 11:45 horas, sócios quotistas representando a totalidade do capital social da Alfa Venezuela Incorporadora SPE Ltda. deliberaram e aprovaram por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R\$ 6.697.298,00, para R\$ 4.672.708,00, mediante a restituição do valor reduzido à sócia MDL Realty Incorporadora S.A. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente - Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócios Quotistas Presentes: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por André Faria de Azevedo.

**Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores**

CNPJ nº 65.913.436/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGE

Ficam convocados os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei nº 14.010 de 10/06/20, em 29 de abril de 2024, às 11h, para: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar conhecimento das contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia, para exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, bem como do relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (ii) Aumentar o capital social da Companhia no montante de até R\$ 23.252.388,60 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), por meio da emissão de: (a) 15.883 (quinze mil, oitocentos e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) e (b) 8.249 (oitto mil, duzentos e quarenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). As ações não subscritas no âmbito do direito de preferência no prazo de 32 (trinta e dois) dias corridos serão objeto de subscrição em período de sobras de 3 (três) dias corridos, a ser comunicado em assembleia, e as Ações remanescentes não subscritas serão canceladas. (iii) Alterar a redação do Artigo do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social após o aumento de capital e exercício do direito de preferência; (iii) Autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários à formalização e execução das deliberações a serem tomadas, incluindo, mas não se limitando, à instrução do processo ao Banco Central do Brasil, bem como a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que anteceder a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico ([societ](mailto:societario@guide.com.br)





# CARBON HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ nº 29.267.972/0001-29

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezado leitor,** A Carbon Holding Financeira S.A. ("Carbon Holding Financeira" ou "Companhia") é uma holding situada em São Paulo, acionista indireta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pequenas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas.** Além da participação no C6 Bank, a Carbon Holding Financeira participa, indiretamente, da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco C6 Consignado S.A. e demais investidas do C6 Bank. Juntas, as empresas somavam cerca de três mil e quatrocentos funcionários em 31 de dezembro de 2023. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações Financeiras individuais em IFRS da Carbon Holding Financeira, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os

pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Carbon Holding Financeira possuía R\$ 1,2 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1,4 bilhões) e R\$ 1,2 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1,4 bilhões). O prejuízo foi de R\$ 259 milhões (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1,4 bilhões). A Carbon Holding Financeira tem como atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O prejuízo no período

decorre substancialmente da atualização de seus investimentos diretos e indiretos, e reflete os resultados do C6 Bank e suas subsidiárias, de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2023 e 2022. **Audidores Independentes:** A política da Carbon Holding Financeira e suas afiliadas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (Aprovada pela administração em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.759	3.483
Outros ativos		2.798	2.846
Ativos fiscais	11	72.020	72.020
Investimento em coligadas	6	1.146.333	1.342.211
<b>Total do ativo</b>		<b>1.224.910</b>	<b>1.420.560</b>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>			
Outros passivos		630	324
<b>Total do passivo</b>		<b>630</b>	<b>324</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	9		
Capital Social		1.768.148	1.768.148
Reservas de capital		2.673.511	2.705.069
Outros resultados abrangentes		3.027	(91.207)
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.220.406)	(2.961.774)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.224.280</b>	<b>1.420.236</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.224.910</b>	<b>1.420.560</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		434	347
Despesas financeiras	7	(149)	(1.878.098)
<b>Resultado líquido de juros</b>		<b>285</b>	<b>(1.877.751)</b>
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas	6	(258.555)	(766.418)
Outras despesas administrativas		(338)	(2.043)
Despesas tributárias		(24)	(18)
Outras receitas operacionais	6	—	1.437.883
Outras despesas operacionais	7	—	(231.382)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>(258.632)</b>	<b>(1.439.729)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	11		4.511
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(258.632)</b>	<b>(1.435.218)</b>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	10	(0,48)	(2,94)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Dívida conversível	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>618.148</b>	<b>525.000</b>	<b>946.476</b>	<b>(75.331)</b>	<b>(1.526.556)</b>
Aumento de capital	9	1.150.000	—	—	—	—
Redução de capital	7	—	(525.000)	—	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		—	—	—	(15.876)	—
Resgate de ações	9	—	—	(104.670)	—	—
Constituição de reserva	9	—	—	1.863.263	—	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(1.435.218)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.768.148</b>	<b>—</b>	<b>2.705.069</b>	<b>(91.207)</b>	<b>(2.961.774)</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		—	—	—	94.234	—
Ajustes de reservas reflexas - coligadas	9	—	—	(31.558)	—	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(258.632)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.768.148</b>	<b>—</b>	<b>2.673.511</b>	<b>3.027</b>	<b>(3.220.406)</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Dívida conversível	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>618.148</b>	<b>525.000</b>	<b>946.476</b>	<b>(75.331)</b>	<b>(1.526.556)</b>
Aumento de capital	9	1.150.000	—	—	—	—
Redução de capital	7	—	(525.000)	—	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		—	—	—	(15.876)	—
Resgate de ações	9	—	—	(104.670)	—	—
Constituição de reserva	9	—	—	1.863.263	—	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(1.435.218)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.768.148</b>	<b>—</b>	<b>2.705.069</b>	<b>(91.207)</b>	<b>(2.961.774)</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		—	—	—	94.234	—
Ajustes de reservas reflexas - coligadas	9	—	—	(31.558)	—	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(258.632)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.768.148</b>	<b>—</b>	<b>2.673.511</b>	<b>3.027</b>	<b>(3.220.406)</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)			
	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Prejuízo do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes de coligadas			(258.632)
<b>(-) Resultado abrangente total</b>			<b>(164.398)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**1. Contexto operacional:** A Carbon Holding Financeira S.A. ("Carbon Holding Financeira" ou "Companhia"), fundada em 2 de abril de 2018, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, tem como atividade preponderante a participação, como sócia ou acionista de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Carbon Holding Financeira é acionista direta da N7 Holding S.A. e indireta do Banco C6 S.A. e suas controladas ("C6 Bank"), que oferece uma plataforma de atendimento bancário para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A Carbon Holding Financeira é uma controlada direta da Carbon Holding S.A. indireta da Caxiers 3 Holding S.A. e da Caxiers Holding S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Carbon Holding Financeira. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A administração aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 25 de março de 2024. **2.1. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC e IFRS requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **2.2. Adoção de alterações e novas normas e interpretações:** No exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 não houve adoção de alterações ou novas normas e interpretações com impactos materiais. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2023 e ainda não foram adotadas: Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação: exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações ao IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Carbon Holding Financeira. **3. Aquisição, alienação e eventos societários:** Em 20 de janeiro de 2022, a Carbon Holding Financeira subscreveu 606.195.360 ações ordinárias de emissão da N7 Holding S.A., e integralizou mediante a contribuição da totalidade das ações de emissão do Banco C6 S.A. e do Banco C6 Consignado S.A. de sua titularidade, no valor total de R\$1.505.514, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da N7 Holding S.A. de 20 de janeiro de 2022 e seus respectivos anexos. Desta forma, a Carbon Holding Financeira deixou de deter participação direta no Banco C6 S.A. e no Banco C6 Consignado S.A. e passou a ter participação direta apenas na N7 Holding S.A. Em 3 de fevereiro de 2022, foi aprovado o resgate integral das 45.956.457 ações preferenciais de emissão da Carbon Holding Financeira, à conta de reserva de capital e, portanto, sem redução do seu capital social, mediante cancelamento e extinção das referidas ações. O preço total do resgate das ações preferenciais, no valor de R\$ 104.670, foi pago pela Companhia à Caxiers Holding (titular das ações resgatadas) mediante entrega de 50.848.181 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal de emissão da N7 Holding. Em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da controlada N7 Holding S.A., de R\$ 2.550.178 para R\$ 7.550.178, mediante a emissão de 338.987.871 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R\$5.000.000. Essas ações foram subscrevidas e integralizadas pelas ações da integrante J.P Morgan Investments e Finanzas Ltda. O C6 Bank e o J.P Morgan Chase concluíram em 4 de fevereiro de 2022 o investimento estratégico que representava uma participação indireta do J.P Morgan Chase de 40% no C6 Bank. O fechamento do negócio ocorreu após a obtenção das aprovações regulatórias cabíveis tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Em conexão com a conclusão do investimento estratégico descrito acima, a Carbon Holding Financeira realizou, na mesma data, o pagamento antecipado em dinheiro das obrigações decorrentes de debêntures, nota de crédito bancário e instrumento de capital conversível que compunham seu passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados. Não ocorreram eventos societários no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **4. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis adotadas pela Carbon Holding Financeira são aplicadas de maneira consistente ao longo do período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui saldos de caixa, contas correntes (depósitos) e aplicações no mercado aberto com vencimento original não superior a 90 dias do reconhecimento inicial, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4.2. Investimento:** Após aquisição, investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Carbon Holding Financeira nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. O investimento é testado anualmente para fins de avaliação de redução do valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ativo, se existente, alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor de registro de cada um de seus ativos. **4.3. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do período compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, ou reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente na proporção em que estiverem relacionados com esses itens. Os encargos de imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor. **4.4. Reservas de capital:** As reservas de capital de subsidiárias em desconformidade das demonstrações financeiras em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital. **Dividendos:** De acordo com o estatuto da Carbon Holding Financeira, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo no exercício. **10. Prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuído aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** Disponibilidade em moeda local Aplicações em Certificados de Depósito Bancários **Total** As aplicações em Certificado de depósito bancário (CDB) apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. **6. Investimentos:**

Movimentação dos investimentos			
	Aquisição/aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação
<b>31/12/2022</b>			
<b>No país</b>			
N7 Holding S.A.	1.342.211	—	62.677
<b>Total</b>	<b>1.342.211</b>	<b>—</b>	<b>62.677</b>
<b>31/12/2021</b>			
<b>No país</b>			
Banco C6 Consignado S.A.	665.878	—	759
Banco C6 S.A.	527.973	—	(12.753)
N7 Holding S.A.	(55.820)	1.163.228	962.594
<b>Total</b>	<b>1.138.029</b>	<b>1.163.228</b>	<b>950.600</b>

**Resumo das informações de coligadas:**

	31/12/2023	31/12/2022	
% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	
<b>No país</b>			
N7 Holding S.A.	29,88%	3.836.627 (865.310)	29,88%

mente receitas e despesas de equivalência patrimonial de seus investimentos e outros ganhos de capital de suas controladas. **4.5. Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Prejuízo do exercício</b>			
Aumento (redução) de outros ativos	48	(1.257)	
(Redução) de Recursos de aceites e emissão de títulos	—	(859.454)	
(Redução) de Empréstimos	—	(539.959)	
Aumento/(redução) de Outros passivos	306	(1.329)	
<b>Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>276</b>	<b>(1.413.988)</b>	

Conforme descrito nas Notas 3 e 9, a Carbon Holding Financeira realizou movimentações em sua participação na N7 Holding S.A., incluindo aumento de capital com a contribuição de ativos (ações do C6 Bank e do Banco C6 Consignado S.A.) que resultaram em uma participação de 29,88% na N7 Holding em 31 de dezembro de 2022. Nesse contexto a Carbon Holding Financeira deixou de deter participações diretas no C6 Bank e no Banco C6 Consignado S.A., em 20 de janeiro de 2022. Em 4 de fevereiro de 2022, a Carbon Holding Financeira realizou a alienação de 151.198.590 ações da N7 Holding S.A., resultando em um ganho de capital de R\$ 1.437.883. A Carbon Holding Financeira avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável. **7. passivos financeiros ao custo amortizado:** Em conexão com a conclusão do investimento estratégico em 4 de fevereiro de 2022, a Carbon Holding Financeira realizou, na mesma data, o pagamento antecipado em dinheiro das obrigações dos instrumentos de dívida conversíveis e não conversíveis, e de capital conversível, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados. A liquidação desses instrumentos, em conjunto com a liquidação do instrumento de capital, resultou em despesas de R\$ 1.878.098, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados para liquidação antecipada em 4 de fevereiro de 2022. **8. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Carbon Holding Financeira não possui passivos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **9. Patrimônio líquido: Capital social e reservas de capital:** O capital social da Carbon Holding Financeira é de R\$ 1.768.148 (R\$ 1.768.148 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 535.912.237 ações (535.912.237 ações em 31 de dezembro de 2022), todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, direito ao recebimento de dividendos e a todos os direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. A composição e a mudança nas ações do capital integralizado da Carbon Holding Financeira no início e no final do exercício são mostradas abaixo:

Movimentação dos investimentos			
	Aquisição/aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação
<b>31/12/2022</b>			
<b>No país</b>			
N7 Holding S.A.	1.342.211	—	62.677
<b>Total</b>	<b>1.342.211</b>	<b>—</b>	<b>62.677</b>
<b>31/12/2021</b>			
<b>No país</b>			
Banco C6 Consignado S.A.	665.878	—	759
Banco C6 S.A.	527.973	—	(12.753)
N7 Holding S.A.	(55.820)	1.163.228	962.594
<b>Total</b>	<b>1.138.029</b>	<b>1.163.228</b>	<b>950.600</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DE IRPJ E CSLL			
	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Prejuízo do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes de coligadas			(258.632)
<b>(-) Resultado abrangente total</b>			<b>(164.398)</b>

**Resumo das informações de coligadas:**

	31/12/2023	31/12/2022	
% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	
<b>No país</b>			
N7 Holding S.A.	29,88%	3.836.627 (865.310)	29,88%

Atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O prejuízo no período decorre substancialmente da atualização de seus investimentos diretos e indiretos, e reflete os resultados do C6 Bank e suas subsidiárias, de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2023 e 2022. **Audidores Independentes:** A política da Carbon Holding Financeira e suas afiliadas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (Aprovada pela administração em 25 de março de 2024)

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DE IRPJ E CSLL			
	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Prejuízo do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes de coligadas			(258.632)
<b>(-) Resultado abrangente total</b>			<b>(164.398)</b>

**Resumo das informações de coligadas:**

	31/12/2023	31/12/2022	
% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	
<b>No país</b>			
N7 Holding S.A.	29,88%	3.836.627 (865.310)	29,88%

**Atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O prejuízo no período decorre substancialmente da atualização de seus investimentos diretos e indiretos, e reflete os resultados do C6 Bank e suas subsidiárias, de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2023 e 2022. Audidores Independentes:** A política da Carbon Holding Financeira e suas afiliadas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (Aprovada pela administração em 25 de março de 2024)

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS DE IRPJ E CSLL			
	31/12/2023	31/12/2022	

DOCWAY APLICATIVO PARA SERVIÇOS EM SAÚDE S.A.

CNPJ/ME nº 23.826.796/0001-31
NIRE nº 35300503961. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024. Data, Hora e Local: Em 08 de março de 2024, às 14h, por meio de videoconferência...

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia tem por objetivo a realização de estudos, projetos, empreitadas e obras públicas na área de engenharia, construção, renovação e conservação de vias ferroviárias ou instalações conexas, sua exploração ou concessão.
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações...

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A.

Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Passivo, and Demonstração do Resultado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Adiantamento a fornecedores, Total do ativo circulante, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia tem por objetivo a realização de estudos, projetos, empreitadas e obras públicas na área de engenharia, construção, renovação e conservação de vias ferroviárias ou instalações conexas, sua exploração ou concessão.

Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (Continuação)

3. PARTES RELACIONADAS
A conta Partes relacionadas apresentada no Passivo Circulante é composta por dívidas com empresas do mesmo grupo econômico sediadas no Brasil e em Portugal, totalizando, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 169.632 (R\$ 169.129 em 2022).

Congregação Missionária da Imaculada

Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Passivo, and Demonstração do Resultado. Rows include Caixa, Bancos Conta Movimentos, Total do ativo circulante, etc.

Congregação Missionária da Imaculada

Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Passivo, and Demonstração do Resultado. Rows include Caixa, Bancos Conta Movimentos, Total do ativo circulante, etc.

Congregação Missionária da Imaculada

Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Passivo, and Demonstração do Resultado. Rows include Caixa, Bancos Conta Movimentos, Total do ativo circulante, etc.

Centro de Formação Ir. Rita Cavenaghi

Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Passivo, and Demonstração do Resultado. Rows include Caixa, Bancos Conta Movimentos, Total do ativo circulante, etc.

Babilônia Holding S.A.

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 11h, na sede social da Babilônia Holding S.A., sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala G, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia").

Concreto Redimix do Brasil S/A

Table with 4 columns: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Rows include Ativo Circulante, Passivo Circulante, Receita Operac. Bruta, etc.

Diário DC

Advertisement for Diário DC, featuring a large image of a person and text promoting their services in accounting and legal matters.

Central Econômica Babilônia I S.A.

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024
Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da Central Econômica Babilônia I S.A., sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala G, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia").





**J&F Investimentos S.A.**

CNPJ nº 00.350.763/0001-62

**Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) - (\*) (Reapresentado)**

	Balancos patrimoniais						Balancos patrimoniais						Demonstrações dos fluxos de caixa					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Nota	31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	Nota	2022 (*)	2021 (*)	2022 (*)	2021 (*)
<b>Ativo</b>																		
<b>Circulante</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.652.176	650.203	1.411.049	15.419.535	24.362.838	21.562.642							6.123.702	10.502.435	14.817.410	21.762.800	
Contas a receber de clientes	6	—	—	—	21.692.506	21.458.903	14.410.139							—	—	—	47.380	65.569
Dividendos a receber	27	27.670	—	936.406	—	—	—							—	—	—	801.910	4.791.014
Estoques	7	—	—	—	28.826.223	26.835.537	17.800.192							13	(7.542.268)	(9.459.550)	(90.075)	296.646
Ativos biológicos	8	—	—	—	9.710.693	7.409.092	5.115.720							—	—	—	(92.504)	(142.645)
Impostos a recuperar	9	77.317	65.484	28.442	5.696.264	3.491.836	2.960.100							—	—	—	(93.093)	(25.948)
Créditos com empresas ligadas	12	34.259	6.799	2.013	3.192	6.803	1.032							—	—	—	13.716	2.662.431
Derivativos a receber	—	—	—	25.354	591.969	535.828	254.194							—	—	—	22.958	(460.735)
Ativos disponíveis para venda	10	—	—	—	—	8.673	—							—	—	—	8.003.935	6.414.572
Outros ativos circulantes	—	21.936	8.222	15.448	2.572.263	3.279.681	1.153.402							—	—	—	39.125	63.426
<b>Total do circulante</b>		<b>1.813.358</b>	<b>730.708</b>	<b>2.418.712</b>	<b>84.512.645</b>	<b>87.389.191</b>	<b>63.257.429</b>											
<b>Não circulante</b>																		
Realizável a longo prazo	—	—	—	—	—	—	—							—	—	—	—	—
Empréstimos e recebíveis	6	—	—	—	98.956	—	—							—	—	—	—	—
Ativos disponíveis para venda	10	4.210.140	2.475.060	1.946.631	14.830.024	12.590.192	12.868.927							—	—	—	—	—
Créditos com empresas ligadas	12	2.456.215	2.196.756	653.265	3.165.098	2.924.687	1.145.807							—	—	—	—	—
Ativos biológicos	8	—	—	—	2.619.066	2.245.019	1.778.565							—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	—	—	—	3.584.844	1.880.776	—							—	—	—	—	—
Impostos a recuperar	9	28.410	28.410	42.127	9.361.372	8.038.735	8.709.834							—	—	—	—	—
Títulos a receber	11	236.430	304.891	457.981	236.430	304.891	457.981							—	—	—	—	—
Propriedades para investimentos	—	21.339	22.363	40.996	21.339	22.363	40.996							—	—	—	—	—
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	13	25.391.648	23.627.444	19.391.432	861.928	780.333	1.338.709							—	—	—	—	—
Imobilizado	14	358.809	217.521	497	64.428.156	57.919.731	47.450.676							—	—	—	—	—
Direito de uso de arrendamento mercantil	15	633	455	731	8.996.365	7.851.662	5.805.632							—	—	—	—	—
Intangível	16	422.358	422.047	422.047	11.434.057	12.767.949	8.468.331							—	—	—	—	—
Ágio	17	182.326	182.326	182.326	31.445.770	33.609.577	30.264.300							—	—	—	—	—
Outros ativos não circulantes	—	4.585.767	1.165.728	1.610.596	6.034.192	2.922.092	2.761.148							—	—	—	—	—
<b>Total do não circulante</b>		<b>37.894.075</b>	<b>30.643.001</b>	<b>24.748.629</b>	<b>157.117.597</b>	<b>143.858.007</b>	<b>121.090.966</b>											
<b>Total do ativo</b>		<b>39.707.433</b>	<b>31.373.709</b>	<b>27.167.341</b>	<b>241.630.242</b>	<b>231.247.198</b>	<b>184.348.335</b>											

	Demonstrações do resultado				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2022 (*)	2021 (*)	2022 (*)	2021 (*)
<b>Receita líquida</b>	27	26.504	14.769	378.970.102	353.953.807
Custo dos produtos vendidos	31	(459)	(406)	(318.008.943)	(298.720.043)
<b>Lucro bruto</b>		<b>26.045</b>	<b>14.363</b>	<b>60.961.159</b>	<b>67.233.764</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Administrativas e gerais	31	(224.837)	(246.468)	(12.356.771)	(15.593.579)
Com vendas	31	(79.253)	(41.223)	(24.690.405)	(19.586.673)
Outras receitas (despesas)	32	(62.576)	2.629.876	1.019.183	3.132.644
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(366.666)</b>	<b>2.342.185</b>	<b>(36.027.993)</b>	<b>(32.047.608)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>(340.621)</b>	<b>2.356.548</b>	<b>24.933.166</b>	<b>35.186.156</b>
Receita financeira	28	671.340	458.375	3.819.753	2.861.968
Despesa financeira	28	(1.752.064)	(1.735.364)	(11.823.888)	(9.276.540)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	13	7.542.268	9.459.550	90.075	(296.646)
<b>Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</b>		<b>6.120.923</b>	<b>10.539.109</b>	<b>17.019.106</b>	<b>28.474.938</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	—	(13.716)	(2.662.431)	(7.588.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	2.779	(22.958)	460.735	876.355
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>		<b>6.123.702</b>	<b>10.502.435</b>	<b>14.817.410</b>	<b>21.762.800</b>
Lucro líquido de operações descontinuadas	—	1.787.944	445.061	3.542.864	892.632
<b>Lucro líquido</b>		<b>7.911.646</b>	<b>10.947.496</b>	<b>18.360.274</b>	<b>22.655.432</b>
<b>Atribuição:</b>					
Participação dos acionistas controladores	—	—	—	7.911.646	10.947.496
Participação dos acionistas não controladores	—	—	—	10.448.628	11.707.936
	—	—	—	18.360.274	22.655.432
Lucro (Prejuízo) por ações RS - Básico e diluído	29	64.67	89.48	—	—

	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Reservas de Lucros		Outros resultados Abrangentes		
	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	8.627.982	734.074	21.007	—	—
Ajustes de exercícios anteriores	—	—	—	—	—
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021 (*)</b>	8.627.982	734.074	21.007	—	—
Lucro líquido	—	—	—	—	—
Outros resultados abrangentes do exercício	—	—	—	—	179.031
<b>Total de resultados abrangentes</b>	—	—	—	—	179.031
Transações de capital	—	(2.957.375)	—	—	—
Realização da reserva de reavaliação	—	—	(1.585)	—	—
Reserva legal	—	—	—	393.609	—
Reserva estatutária para investimento	—	—	—	—	4.076.520
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—
Dividendos prescritos	—	—	—	—	—
Participação de não controladores	—	—	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (*)</b>	8.627.982	(2.223.302)	19.422	393.609	4.076.520
Lucro líquido	—	—	—	—	—
Outros resultados abrangentes do exercício	—	—	—	—	(51.135)
<b>Total de resultados abrangentes</b>	—	—	—	—	(51.135)
Transações de capital	—	(974.198)	—	—	—
Realização da reserva de reavaliação	—	—	(1.467)	—	—
Reserva legal	—	—	—	395.509	—
Reserva estatutária para investimento	—	—	—	—	7.517.605
Participação de não controladores	—	—	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 (*)</b>	8.627.982	(3.197.500)	17.955	789.118	11.594.125

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

**1. Contexto operacional:** A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito a gestão e investimentos estratégicos, focada em aquisições, consolidação e gestão de empresas de diversos setores. A Companhia tem como objetivo principal maximizar o valor para os acionistas por meio da identificação de oportunidades de investimentos promissoras e no fornecimento de recursos financeiros e de gestão necessários para impulsionar o crescimento e a eficiência das empresas adquiridas que se encontram em fase de desenvolvimento. Com uma estratégia de investimentos diversificada, a Companhia concentra-se em empresas que possuem potencial de crescimento significativo, os setores de atuação incluem, mas não estão limitados a alimentos, energia, bens de consumo, mineração, papel e celulose, serviços financeiros e imobiliário. As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. **2. Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.:** Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). **2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A. (controladora e controladas):** Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017. O Acordo firmado em 2017 previa o pagamento à título de ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8,0 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, bem como a realização e execução de projetos sociais no valor de R\$ 2,3 bilhões. Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por três (3) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas. Em outubro de 2020, a Companhia celebrou acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange a apresentação de condutas que foram objeto do acordo de leniência e colaboração acima mencionados. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas. Em abril de 2020, a Companhia concluiu, com base em estudos conduzidos com consultorias independentes, legalidades na aplicação da metodologia do cálculo do ressarcimento e descumprimento das premissas prevista na Lei 12.846/2013 "Lei anti-corrupção". Em setembro de 2021, a J&F ingressou com pedido administrativo e judicial de revisão para adequação legal dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido de revisão, a J&F foi autorizada a apresentar relatório gerencial referente a parcela de 2021 e 2022 até conclusão do procedimento judicial. Conforme determinação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em 19 de julho de 2023, o Acordo de Leniência foi adotado e o valor corrigido para R\$ 3,5 bilhões, a ser pago em 8 parcelas anuais a partir da data de assinatura do aditamento. Ainda que a J&F reconheça a razoabilidade dos valores do Aditamento do Acordo de Leniência, a Companhia continua em diálogo com os órgãos competentes e acredita que eventuais desdobramentos decorrentes dessas discussões terão efeito prospectivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Após a determinação favorável do relatório gerencial em 19 de julho de 2023, o Acordo de Leniência e Revisão do Ministério Público Federal em 19 de julho de 2023, que determinou a redução do Acordo, questionamentos subsequentes de órgãos competentes emergiram sobre tal decisão proferida. Em conformidade com os procedimentos técnicos especificados no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconheceu como passivo contingente a diferença entre o aditamento do Acordo e o Acordo inicial. A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados. Assim, as demonstrações contábeis em 01 de janeiro de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foram ajustadas para corresponder a estes impactos de ajustes verificados, após as informações mencionadas no Aditamento, conforme demonstrado na nota explicativa.

**2017**      **2018**      **2019**      **2020**      **2021**      **2022**

Passivo de Leniência      3.587.457      3.721.824      3.882.088      4.057.455      4.465.678      4.724.010

(-) Pagamentos realizados      50.000      150.000      250.000      560.856      560.856      560.856

(-) Créditos de multas e correções      5.319      60.984      613.091      742.277      1.065.594      1.392.061

**Passivo Líquido Leniência**      **3.532.138**      **3.510.840**      **3.018.997**      **2.754.322**      **2.839.228**      **2.771.093**

**Passivo Contingente Leniência**      **8.967.884**      **7.125.119**      **7.431.930**      **7.767.655**      **8.549.164**      **9.043.719**

**Total Leniência**      **10.490.022**      **10.635.959**      **10.450.927**      **10.521.977**      **11.388.392**      **11.814.812**

Como resultado dessas correções, a J&F identificou a necessidade de efetuar ajustes nos resultados apresentados referentes os exercícios de 2017 a 2022 no montante de R\$ 900.622 (novecentos milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais), sendo: i. (R\$ 9.500) referente ao exercício de 2017; ii. (R\$ 74.208) referente ao exercício de 2018; iii. (R\$ 432.185) referente ao exercício de 2019; iv. (R\$ 521) referente ao exercício de 2020; v. (R\$ 219.537) referente ao exercício de 2021 e vi. (R\$ 184.804) referente ao exercício de 2022. Além das multas e correções destacadas acima, existe também um saldo de R\$ 697.448 (seiscentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) em multas ainda não contabilizadas e corrigidas, pois ainda estão em curso para pagamento, estando fora do exercício apresentado, bem como o pagamento realizado no ano de 2023 no valor de R\$ 608.183 (seiscentos e oito milhões e cento e oitenta e três mil reais), o qual está sendo demonstrado nas demonstrações contábeis de 2023. **3. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado". A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração formula seus julgamentos e decisões favoráveis em relação às premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **3.2 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de

